



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
Mestrado em Estudos de Linguagens

Priscila Nespolo Vanti

**A MULHER E O *IMPEACHMENT*: a construção discursiva
da identidade feminina no discurso de Dilma Rousseff**

Belo Horizonte (MG)
2019

Priscila Nespolo Vanti

**A MULHER E O *IMPEACHMENT*: a construção discursiva
da identidade feminina no discurso de Dilma Rousseff**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos de Linguagens, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Tecnologias e Processos Discursivos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lilian Aparecida Arão

Belo Horizonte (MG)

2019

Vanti, Priscila Nespolo.
V282m A mulher e o impeachment : a construção discursiva da identidade feminina no discurso de Dilma Rousseff / Priscila Nespolo Vanti. - 2019.

156 f. : il.

Orientadora: Lilian Aparecida Arão.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2019.

Bibliografia.

1. Análise do discurso. 2. Mulheres - Identidade. 3. Ethos. 4. Discurso político. 5. Impedimentos. I. Arão, Lilian Aparecida. II. Título.

CDD: 401.41

Priscila Nespolo Vanti

**A MULHER E O *IMPEACHMENT*: a construção discursiva
da identidade feminina no discurso de Dilma Rousseff**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 18 de dezembro de 2019, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^(a). Dr^(a). Lilian Aparecida Arão - CEFET/MG-Orientador

Prof^(a). Dr^(a). Giani David Silva - CEFET/MG

Prof^(a). Dr^(a). Wiliane Viriato Rolim - IFPB

Prof. Dr. Claudio Humberto Lessa - CEFET/MG (Suplente)

Aos 54 milhões de brasileiros que tiveram seus votos à
Presidência usurpados em 2016 por meio de um golpe
jurídico-parlamentar-midiático, especialmente às mulheres.

À memória da democracia brasileira.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, inicialmente, de registrar meus profundos agradecimentos à minha psiquiatra, Gisella Marreco Chaves, e, de modo muito especial, à minha analista, Thaisa Bello, sem as quais este trabalho jamais seria possível.

À Dilma Rousseff, por jamais ter deixado de ter coragem e ser inspiração eterna.

À minha orientadora, Professora Doutora Lilian Aparecida Arão, por sempre confiar na minha capacidade e me dar liberdade para construir meu caminho sem, com isso, me deixar perdida.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ser essencial à pesquisa acadêmica brasileira e bússola aos que sonham em tornar esse país um lugar melhor por meio da Educação, e, principalmente, por ter confiado e financiado esta pesquisadora.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, por tanto conhecimento dividido nestes anos, assim como pelo enorme sentimento de pertencimento que me permitiram ter por conta de tamanha acolhida. Agradeço, de forma carinhosa, ao Prof. Dr. Claudio Humberto Lessa pela atenção e disponibilidade em todos os momentos que precisei, e ao coordenador do Programa, Prof. Dr. Renato Caixeta da Silva, por toda a paciência e por acender em mim a chama da docência.

Aos meus pais, Edinei e Mara, que me deram chão e me deram asas e, principalmente, por sempre saberem quando eu precisei de cada um. À minha irmã, Vanessa, meu cunhado, José Guilherme, e meus sobrinhos Bernardo e Anna, por terem me alimentado com todo amor que precisei. Sem vocês nada disso seria possível.

À minha grande amiga Paula Roberta, com quem dividi todos os momentos dessa aventura chamada Mestrado: foram trabalhos, textos, conversas, mensagens, prints, fotos, áudios, porres e mesas de bar que se tornaram esteio em minha jornada não apenas acadêmica, mas também pessoal. Uma amizade nascida no amor pela política e, mais ainda, por Dilma Rousseff, não poderia dar errado.

E por fim, mas não por isso menos importante, ao meu amor mineiro que extrapola limites territoriais, esse rio de asfalto e gente a quem chamamos de Quengal, por todo o carinho, os conselhos, a força e a coragem que me doaram sem pedir nada em troca. Ter vocês tornou tudo muito mais possível e sou muito sortuda por tê-los em minha vida.

“O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela.”

Talíria Petrone

“Precisamos refletir melhor a respeito do que é poder, para que serve e como é medido. Em outras palavras, se as mulheres não são vistas como totalmente pertencentes às estruturas do poder, certamente precisamos redefinir o poder.”

Mary Beard

RESUMO

A presente pesquisa tem como proposta investigar, sob a luz da Análise do Discurso, de que forma se deu a construção discursiva da identidade feminina em discursos proferidos pela ex-presidenta Dilma Rousseff no período em que ela esteve afastada do cargo devido ao processo de *impeachment*. No que concerne aos pressupostos teóricos que dão norte a este trabalho, o caminho adotado prestigia os conceitos tratados pela Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau, particularmente o conceito de *discurso político* proposto por este linguista, assim como a noção de *imaginários sociodiscursivos* e sua proposição, associada à de Dominique Maingueneau, sobre o conceito de *ethos*. Buscamos compreender as estratégias adotadas por um sujeito político – Dilma Rousseff - na busca por posicionar e/ou manter discursivamente suas imagens frente a seus eleitores no período em que enfrentou o processo de impedimento. Para isso, tivemos como objetivo principal compreender a construção discursiva da identidade feminina a partir da projeção *ethé* de traços de caráter e de imaginários ligados ao universo feminino no discurso da ex-presidenta. Como *corpus* para o estudo, trabalhamos nove discursos proferidos por ela em eventos e para públicos diversos, mas todos neste período em que elas não estava nem dentro nem fora da governança, como propõe Charaudeau (2006). Nossa escolha levou em conta o fato de se tratar de um momento único pelo qual a detentora legítima da Presidência da República passava, no qual havia uma intensa fragilidade política. As falas vão desde pronunciamentos oficiais à imprensa até eventos promovidos em apoio à sua manutenção no poder, passando pelo seu discurso de defesa junto ao Senado e sua fala logo após a deposição. O resultado deste estudo apontou para a construção de um *ethos* específico para a mulher detentora do poder político em situação de fragilidade, ancorando-se em imagens que reforçassem sua legitimidade pelo voto e a injustiça do processo pelo qual passava. Para tanto, Dilma Rousseff volta-se para a imagem do feminino, seja na sua experiência pessoal, de mulher pioneira por diversas vezes, que passou por diversas atribulações durante sua vida, seja na exaltação das mulheres brasileiras – lutadoras, vitoriosas, fortes -, que seriam esteio em sua batalha neste novo momento de adversidade e luta pela democracia.

Palavras-chave: construção discursiva; identidade feminina; *ethos*; discurso político; *impeachment*.

ABSTRACT

The purpose of this research is to understand, under the light of Discourse Analysis, how it was shaped the discursive construction of female identity in speeches given by the former President Dilma Rousseff during the period when she was removed from the role due to the impeachment process. As to the theoretical assumptions that guide this work, there are concepts defined by Patrick Charaudeau's Semiolinguistic Theory, particularly the concept of political discourse discussed by this linguist, as well as the sociodiscursive imaginary and its proposal, associated with Dominique Maingueneau on the concept of *ethos*. In order to understand how strategies adopted by a political subject - Dilma Rousseff - seeking to position and / or discursively maintain their images in front of their voters during the period of the impeachment process. Therefore, we aimed to realize the discursive construction of female identity from the projection of *ethé* of character traits and imaginaries linked to the female universe in the speech of the former president. As *corpus* for the study, we analyzed nine speeches given by her to various audiences at different events, but all of them during the period when she was neither in nor out of governance, as propose Charaudeau (2006). Our choice took into account that was a unique moment that the legitimate holder of the Presidency of the Republic was going through, in which was an intense political fragility. The speeches range from official press pronouncements to events promoted in support of Rousseff's powerless maintenance, through her defense speech to the Senate and her discourse after the deposition. The result of this study pointed to the construction of a specific *ethos* for a woman in a moment of fragility on her political power, anchored in images that reinforce her legitimacy through the vote and the injustice of the process she went through. For this purpose, Dilma Rousseff turned to the image of feminine, whether it is her personal experience, a pioneer woman several times, who has gone through many tribulations during her life, or the exaltation of Brazilian women - fighters, victorious, strong - who would be mainstay in her battle at this new time of adversity and struggle for democracy.

Key-words: discursive construction; female identity; *ethos*; political discourse; *impeachment*.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	-	85
IMAGEM 2	-	88
IMAGEM 3	-	91
IMAGEM 4	-	96

LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1	-	34
ESQUEMA 2	-	77
ESQUEMA 3	-	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET-MG	-	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DP		Discurso Político
TSE	-	Tribunal Superior Eleitoral
FGV-SP	-	Fundação Getúlio Vargas
ONU	-	Organização das Nações Unidas
STF	-	Supremo Tribunal Federal
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
UnB	-	Universidade de Brasília
Unicamp	-	Universidade de Campinas
UFBA	-	Universidade Federal da Bahia
UFAM	-	Universidade Federal do Amazonas
UEPB	-	Universidade Estadual da Paraíba
VPR	-	Vanguarda Popular Revolucionária
Colina	-	Comandos de Libertação Nacional
DOPS	-	Departamento de Ordem e Política Social
PAC	-	Programa de Aceleração do Crescimento
EBC	-	Empresa Brasileira de Comunicações
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
SESC	-	Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.	14
	PARTE I – REFLEXÕES TEÓRICAS.	18
1	Sobre o discurso político.	18
1.1	O objeto de estudo discurso político.	18
1.2	As condições do discurso político.	22
1.3	O contrato de comunicação e o discurso político.	24
2	As estratégias de captação: <i>ethos, pathos e logos</i>	27
2.1	Dos conceitos.	27
2.2	As estratégias do discurso político.	30
2.2.1	A dimensão argumentativa no Discurso Político.	33
2.2.2	Argumentação persuasiva no Discurso Político.	34
2.2.3	A dimensão afetiva no Discurso Político.	38
2.2.4	As emoções no Discurso Político.	38
2.2.5	As estratégias de dramatização no Discurso Político.	39
2.2.6	A construção da imagem de si no Discurso Político.	40
3	Das noções de identidade, representação e imaginário.	42
3.1	O imaginário da “Tradição”.	46
3.2	O imaginário de “Modernidade”.	47
3.3	O imaginário de “Soberania Popular”.	48
4	A mulher na política: questões de gênero.	50
4.1	Marco teórico acerca das questões de gênero na política.	54
4.2	Gênero enquanto objeto de análise.	57
4.3	Perfis de mulheres políticas: tipologias.	59
	PARTE II – A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE FEMININA.	61
5	Percurso teórico metodológico.	61

6	Breve contextualização do momento político no Brasil de 2016.	64
6.1	O processo: <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff.	66
7	Breve biografia de Dilma Rousseff.	71
8	Um mergulho nos discursos de Dilma Rousseff.	74
8.1	Procedimentos de Análise.	75
8.2	Da análise.	77
8.2.1	Dilma por Dilma: os <i>ethé</i> projetados.	81
8.2.2	A mulher e o <i>impeachment</i>	90
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.	97
	REFERÊNCIAS.	99
	ANEXOS.	103

INTRODUÇÃO

Oitenta e quatro anos se passaram desde a conquista do direito ao voto pela mulher no Brasil até a deposição da presidenta Dilma Rousseff. Neste espaço de tempo, vivenciamos no país uma contraditória relação da política com as mulheres: enquanto víamos o número de eleitoras crescer pleito a pleito, até elas atingirem a maioria do eleitorado, observávamos a constância de sua pouca representatividade nos postos de poder. Em 2010, contudo, registramos um ponto fora da curva: Dilma Rousseff foi eleita para o mais alto cargo do país, a Presidência da República. E, desde o início de seu mandato, foi palpável o fortalecimento do imaginário do feminino nas relações de poder, muito disso bancado pela própria Dilma, que fez questão em ser chamada nos documentos e comunicações públicas por “presidenta”. E como bem defende Patrick Charaudeau (2013, p. 397), o mundo político é feito de imaginários.

Em sua cerimônia de posse, em 1º de janeiro de 2011, foi deflagrada a primeira inflexão sobre questões de gênero e uma das imagens mais fortes de seu mandato. Diferentemente da posse dos presidentes anteriores, a presidenta Dilma Rousseff subiu a rampa do Palácio do Planalto acompanhada de sua filha, Paula Rousseff – configurando um fato novo, inaugurador na história dessa cerimônia no Brasil. A magnitude simbólica daquela dupla de mulheres à frente do desfile presidencial, sem dúvida estabelecia um novo paradigma nas relações entre o feminino e o poder.

Quatro anos mais tarde, testemunharíamos a reincidência da ousadia daquela mulher conquistando, mais uma vez, o direito de governar o Brasil. Ainda que o voto de 54.501.118 brasileiros lhe desse legitimidade para ocupar por mais quatro anos o Palácio do Planalto, sua eleição foi duramente contestada pelos derrotados em um momento de crise econômica e alta polarização política, desvelando a imaturidade do nosso projeto democrático, que acabou por esgarçar-se em um processo de *impeachment* altamente questionado por juristas ao redor de todo o mundo no ano de 2016.

Ao acompanhar o governo Dilma Rousseff desde seu início e, de modo especial, o processo do *impeachment* e as falas proferidas por ela naquele momento – entre seu afastamento provisório e definitivo –, tornou-se latente a esta pesquisadora o desejo de observar a construção de tais discursos – e como se voltou ao feminino, especialmente por ela ser a primeira mulher a ocupar a Presidência da República, assim como pela presença constante de mulheres ao seu lado, assim como em suas palavras.

Propomos, portanto, neste estudo pesquisar, sob a luz da Análise do Discurso, de modo especial norteados pelos conceitos tratados pela Teoria Semiociológica, de Patrick Charaudeau, de que forma se deu a construção discursiva da identidade feminina nos discursos proferidos pela ex-presidenta Dilma Rousseff no período em que ela esteve afastada do cargo devido ao processo de *impeachment*. Desta forma, ao buscarmos compreender as estratégias adotadas por um sujeito político – Dilma Rousseff - na busca por posicionar e/ou manter discursivamente suas imagens frente a seus eleitores no período em que enfrentou o processo de impedimento, paralelamente encontramos pistas que nos explicam de que forma a História recente de nosso país está sendo construída.

Além disso, o fato de se procurar entender, de forma ainda mais específica, a representação do feminino nos discursos da primeira mulher presidenta do Brasil, meditamos acerca de um novo cenário sociocultural do Brasil contemporâneo no qual a mulher busca algum protagonismo.

Para isso, tivemos como objetivo principal compreender a construção discursiva da identidade feminina a partir da projeção *ethé* de traços de caráter e de imaginários ligados ao universo feminino no discurso da ex-presidenta Dilma Rousseff enquanto estava afastada provisoriamente de seu cargo. Como *corpus* para o estudo, trabalhamos nove discursos proferidos por ela em eventos e para públicos diversos, mas todos neste período em que elas não estava nem dentro nem fora da governança, como propõe Charaudeau (2006). Nossa escolha levou em conta o fato de se tratar de um momento único pelo qual a detentora legítima da Presidência da República passava, no qual havia uma intensa fragilidade política. As falas vão desde pronunciamentos oficiais à imprensa até eventos promovidos em apoio à sua manutenção no poder, passando pelo seu discurso de defesa junto ao Senado e sua fala logo após a deposição.

No que concerne aos pressupostos teóricos que dão norte a este trabalho, o caminho adotado prestigia os conceitos tratados pela Teoria Semiociológica, de Patrick Charaudeau, particularmente o conceito de *discurso político* proposto por este linguista, que tem papel primordial na fundamentação deste estudo, assim como a noção de *imaginários sociodiscursivos* e sua proposição, associada a de Dominique Maingueneau, sobre o conceito de *ethos*.

Para a execução do estudo proposto, esboçamos uma estrutura geral com dois momentos - ou partes - compostas por oito capítulos. A primeira parte contempla algumas reflexões que permitam o desenvolvimento do trabalho, levando-se em conta as

teorias que norteiam os objetivos a serem alcançados. Assim, nessa seção são abordados os aspectos instrumentais considerados importantes para o embasamento teórico do trabalho.

Compõem tal parte quatro capítulos. No primeiro, abordamos as discussões que envolvem o Discurso Político, iniciando por sua concepção enquanto objeto de estudo, passando por suas condições de produção e pelas especificidades de seu contrato de comunicação. Na sequência, dedicamos um capítulo às estratégias de captação, abordando os conceitos de *logos*, *pathos* e *ethos*. Ainda neste momento, falamos sobre como se dá sua aplicação no Discurso Político, tanto na dimensão argumentativa, quanto na argumentação persuasiva e na dimensão afetiva. Para finalizar o capítulo, discorreremos sobre as emoções no Discurso Político, as estratégias de dramatização e a construção da imagem de si.

O terceiro capítulo é composto das noções de identidade, representação e imaginário tendo como norte as reflexões propostas por Charaudeau, especialmente seu conceito de imaginários sociodiscursivos. Finalizamos a parte das reflexões teóricas discutindo o papel da mulher na política, uma vez que este se trata de um ambiente inóspito à presença feminina. Iniciamos com um breve histórico sobre a condição da mulher no Brasil no que concerne a política, desde o direito ao voto até as discussões mais recentes acerca de quota parlamentar. Na sequência, apresentamos um breve marco teórico sobre as questões de gênero na política e, logo após, abordamos o gênero enquanto objeto de análise. Para terminar, apresentamos as principais tipologias de mulheres na política, de acordo com trabalho desenvolvido por Panke (2016).

A segunda parte também se constitui por quatro capítulos e compreende a metodologia, a apresentação dos dados e resultados, sendo denominada “A construção discursiva da identidade feminina”. Procuramos situar neste bloco o objeto de pesquisa de acordo com as principais linhas teóricas adotadas para a sua contextualização e análise. Assim, mostramos como se deu a articulação do aparato teórico-metodológico, mais precisamente das categorias de análise, por meio das quais investigamos a constituição de sentidos linguístico-discursivo da identidade feminina no discurso de Dilma Rousseff. Desta forma, iniciamos com um capítulo dedicado ao percurso teórico-metodológico.

Na sequência, tornou-se necessário dedicar dois capítulos à contextualização da *mise-en-scène* discursiva de forma mais efetiva, uma vez que o discurso não é proferido em ambiente isolado e sofre influência do momento sócio histórico em que está

inserido. Sendo assim, no capítulo seis, apresentamos uma breve contextualização do momento político no Brasil em 2016, discorrendo de modo especial acerca do processo do *impeachment* e do movimento denominado “Primavera das Mulheres”. Já o sétimo capítulo é dedicado a uma breve biografia de Dilma Rousseff.

O oitavo e último capítulo deste trabalho é quando se dá um mergulho, de fato, nos discursos de Dilma Rousseff. Apresentamos inicialmente os procedimentos de análise, na sequência mostramos a análise e discutimos os resultados por ela apontados, ou seja, chegamos aos *ethé* assumidos pela ex-presidenta, assim como os imaginários de feminino projetados por ela, fechando o ciclo proposto em nosso problema de pesquisa.

Após apresentar esse rápido panorama sobre nosso estudo, iremos nos debruçar sobre a teoria que guiará nossos passos nas análises que, posteriormente, aplicaremos em nosso corpus. Exporemos, pois, a seguir alguns pontos precisos das especificidades do Discurso Político que nos serão de grande utilidade para os capítulos posteriores.

PARTE I – REFLEXÕES TEÓRICAS

1. Sobre o discurso político

1.1 O objeto de estudo discurso político

Um lugar de jogo de máscaras: assim podemos classificar o discurso político (DP). Neste campo, toda palavra pronunciada deve ser tomada por aquilo que diz e por aquilo que não diz. Sendo nosso *corpus*, o discurso político, faz-se necessário aqui pontuar de que forma se instaura tal jogo de máscaras no discurso político e quais são os meios discursivos de que dispõe o sujeito político para tentar persuadir seus interlocutores, ou seja, as condições gerais de emergência e as estratégias que se oferecem a todo ator político, quaisquer que sejam as posições por ele defendidas.

Ao abordar o DP, é importante, que compreendamos de antemão os sentidos que envolvem tanto o conceito quanto a prática política. Da mesma forma, o que ele pode representar em diferentes situações.

Antes de avançarmos, no entanto, cabem aqui alguns questionamentos envolvendo as especificidades do campo das Ciências da Linguagem quando se relaciona com a Política. Quais os vínculos que unem estes dois polos? De qual maneira um campo pode contribuir com o outro? Para nos auxiliar na tentativa de responder tais questões, nos filiaremos às reflexões teóricas e metodológicas elaboradas por Charaudeau (2006), Courtine (2003), dentre outros, sobre o discurso político.

Falar sobre DP é vislumbrar uma área marcada por conflitos em virtude dos interesses de grupos sociais em oposição estarem em jogo. A palavra “política”, cuja origem vem do grego “*politeía*” tem sua origem nas *polis*, cidades autônomas na Grécia Antiga. Estas eram dotadas de poder político (*politeía*) para exercê-lo nos procedimentos de controle da *polis*. Desta forma, a concepção grega de cidade liga-se ao de comunidade política e revela a importância dessa prática na sociedade desde então. Portanto, a política e o exercício do poder estão intrinsecamente ligados.

Desde o surgimento da Análise do Discurso (AD) na França, na década de 60, se observou o interesse dos estudiosos da linguagem pela política. Explica Charaudeau (2006) que os primeiros estudos envolvendo o Discurso Político naquele país coincidiram com a fundação de um novo paradigma no qual se permitiu o estudo da língua não apenas como sistema, mas também como discurso (o que implica a

consideração de um contexto sócio-histórico, de suas condições de produção, dos valores e dos universos de pensamento veiculados na materialidade linguística). Ainda segundo o autor, as ideias sempre foram prioridade nos estudos do discurso político, uma vez que, naquele período, o jogo político se pautava na disputa entre sistemas de pensamento mais delimitados, como esquerda x direita.

Diferentemente das demais disciplinas que também se interessam pelo fenômeno político (como a Filosofia, a Sociologia, a Psicologia Social, a Antropologia Social, as Ciências Políticas, o Marketing e a Comunicação Política), AD não tem por objetivo se questionar sobre a legitimidade da racionalidade política, nem sobre os mecanismos que produziram esse ou aquele comportamento político. Da mesma forma, também não objetiva buscar explicações sobre as causas e consequências de determinado acontecimento da história política. A atenção da AD, como afirma Charaudeau (2006), está voltada para a organização e as estratégias dos discursos que sustentam a ação política. Sendo assim, o foco de interesse da AD encontra-se nos atos de linguagem que circulam no mundo social e que testemunham, eles próprios, o que são os universos do pensamento e de valores dominantes num determinado momento da história.

A palavra política, para Charaudeau (2006), assim como toda forma de discurso, deve ser compreendida enquanto o resultado da articulação entre linguagem, ação, poder e verdade. Observando-se por essa perspectiva, torna-se possível entender que o ato de linguagem possibilitaria o estabelecimento das relações entre os sujeitos, permitindo construir assim o vínculo social. Partindo para o campo discursivo, a ação política seria aquela responsável por organizar a vida social com a finalidade de se alcançar o bem comum. A palavra política, por sua vez, seria, portanto, responsável por intervir no espaço público caracterizando-o como lugar de discussão, de ação, e também de persuasão.

Já no que concerne ao entendimento sobre o poder político, Charaudeau (2006) o vê caracterizado por um duplo fundamento. Inicialmente, deve-se levar em conta tudo o que diz respeito à organização da vida em sociedade e aos assuntos que competem à coletividade, tendo como referência certos princípios e valores capazes de mobilizar os indivíduos. Na sequência, passa-se a observar a prática política, que estaria por sua vez relacionada com o modo como o sujeito conduz a gestão da vida coletiva em meio às relações de forças instauradas. O autor propõe o entendimento segundo o qual:

[...] poder político resulta dialeticamente de dois componentes da atividade humana: o do *debate de ideias* no vasto campo do espaço

público, lugar onde se trocam opiniões; o do *fazer político* no campo mais restrito do espaço público, onde se tomam decisões e se instituem atos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 22).

Entretanto, tanto este linguista quanto Courtine (2003) nos mostram que, contemporaneamente, assiste-se a um deslocamento da política, considerada atividade de defesa de ideias, para a política centrada na gestão do verbo, na espetacularização midiática, na persuasão/sedução, na projeção de imagens. Também Piovezani (2007) nos lembra que, em seus últimos textos, Michel Pêcheux fala das mudanças do discurso político, reiterando que esse campo discursivo estava, já naquele período, amplamente midiaticizado.

Para Courtine, o discurso político se encontra em crise nas sociedades ocidentais uma vez que a política-espetáculo deformaria o debate de ideias. Ainda conforme o autor, sob a égide do espetáculo político, o discurso é submetido a uma dupla exigência, na qual de uma parte se daria uma imposição da verdade, sendo então o “falar-verdadeiro” que exprime em sua transparência as próprias coisas, enquanto de outra parte observamos um imperativo da simplicidade, do “falar-francamente”, da língua cotidiana e ordinária.

Seria, portanto, o reinado das formas breves. Comunicar em política passa a ser o uso de poucas palavras, em frases curtas, seguindo algumas fórmulas. “O diálogo político tornou-se um gênero autônomo, quase clássico, cujas regras e rituais estão presentemente estabelecidas” (COURTINE, 2003, p. 24).

Nesse mesmo vértice encontramos Piovezani (2007), que concebe o discurso político como sendo

[...] uma prática simbólica produzida, no interior do campo discursivo político, em circunstâncias públicas, por um enunciador, legítimo ou em busca de legitimidade, que não se reduz a um “eu” pessoal, destinada a uma audiência, que não corresponde a um interlocutor individual, e cujo assunto em questão se refira direta ou indiretamente ao interesse comum de uma coletividade, acreditamos que seja o conteúdo temático a dimensão que se repete nesses diversos gêneros em que o discurso político se formula. (PIOVEZANI, 2007, p. 110).

No que concerne às novas formas do discurso político, ele defende que estas se manifestam na memória de curta duração, nas breves formulações sincréticas, “com seus efeitos dialógicos e desierarquizantes, nas modalidades enunciativas personalizadas e nos ritmos dinâmicos de sua circulação” (2007, p. 164). Ainda sob a argumentação de Piovezani, tal conjunção de fatores atesta o “estado líquido” das discursividades

políticas contemporâneas, cujo funcionamento se fundamenta na efemeridade, na fluidez, na volatilidade, na fragmentação e no esquecimento, tão apropriados aos ritmos e movimentos velozes do mercado e do consumo. Com as múltiplas plataformas de divulgação dos discursos políticos, incessantemente atualizadas a partir do advento da Internet, tais características se intensificam ainda mais.

Charaudeau (2017), por sua vez, advoga que, na atualidade, não se trata mais do conteúdo das ideias o que se é dado a entender no discurso político, mas sim sua encenação. Seria um deslocamento semelhante ao que ocorre com o discurso publicitário desde sua origem. Tais mudanças alteraram significativamente o modo de produção do discurso político na atualidade e apontam para a produção de subjetividades.

Para Charaudeau o fenômeno político fundamenta-se em uma guerra simbólica que visa ao poder: “(...) o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer (...) o Verdadeiro, O Falso e o Possível)” (CHARAUDEAU, 2017, p. 46). Assim, para ele, a Análise do Discurso não deve se circunscrever somente à investigação do conteúdo político, mas deve abarcar também as estratégias de captação, de sedução do discurso político, entendido a partir de uma problemática de influência.

Ainda seguindo o autor, para quem o DP se estrutura a partir de uma relação dialética entre conceito político e prática política, tal discurso teria, assim, um duplo fundamento. O conceito refere-se aos valores e princípios que organizam, problematizam a vida coletiva. Além disso, esses emergem nos lugares de elaboração dos sistemas de pensamento, fundam os ideais políticos, que pretendem se tornar referência para a ação e o posicionamento políticos.

Charaudeau defende que o discurso político é produzido em diversos lugares, não somente no lugar da governança e da intelectualidade política. O autor (2017) identifica três espaços de produção do discurso político além desse espaço da comunicação: o espaço de elaboração dos sistemas de pensamento e o espaço de comentário (que se refere aos discursos a respeito do político, não visam ao engajamento de sujeitos em ações, pode revelar opiniões, por exemplo, as conversas cotidianas, a mídia, que deveria se contentar em comentar sem engajamento). Além desses lugares, o autor propõe a apreensão do jogo político a partir de quatro instâncias: a política (espaço da governança, do poder fazer); a adversária; a midiática e a cidadã.

Sob a perspectiva proposta por Charaudeau em sua Teoria Semiolinguística, o discurso político apresenta ao analista do discurso desafios a serem superados de forma a extrair deles todos os sentidos possíveis e interpretá-los, levando-se em consideração, antes de tudo, que o DP está inserido numa problemática da influência social.

Antes de prosseguirmos neste estudo sobre o DP, uma ressalva, assumimos aqui com Charaudeau (2017), que a Análise do Discurso Político não deve questionar a legitimidade da racionalidade política (como o faz a Filosofia Política), nem tampouco, os mecanismos que produzem comportamentos políticos (tarefa da Ciência Política). Nesse sentido, essa pesquisa busca descrever e analisar as estratégias discursivas que representam a identidade feminina e que se polemizam na atualidade; assim, talvez, poderemos contribuir para um diagnóstico que permita observar a articulação entre os ideais e as práticas políticas a partir do *corpus* que se consubstancia no discurso de um sujeito político mulher.

1.2 As condições do discurso político

Enquanto dispositivo, trabalhamos com a concepção proposta por Charaudeau (2010) de que o DP pode ser compreendido enquanto gênero pertencente à categoria discursiva denominada Discurso Propagandístico. Sob essa perspectiva, além do Discurso Político, compõem o Discurso Propagandístico também os gêneros Discurso Publicitário (alicerçada na lógica mercantil) e Discurso Promocional (característico das campanhas promocionais de cunho social).

De acordo com o autor, este tipo de discurso tem como característica pungente é sua finalidade de incitação, ou seja, de *fazer crer* a uma instância coletiva e, para tanto, se utiliza normalmente de um meio de difusão em massa para ser propagado. Além disso, podemos destacar como outra característica do Discurso Propagandístico sua estruturação em um sistema narrativo que articula uma falta em relação a um objeto ideal, e tal sistema trabalha de forma a buscar e atingir este ideal.

Um esquema argumentativo também faz parte do discurso propagandístico, pois ao dizer que somente este “meio”, uma ideia ou produto, permite ao sujeito conseguir atingir o objeto almejado, exclui assim uma possível objeção, uma vez que o destinatário não pode deixar de querer o objeto proposto. Ele não só deve querer como também aderir. (MAIA, 2015, p. 22)

Explica-nos Charaudeau (2006) em relação às instâncias em que se dão o jogo político, que, no DP, a instância política encontra sua legitimidade no processo de representação popular, o que pode se dar, por exemplo, por meio do voto. Uma vez que a cada grupo cabe propor um objeto de discurso que represente a ideia de se chegar ao melhor regime político, cabe, por sua vez, à instância-público aderir ao projeto e reconhecer e aceitar a legitimidade da representação política. Neste cenário de idealidade cidadã que conduz o DP, emerge um objeto que se orienta por uma lógica dupla: a primeira é a simbólica, cuja representação se dá por meio de um projeto de sociedade ideal e que leva à produção de um discurso que faça emergir todos os valores que ela pretende assumir; já a segunda seria a pragmática, que permite explicar quais meios se tornam concretos de forma a promover a sociedade ideal, ou seja, concretizar tais valores.

Ainda segundo os estudos de Charaudeau, são os espaços de estratégia em que o DP se estrutura, sendo eles diferentes e complementares. Por meio da estratégia de legitimação, a instância política estabelece o contato e procura assegurar a relação. Já pela estratégia de credibilidade, ela promove sua imagem e, com isso, possibilita que se dê a identificação. Por fim, na estratégia de captação ela busca equilibrar a emoção e - os processos de dramatização que se encontram envolvidos em si - e a razão lógica dos argumentos. Além disso, são também empregadas nesse tipo de discurso estratégias de persuasão cujo objetivo é evocar imagens responsáveis por promover credibilidade e identificação. Tais representações são produzidas acerca dos valores de um grupo social e que transmitem ideias como “virtude”, “potência”, “competência”, de “chefe” unificador, bem como a ideia de “humanidade” e de “solidariedade”, de uma aproximação ao povo. (CHARAUDEAU, 2006).

Ademais, nesse mecanismo de elaboração das estratégias também estão os modos de interpelações e de implicação do interlocutor no discurso, que se dão mediante atos alocutivos, como, por exemplo, em enunciações que comportam sintagmas do tipo “Nós brasileiros”, “povo brasileiro”, “cidadão brasileiro”; ou naquelas que destacam as diferentes identidades (nacionais / regionais / comunitárias); ou ainda em enunciados de chamada à luta, ao combate, à defesa da pátria, do meio-ambiente, do petróleo, do patrimônio cultural, etc.

1.3 O contrato de comunicação e o discurso político

Segundo Charaudeau (2006), todo contrato de comunicação é efetivado em função da articulação entre um campo de ação (que se trata de um lugar de trocas simbólicas e relações de forças), com um campo de enunciação (espaço este de encenação da linguagem).

Conforme a proposição do semiolinguista, o contrato de comunicação que rege o discurso político se caracteriza por um dispositivo¹ de interação que lhe é próprio, sendo possível ser compreendido tanto por meio de uma perspectiva que o concebe em sua globalidade, assim como centrando o interesse em suas manifestações específicas, ou seja, em variantes de gêneros (enunciação televisiva, radiofônica, entrevistas, pronunciamentos, etc.).

O dispositivo que comanda o contrato de comunicação do DP, de acordo com Charaudeau, se compõe por instâncias de enunciação que, por meio de interação mútua, estabelecem relações de força, de poder (e contra-poder) e, principalmente, de influência. Podemos compreender as instâncias do dispositivo político uma que vez que observamos a correspondência entre três lugares nos quais os discursos do campo político são produzidos: um lugar de governança (instância política) e de disputa pelo poder (instância adversária), um lugar de opinião (instância cidadã) e um lugar de mediação (instância midiática). Instâncias estas de naturezas heterogêneas e constituídas por organizações diversas. (CHARAUDEAU, 2006, p. 55).

A chamada instância política seria aquela que ocupa o espaço político de representação, além de ser o lugar no qual se dá a atuação dos atores políticos responsáveis pelas tomadas de decisões, assim como pela governança e pelas ações políticas a serem executadas. Tal instância é a que ajusta às diversas relações com a instância cidadã, na maioria das vezes por intermédio da instância midiática, propondo-lhe um conjunto de valores e ideais de sociedade com o objetivo de conquistar ou se manter no poder. Para tanto, cabe à instância política lidar paralelamente com as

¹ De acordo com Charaudeau (2006, p. 53): “Em uma perspectiva da análise dos fatos de comunicação, o dispositivo é, antes de tudo, de ordem conceitual. Ele é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem as trocas linguageiras ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos parceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade. Mas o emprego do dispositivo depende também das condições materiais em que se desenvolve a troca linguageira. Uma vez que estas podem variar de uma situação de comunicação a outra, estabelece-se uma relação de encaixamento entre o macrodispositivo conceitual que estrutura cada situação de troca social e os microdispositivos materiais que a especificam enquanto variantes”. E ainda: “O dispositivo é aquilo que garante uma parte da significação do discurso político ao fazer com que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 54).

pressões provenientes da instância cidadã e, concomitantemente, com os ataques que partem da instância adversária, também participante da disputa pela conquista do poder político. Portanto, uma batalha discursiva se configura e é colocada em marcha com o propósito de influenciar a opinião pública e atingir, por meio de um discurso persuasivo, a adesão da instância cidadã ao projeto de sociedade proposto. Segundo destaca Charaudeau:

A instância política estabelece com seu parceiro principal, a instância cidadã, relações diversas segundo a maneira como a imagina: como um público heterogêneo, quando se trata de dirigir-se a ele por meio das mídias; como um público-cidadão que tem uma opinião, quando se trata de fazer promessas eleitorais; como um público-militante que já tem orientação política, quando se trata de mobilizar os filiados. (CHARAUDEAU, 2006, p. 57).

Por sua vez, a instância adversária tem como principal característica não ser portadora do poder político institucionalizado, assim como também pelo lugar ocupado por ela no dispositivo, o qual lhe põe em condição de oposição, tornando-a representante de parte da sociedade e levando-o, por conseguinte, a produzir um discurso recorrente de crítica (por muitas vezes também de denúncia), ao grupo ou político que está exercendo o poder.

Ainda seguindo a perspectiva de Charaudeau, a instância cidadã se apresenta como representante da coletividade de opiniões que são construídas fora do governo. Uma vez que ocupa um espaço de contra-poder, tal instância seria responsável por criar discursos de reivindicação, de interpelação do poder vigente ou até mesmo de sanção. Para o autor, as instâncias política e cidadã situam-se em uma relação recíproca de influência.

Também localizada fora do lugar de governança, segundo Charaudeau, a instância midiática se caracteriza pelo fato de possibilitar a conexão entre as instâncias política e cidadã, apelando, para tanto, a um conjunto de procedimentos que dão anuência à exibição e, muitas vezes, à espetacularização da cena política. Diz ele:

O discurso da instância midiática encontra-se, portanto, entre um enfoque de cooptação, que o leva a dramatizar a narrativa dos acontecimentos para ganhar a fidelidade de seu público, e um enfoque de credibilidade, que o leva a capturar o que está escondido sob as declarações dos políticos, a denunciar as malversações, a interpelar e mesmo a acusar os poderes públicos para justificar seu lugar na construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2006, p. 63).

Sendo assim, observamos que, ao produzir seus discursos, cada uma das instâncias que compõem o dispositivo que rege o discurso político, o faz de forma a garantir sua legitimidade, construindo, para tanto, imagens que equivalem aos papéis que lhes competem no espaço social, seja de lealdade (para a instância política); de protesto (para a instância cidadã); de denúncia (para a instância midiática).

Tendo visto em linhas gerais como se constitui o discurso político enquanto objeto de estudo, a partir de agora, passaremos a observar nos próximos capítulos as especificidades do DP no que concerne as estratégias envolvidas para a captação da plateia.

2. As estratégias de captação: *ethos*, *pathos* e *logos*

2.1 Dos conceitos

Desde a Antiguidade, conceitos envolvendo as estratégias discursivas são empregados. Em sua Retórica, Aristóteles propôs categorizar os meios discursivos de influência do auditório em três campos. De um lado, sob o domínio da razão, se encontraria o *logos*, por meio do qual seria possível convencer. Na outra ponta estariam o *pathos* e o *ethos*, pertencentes ao domínio da emoção e mediante os quais se tornaria possível emocionar.

Tanto o *ethos* quanto o *pathos* participam, portanto, dessas “demonstrações psicológicas” que não correspondem, como lembra Barthes, ao estado psicológico real do orador ou do auditório, mas “ao que o público crê que os outros têm em mente”. [...] Entretanto, se o *pathos* é voltado para o auditório, o *ethos* é voltado para o orador. (CHARAUDEAU, 2006, p. 113).

Em outras palavras, conforme Aristóteles, o *ethos* seria a imagem que o orador mostra, apresenta ter, não necessariamente sendo fato aquilo. Já o *pathos* é aquilo que o orador sensibilizaria em seu auditório com o discurso, as paixões, os sentimentos, as emoções. E, por sua vez, o *logos* se referiria à argumentação instaurada propriamente por meio do discurso.

Tais características da retórica, no entanto, foram abandonadas por determinado período de tempo e ocultadas a partir do século XVIII, sendo substituídas pela estilística². Galinari (2014) defende que a tríade das provas retóricas se trata de ângulos (ou dimensões) do processo discursivo, uma vez que os meios de persuasão passariam a ser observados não mais enquanto categorias diversas de análise somente, mas ainda como dimensões de um mesmo discurso e, especialmente, como ferramentas de leitura a serem utilizadas de forma a conjecturá-lo, a fim de extrair, em um plano de adesão, as possíveis consequências retóricas.

² Ramo da Linguística que estuda a língua na sua função expressiva, analisando o uso dos processos fônicos, sintáticos e de criação de significados que individualizam estilos.

Desta forma, objetivamos neste estudo trabalhar com as três provas em pé de igualdade, considerando essencialmente importantes tanto o orador, como também o auditório e a linguagem, a fim de não cair em armadilhas de concepções que excluam dimensões constitutivas do discurso.

Por sua vez, Charaudeau relata o retorno do uso da tríade das provas retóricas, recentemente, de modo especial com o desenvolvimento dos estudos relativos à argumentação. Conforme explica, “entre essas categorias, a noção de *ethos* foi retomada e redefinida por certos pesquisadores da análise do discurso” (2006, p. 114). Na retórica, o *ethos* trata da imagem de si que o orador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real, se restringindo apenas à eloquência judiciária e aos enunciados orais.

Já na reelaboração retomada pela análise do discurso, vemos que todo enunciado precede de um enunciador encarnado. Ainda que o texto não seja escrito, ele se sustenta em uma voz, a voz de um sujeito situado para além texto. Isso é o que podemos chamar de *ethos*, segundo Dominique Maingueneau (2004): a personalidade do enunciador. É com esta denominação que trabalharemos neste estudo.

Nessa concepção, o enunciador deve legitimar seu dizer e, para tanto, em seu discurso, ele se atribuiria uma posição institucional que marcaria sua relação a determinado saber. “O *ethos* discursivo é coextensivo a toda enunciação: o destinatário é necessariamente levado a construir uma representação do locutor” (MAINGUENEAU, 2010, p. 79). Para ele, este tenta controlar tal representação, mais ou menos conscientemente, de maneira bastante variável, segundo os gêneros do discurso. Sendo assim, cada gênero de discurso comporta o que seria uma distribuição pré-estabelecida de papéis que determina em parte a imagem de si do locutor.

Desta forma, o conteúdo do enunciado suscitaria adesão por meio de uma maneira de dizer que também seria uma maneira de ser. O autor explica que tal noção de *ethos* não corresponde apenas à dimensão propriamente vocal, mas também às determinações físicas e psíquicas conectadas por meio das representações coletivas à personagem do enunciador. Ao fiador, que seria esta figura que o destinatário deve construir tendo por base os indícios textuais de diferentes ordens, se atribui um caráter e uma corporalidade. O primeiro equivale a uma gama de aspectos psicológicos; o segundo, por sua vez, corresponde a uma compleição corporal, mas também a uma forma de se vestir e se movimentar no espaço social.

O *ethos* implica, com efeito, uma disciplina do corpo apreendido por intermédio de um comportamento global. O caráter e a corporalidade do fiador provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, sobre as quais se apoia a enunciação que, por sua vez, pode confirma-las ou modificá-las. [...] A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse “fiador” que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado. (MAINGUENEAU, 2004, p. 99).

Ao falar sobre o *pathos*, Charaudeau (2007) argumenta que, ao tratar das emoções, o analista do discurso deve ter em mente que esta noção pode ser objeto de um estudo específico da linguagem. O autor defende que as emoções seriam “representacionais”. Elas teriam origem em uma “racionalidade objetiva”, uma vez que provêm de um sujeito que possui uma intencionalidade, e orientadas em direção a um objeto “imaginado”. A relação entre tal sujeito e tal objeto se dá por meio de representações. “É pelo fato das emoções se manifestarem em um sujeito em função de alguma coisa que esse sujeito se faz representar enquanto tal” (CHARAUDEAU, 2007 p. 241).

Na perspectiva da Análise do Discurso, segundo o autor, não se deve considerar os sentimentos como uma sensação, nem como um experimentado, nem ainda como um expresso, já que, de um lado, é possível ao discurso ser portador e desencadeador de sentimentos ou emoções, por outro, não está nele o que prova de autenticidade do que sente. O que é sentido por outro nunca é refutável. Já um discurso que visa produzir uma emoção o é. Ou seja, o sentimento não pode ser confundido com sua expressão, deve-se considerar como um efeito possível que tem a possibilidade de suscitar certa ativação do discurso junto a um dado público, em uma determinada circunstância.

Tendo em visto isso, Charaudeau propõe (2007) a definição de algumas categorias patêmicas: tópica da “dor” e seu oposto, o “prazer”; tópica da “angústia” e seu oposto, a “esperança”; tópica da antipatia, e seu oposto, a “a-simpatia”. Cada uma das tópicas se define em termos de cenário e de figura (tristeza-sufrimento/contentamento-satisfação; medo-terror/confiança-apelo; cólera-conversão/benevolência-compaixão), marcando determinado lugar (adesão/distância) da plateia.

Em suma, o sujeito falante recorre a estratégias discursivas que tendem a tocar a emoção e o sentimento do interlocutor de modo a seduzir ou, o oposto disso, lhe fazer medo. “Trata-se de um processo de dramatização que consiste em provocar a adesão

passional do outro atingindo suas pulsões emocionais” (CHARAUDEAU, 2007, p. 245).

Partindo para o *logos*, ele normalmente é associado à argumentação em si, visto como mais nobre, honesto, sem artimanhas de ludibriação do ouvinte (como se dá no *pathos* e no *ethos*). Poderia ser encarada, portanto, como superior às duas outras pernas da tríade, por supostamente não lidar com subjetividades como as emoções, desejos e vontades, já que, ao contrário disso, a argumentação envolve processos racionais, de organização e exposição lógica, composta por argumentos plausíveis e coerentes.

Contudo, é importante compreender a inter-relação que dá entre as provas retóricas, expandindo o *logos* de forma a relacioná-lo ao *pathos* e ao *ethos*, compreendendo estes dois como desdobramentos semântico-discursivos do *logos* em um contexto específico. Pois conforme Galinari (2014) explica, o *ethos* e o *pathos* apenas se tornam realidade por meio do discurso, isto é, por meio de sua estrutura e de seus raciocínios, ou seja, o que se caracteriza por *logos*.

Após visualizarmos os conceitos envolvendo a tríade das provas retóricas, passaremos a observar de que forma elas se manifestam no discurso político.

2.2 As estratégias do discurso político

O discurso político é caracterizado por um processo de persuasão que se dispõe a cargo da conjunção e articulação de determinadas estratégias as quais o sujeito político recorre com a finalidade de cativar o cidadão-eleitor. Isso se dá de forma a corresponder às demandas sociais e ocorre por meio da elaboração de um discurso cujo objetivo é promover certos valores e evocar determinados imaginários, assim como pela encenação narrativa e ainda pela inclusão de imagens que contribuem para a constituição da identidade política. Explica Charaudeau:

Para o político é uma questão da estratégia a ser adotada na construção de sua imagem (*ethos*) para fins de credibilidade e de sedução, da dramatização do ato de tomar a palavra (*pathos*) para fins de persuasão, da escolha e da apresentação dos valores para fins de fundamento do projeto político. (CHARAUDEAU, 2006, p.84)

Outra característica concernente ao discurso político é o fato de este possuir uma dupla finalidade: convencer a maior quantidade de pessoas acerca da pertinência de seu

projeto político e conseguir a adesão dos cidadãos aos valores que são propostos. Para tanto, o sujeito político busca produzir uma dupla identidade discursiva que considere tanto o conceito político, por meio do posicionamento ideológico adotado, assim como a prática política, espaço de mobilização das estratégias utilizadas de modo a conduzir e manter o poder.

Devido a esse cenário, faz-se necessário ao sujeito político que ele seja reconhecido em suas virtudes, de forma a inspirar confiança e admiração, a criar identificação à sua pessoa e a fazer que se dê a adesão as suas ideias. Verificamos, assim, a importância que o plano dos sentimentos e das emoções alcança no DP. Tal fato parece ser consciente aos políticos mais consagrados, pois reconhecem que o sucesso no campo da política se concentra boa parte na capacidade do líder em gerir a paixão das massas.

No entanto, a elaboração de um discurso político, por certo, apela tanto aos elementos da razão quanto aos relacionados à paixão. É o que afirma Charaudeau (2006, p.81): “[...] sustentamos a hipótese, seguindo filósofos da retórica política, de que a influência política é praticada tanto no terreno da paixão quanto no do pensamento”. Sendo assim, a persuasão no DP se efetiva via uma encenação que objetiva estabelecer uma articulação de elementos do *ethos*, do *logos* e também do *pathos*, ou seja:

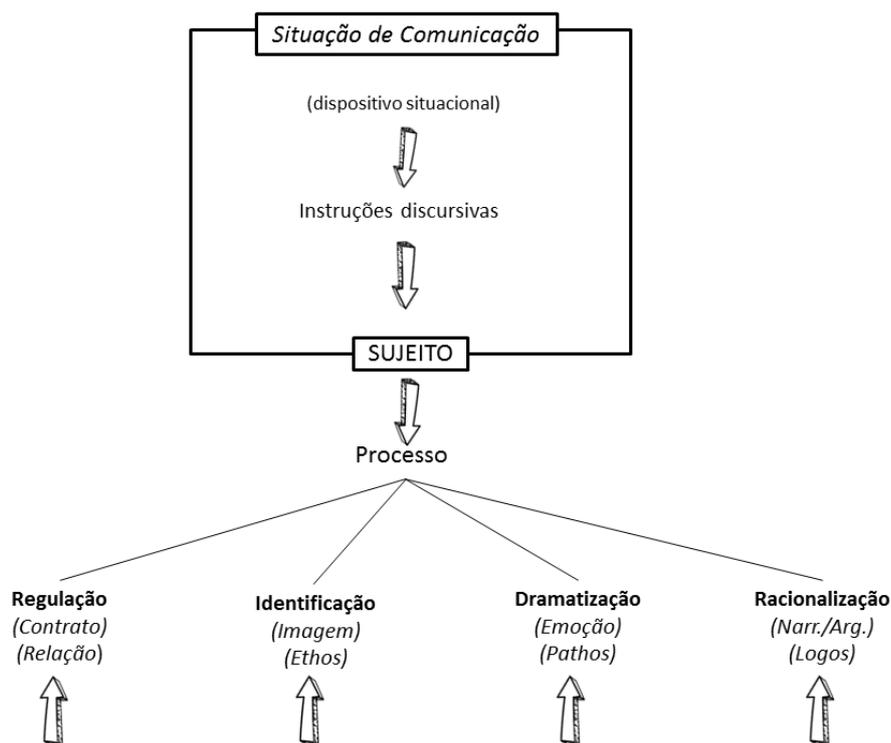
[...] Parece que o discurso, mesmo sendo uma mistura desses três componentes, progressivamente deslocou-se do lugar do *logos* para o do *ethos* e do *pathos*, do lugar do teor dos argumentos para o de sua encenação. A exemplo do discurso publicitário – e talvez também do midiático –, o discurso político mostra mais sua encenação que a compreensão de seu propósito: os valores de *ethos* e de *pathos* terminam por assumir o lugar de valores de verdade. (CHARAUDEAU, 2006, p. 46).

Tendo por objetivo arregimentar um contingente de cidadãos cada vez mais amplo, a instância política passa a colocar em marcha discursos que possam ser representantes de determinados valores, assim como corresponder às demandas provenientes do grupo social ao qual se dirige. Sendo assim, o DP se organiza a partir da mobilização de determinadas estratégias discursivas que, além de explicitar os motivos que tornam o projeto de sociedade proposto viável ou ainda das ações a serem efetuadas, procuram também tocar os afetos e sentimentos dos cidadãos, assim como de criar e apresentar uma imagem que reflita tais ideais, evocando um conjunto de

representações e imagens com o intuito de fazer aderir o maior número possível de eleitores às suas ideias.

Conforme constata Charaudeau (2006, p.78), seja em situação de campanha eleitoral, seja em situação de governança (lugar de decisão e de exercício do poder), a comunicação política objetiva sempre atingir e seduzir as massas e, para tanto, recorre a temas de interesse ao conjunto da sociedade, construindo discursos que se mostrem simples e claros, que evoquem determinados mitos e imaginários capazes de reverberar no espaço social, e gerem como resposta uma forma de adesão empática. Sendo assim, o DP se mostra predominantemente persuasivo, procurando articular diferentes opiniões com a finalidade de estabelecer um consenso.

O esquema abaixo (2010, p. 246) foi desenvolvido por Charaudeau com o intuito de representar a posição do sujeito falante no DP, “que se encontra entre as restrições da situação de comunicação na qual se encontra e o processo que este operacionaliza” (CHARAUDEAU, 2010, p. 245). No debate que contrasta, por um lado, encontramos os que defendem que “tudo é argumentação”, caracterizado pelo autor no interior do processo em uma atividade mais racionalizante que teria por intuito a verdade (onde se pode detectar paralogismos), assim como uma segunda mais persuasiva, que tem por objetivo a veracidade (onde os paralogismos não têm razão de ser). Ainda no que concerne a este mesmo debate contrastante, de outro lado, há os partidários de uma “distinção primitiva entre argumentação e persuasão” e, para estes, Charaudeau escolhe outra posição, que versa em estabelecer em termos de noção genérica, sobredeterminante, uma intenção de influência que se dá a partir de diversos processos (marcado no diagrama pelo jogo de flechas e pontilhados) e que estão em interação constante entre si.



Esquema 1 - Fonte: CHARAUDEAU (2010, p. 246)

Trataremos, nos tópicos seguintes, determinados aspectos específicos relacionados às estratégias que o DP emprega, como a dramatização do discurso, a construção da imagem, a proposição dos valores e argumentos, buscando caracterizá-las, assim como apontar os espaços de organização discursiva que ocupam.

2.2.1 A dimensão argumentativa no Discurso Político

Para Charaudeau (2008), a argumentação – assim como os atos de linguagem de um modo geral - está inserida no que ele chama de uma “problemática de influência”. A fim de entender esse processo, o autor defende a proposta de uma interdisciplinaridade focalizada, na qual conceitos provenientes de diversas disciplinas (como a Psicologia Social, a Sociologia, a Antropologia, as Ciências da Linguagem) seriam conjugados e, dentro da perspectiva da semiolinguística, passam a ter uma redefinição apropriada.

Charaudeau (2008) insere o ato argumentativo em uma dada situação de comunicação que o valida, havendo a possibilidade dele ser compreendido no tocante a três grandes ordens argumentativas: a demonstração (estabelecer uma verdade), a explicação (fazer saber uma verdade já estabelecida) e a persuasão (fazer crer). Para o

autor, tal cenário implica dizer que o sujeito argumentante considera as instruções da situação de comunicação em que se encontra de forma a promover uma tripla atividade discursiva de argumentação: problematizar (questionar dentro de um domínio temático), se posicionar (escolher um ponto de vista) e provar (racionalizar e argumentar com o intuito de justificar sua escolha). Sendo assim, o sujeito argumentante serve-se de uma série de estratégias argumentativas a fim de influenciar seu interlocutor.

Por conseguinte, consideramos neste estudo a argumentação por uma perspectiva persuasiva, já que, por meio de sua organização discursiva, se objetiva privilegiar a veracidade e a encenação de valores, corroborando crenças importantes no imaginário social. “O político busca propor uma simplificação de seus discursos, por meio de alguns modos de raciocínio e de emprego dos argumentos” (MAIA, 2015, p.30).

As condições de argumentação são constituídas, por um lado, da utilização de uma forma de raciocínio causal, não complicada, que tem por intuito a adesão do auditório por meio da exposição de ideias que se assimilam mais facilmente; por outro lado, da força de convicção que tais argumentos têm a possibilidade de produzir de acordo com a forma como são evocados no DP³. Como afirma Charaudeau (2006, p. 104): “Todos esses procedimentos concorrem para dar ao discurso político uma aura de racionalidade, produzindo um efeito dramatizante”.

2.2.2 Argumentação persuasiva no Discurso Político

Charaudeau (2005) defende o entendimento de que a argumentação reconhecida como um “modo de organização do discurso”, o que corresponde ao que seria uma “atitude mental” do sujeito que pretende explicar o como e o por que dos fenômenos do mundo como o intuito de influenciar seu interlocutor em uma determinada interação acerca de seus modo de pensar e agir. Para o autor, contudo, não existiria a priori a argumentação em um enunciado, uma vez que ela dependeria da conjuntura em que se dá a enunciação. Segundo o semiolinguista, a argumentação se trata de uma noção genérica, a qual se aplica de forma geral em todo tipo de discurso, e o que determina a

³ Charaudeau (2006, p. 102-104) apresenta uma série de tipos de argumentos: os argumentos pela força das crenças partilhadas; os argumentos pelo peso das circunstâncias; os argumentos pela vontade de agir; os argumentos pelo risco de não se fazer a escolha certa; os argumentos relativos à autoridade de si; os argumentos pela desqualificação do adversário; os argumentos por analogia.

especificidade da argumentação (se é demonstrativa, explicativa ou persuasiva) seria sua finalidade comunicacional.

Conforme tradução de MAIA (2015, p. 30) para o original de Charaudeau (2007, p.8):

[...] a argumentação deve ser o objeto de uma dupla descrição: como modo de organização do discurso se estruturando em torno de uma matriz cognitiva de causalidade; como estratégia discursiva revelando procedimentos variáveis segundo as visadas situacionais. Isto porque, não se opõem argumentação à persuasão, à demonstração ou à explicação, mas se falará de argumentação persuasiva, demonstrativa ou explicativa.

Sendo assim, a persuasão não se trataria de uma forma contrária à argumentação, e sim uma forma específica de argumentar. Explica-nos Charaudeau (2010) que o mecanismo de persuasão, quando falamos sobre DP, acarretaria não apenas fatores relativos ao *logos* da argumentação, como também características do *pathos*, que intentam tocar o afeto da audiência e a manifestação de estados emocionais no público. Tal interposição de elementos da razão e da emoção, aliados aos valores e aos procedimentos adotados, seriam os fatores que caracterizam o DP, o que torna deveras complexa a identificação e a descrição dos diversos componentes desse mecanismo. Dessa forma, diz Charaudeau (2006, p.46): “O discurso político, mesmo sendo uma mistura desses três componentes, progressivamente deslocou-se do lugar do *logos* para o do *ethos* e do *pathos*, do lugar do teor dos argumentos para o de sua encenação”.

De acordo com o semiolinguista, a ênfase que o DP parece dar à dimensão emocional é o que se pode perceber, o que torna a argumentação persuasiva repleta de valores que correspondem a um universo de afetos cujo objetivo é tocar o público mediante a elaboração de narrativas dramatizantes. Mais uma vez, recorreremos à tradução de MAIA (2015, p. 31) para o original de Charaudeau (2005, p.36):

O discurso político – mas não é só ele – produz esta encenação de acordo com o cenário clássico dos contos populares e das narrativas de aventura: uma situação inicial descreve um mal, a determinação da causa deste mal, a reparação deste mal pela intervenção de um herói natural ou sobrenatural. O discurso político, que busca fazer aderir o público a um projeto ou uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir um projeto adversário, insiste mais particularmente sobre a *desordem social* na qual o cidadão é a vítima, sobre a *fonte do mal* que se encarna no adversário e sobre a *solução salvadora* que se encarna no homem político que detém o discurso. (CHARAUDEAU, 2005, p.36; grifos do autor)

Portanto, ao incitar uma sensação de angústia no público - criada por determinada ameaça ou problema que seria responsável por levar à desordem social – é que o DP torna possível contrapor um projeto de sociedade ideal e impulsiona a figura de um líder apto a combater a fonte desse mal (que, via de regra, é a representação dos adversários) e restabelecer a ordem e a paz social. A estratégia de construir tal imagem de líder salvador está na base do método do DP que objetiva persuadir o cidadão a repartir de seus valores e a aderir a suas ideias e proposições, e acaba por revelar quão a constituição da imagem de si, o *ethos*, se torna fator preponderante na organização do DP. A produção e impulsão de uma determinada identidade política e de um discurso que tenha equivalência às expectativas da instância cidadã consideram as formas de organização de narrativas que associam razão, emoção e aspectos da vida pessoal. Novamente, nos fala Charaudeau:

Estamos em plena “subjetivação” do político, uma subjetivação que, como diz vários pensadores da política de Tocqueville a Foucault e Deleuze faz entrelaçar inextricavelmente afeto e racionalidade, histórias pessoais e histórias coletivas, espaço público e espaço privado, religião e política, sexo e poder. E isto, considerado do ponto de vista do indivíduo-cidadão, é que funda a opinião política, inicialmente um impulso que brota das profundezas da história pessoal de cada um. É em seguida que emerge uma racionalização que tende a justificar esta pulsão e lhe dar uma razão social segundo uma moral da vida em sociedade que navega entre pragmatismo e utopia. (CHARAUDEAU, 2006, p. 84).

A elaboração do DP contemporâneo é um objeto deveras complexo de ser analisado por conta da conjugação dos diversos fatores que o caracterizam, já que tal discurso brinca com valores e imaginários por vezes opostos, apresentando ao analista uma série de aspectos que devem ser levados em conta para que tamanha complexidade seja contemplada e sejam empreendidos avanços no entendimento de sua organização.

Percebe-se, portanto, que a argumentação inserida no quadro teórico da Análise do Discurso apresentada neste estudo incorpora vários conceitos de diversas disciplinas por serem noções que amparam o enriquecimento do entendimento dos fenômenos e processos argumentativos, o que permite compreender de forma mais completa os mecanismos de influência e persuasão presentes nos discursos que permeiam o espaço público, dentre eles o DP.

2.2.3 A dimensão afetiva no Discurso Político

As emoções podem ser interpeladas de diversas formas se levarmos em consideração que estas podem ser entendidas de forma apenas neurobiológica, ou seja, como um fenômeno da experiência humana ordenado por mecanismos fisiológicos, ou ainda, como propunha Charles Darwin, como traços universais que podem ser percebidos no desenvolvimento evolutivo da espécie. Além disso, pode-se compreender a emoção também no sentido de ser algo que produz motivações emocionais em um sujeito que, em determinada situação de troca, executa certa ação em direção a um objeto. Dessa forma, seria em função de uma orientação e de uma intenção que as emoções existem.

Para Maia (2015, p. 33), pode-se ainda abordar as emoções a partir do princípio da racionalidade, “que propõe que os mecanismos responsáveis por conduzir às emoções, em seu conjunto, passariam por uma organização e estruturação racional”. O autor também elenca outra perspectiva de compreensão, em que “as emoções seriam orientadas por crenças e controladas por um conjunto de normas que fazem delas uma forma de julgamento de valor”. Seria este um processo no qual as relações sociais e os grupos acomodariam seus princípios de acordo com normas e condutas impregnadas por crenças.

Ainda segundo Maia, não há um padrão universal acerca da expressão da emoção, e sim diferentes nuanças da face e do corpo que demonstrariam a afetividade de determinado ator social em certo contexto.

A emoção depende do contexto social e da atitude individual adaptando-se à situação. Desse modo, as emoções podem ser compreendidas como “estados transitórios”, formas de conhecimentos socialmente compartilhados, que alimentam os estados afetivos, os quais são mais ou menos facilmente identificáveis pelos membros de um mesmo grupo. (MAIA, 2015, p.34)

Sendo assim, uma vez que as emoções teriam sua origem em uma racionalidade subjetiva e só então passam a ser um real significante, elas poderiam ser engendradas enquanto formas de representações sociais, pois cumprem o papel de mediadoras da relação entre o sujeito e o objeto. Considerando-se tal flutuação subjetiva, torna-se possível então dizer que as emoções estão conectadas às crenças. Citando, pois, Charaudeau (2007, p. 241): “[...] estas crenças se apoiam sobre a observação empírica da prática das trocas sociais e fabricam um discurso de justificação que instala um sistema de valores erigidos em forma de norma de referência”.

Em nosso estudo, portanto, nos orientamos a partir da compreensão de que as emoções são de ordem social, alicerçadas por um agrupamento de sistemas de base que encadeia tanto os aspectos que se referem ao ambiente sócio-cognitivo, quanto os componentes psicológicos e fisiológicos os quais ali se aplicam, podendo se denotar em discursos produzidos pelos sujeitos em diversas situações de comunicação. Neste ponto, vislumbramos com mais interesse o entendimento de que as paixões humanas estabelecem sistemas distintos, contudo complementares, em um conjunto integrado de aparatos de diversas competências da espécie humana e do homem enquanto ser social.

Tais questões relacionadas com a emoção demonstram quanto o discurso está envolto pela situação, pelo contexto e pela história dos sujeitos implicados, assim como por um conjunto de fatores que o transformam em um espaço impregnado de valores sociais e de crenças que conduzem as normas sociais e a vida em grupo.

2.2.4 As emoções no Discurso Político

Em sua teoria dos “efeitos patêmicos”, Charaudeau (2000) propõe categorias denominadas “tópicas do pathos”: a tópica da “dor” e seu oposto, o “prazer”; a tópica da “angústia” e seu oposto, a “esperança”; a tópica da “antipatia” e seu oposto, a “simpatia”; tópica da “repulsa” e seu oposto a “atração”. De acordo com tal proposta, é possível observar que o discurso político utiliza de forma recorrente a tópica da *angústia* e seu oposto, a tópica da *esperança*.

No DP, um horizonte de expectativa é elaborado por meio da esperança, sendo elas alicerçadas em valores e crenças que circulam nos grupos sociais. Este horizonte atua na procura constante da adesão pela instância cidadã, conectando-se a um projeto de sociedade ideal proposto. Sendo assim, a emoção retratada pela ideia de “esperança” é alcançada a partir da proposição de promessas políticas que se vinculam a um projeto de sociedade ideal. Também podem ser caracterizados como formas de emoções que se relacionam com a “tópica da esperança” o “orgulho”, a “paixão” e a “paz”, termos que também se fazem perceptíveis de modo recorrente no DP, de modo geral.

Observando a lógica de oposição que propõe Charaudeau (2000), pode-se caracterizar a “angústia” como um estado de espera desencadeado por algo desconhecido e que representaria perigo ao sujeito. À vista disso, o sujeito passa a

construir diversas representações negativas acerca do objeto, mobilizando de forma intuitiva uma rede de crenças. Tal ameaça produz certo grau de expectativa no sujeito, que se mantém em estado de espera. Interessante perceber, contudo, é que, ainda que tenha as mesmas características da angústia – por conta do estado de expectativa –, a esperança também se configura pela espera, todavia, a espera de um benefício, de que se dê algo agradável, um melhor futuro. Tal cenário poderia criar no sujeito um movimento de confiança possuidor de um efeito positivo. Daí o surgimento de figuras como a “confiança”, o “desejo” e a “oração”. (CHARAUDEAU, 2000).

Dessa forma, é possível à “esperança” ser delineada enquanto uma crença de orientação emocional que pode resultar em retornos positivos no que concerne aos eventos e às circunstâncias da vida pessoal ou coletiva. Exige, portanto, certa força de esperança, que se constitui em acreditar na perspectiva de que algo almejado possa ocorrer, ainda que existam indicações de que possa se dar justamente o oposto disso. A conotação de crença de tal tipo de sentimento o deixa próximo dos sentidos que se atribui à “fé”. Assim, a esperança versa em uma configuração de emoção que permite acreditar que algo melhor poderá ocorrer ou vir a existir. No DP, é recorrente se voltar à esperança, uma vez que é ancorada nela que a promessa política pode se sustentar.

Para Maia, não é apenas na viabilidade pragmática que um projeto político encontra sua razão de existir, “mas também na capacidade de corresponder à expectativa de concretização dos valores e ideais que são propostos aos cidadãos” (MAIA, 2015, p. 36). Uma vez que faz promessas, antes de qualquer outra coisa, cabe ao sujeito político conclamar a instância cidadã a ter esperança: de “Um futuro melhor”, de “Um país mais justo”, etc.

2.2.5 As estratégias de dramatização no Discurso Político

Entendemos neste estudo, a partir dos teóricos até aqui apresentados, que as emoções assemelham-se às formas de representações sociais, havendo a possibilidade de elas serem empregadas com o objetivo de seduzir e atrair um auditório. Para tanto, mobilizam-se discursos entranhados de afeto com a finalidade de desencadear no interlocutor certos comportamentos ou sensações. Dessa forma, o sujeito político apela a determinados procedimentos aptos a provocar a adesão da instância cidadã a suas ideias, fazendo tal mecanismo parte do processo de persuasão. Conforme Charaudeau (2006), a um discurso é possível gerar determinados efeitos de emoção no público a que

se dirige, sendo necessário, contudo, se considerar as associações que existem entre alguns fatores, como a natureza das crenças evocadas, as formas de encenação construídas, assim como a posição social dos sujeitos visados.

Ainda segundo o teórico, o DP se estrutura, geralmente, de modo semelhante à forma narrativa clássica, possuindo como principal característica a descrição no início de determinada situação em que o problema se apresenta (por vezes representado como uma forma de “mal”), seguido da procura pelo que seria a origem ou motivação desse “mal”, propondo, por fim, uma solução que repare os danos e prejuízos o que se daria por conta da intervenção de um herói salvador. Tal forma de organização narrativa se mostra estratégica na medida em que objetiva tocar o afeto do público por meio da dramatização do discurso, compondo o que Charaudeau chama de ‘triângulo da dramaturgia política’:

O discurso político, que procura obter a adesão do público a um projeto ou a uma ação, ou a dissuadi-lo de seguir o projeto adverso, insiste mais particularmente na desordem social da qual o cidadão é vítima, na origem do mal que se encarna em um adversário ou um inimigo, e na solução salvadora encarnada pelo político que sustenta o discurso. (CHARAUDEAU, 2006, p. 91)

O DP está se caracterizando como uma forma discursiva em que cada vez mais a subjetividade do sujeito político prevalece, pois busca construir um discurso misturando elementos da paixão com os da razão. Sendo assim, como já pudemos observar, a persuasão no DP se relaciona tanto com a ordem da razão, por meio dos argumentos utilizados, quanto à ordem da paixão, assim como as imagens de si que o político busca constituir. Todavia, como observa Charaudeau (2006, p. 94): “Com frequência, no fluxo do discurso político, tudo se mistura, e é bem difícil fazer a distinção entre os diferentes componentes desse mecanismo de persuasão”. Isso transforma o trabalho do analista do discurso político um grande desafio, devendo este levar em conta que tamanha complexidade resulta de uma conjugação de estratégias discursivas.

2.2.6 A construção da imagem de si no Discurso Político

Ocupante de um lugar central no processo de persuasão que define o DP, a estratégia da construção da imagem de si gera relações específicas entre as instâncias política e midiática. De forma geral, as mídias intentam representar a cena política por

meio da encenação dos acontecimentos do mundo em uma dramaturgia equivalente a um combate de imagens criadas para conquistar mentes e corações de indivíduos. Charaudeau (2006, p. 85) explica que, ainda que não alcance seu maior objetivo, o político está sempre envolvido em uma dramaturgia que o impele a construir para si um personagem, determinada figura que equivalha a uma imagem de si e o leva à construção de um *ethos* que tenha características próprias.

A importância da imagem para o sujeito político mostra-se fundamental uma vez que a partir da construção de uma identidade política que seja portadora de ideais e valores almejados pelo grupo em questão, constitui o caminho possível para gerar identificação e consequentemente, conquistar a adesão do público. (MAIA, 2015, p.37)

Não obstante ao que possa parecer, contudo, a compreensão acerca das imagens que são formatadas pelos sujeitos políticos não se trata de tarefa simples, já que tais imagens têm por características a imprevisibilidade e a instabilidade dos sentidos que constroem em certas épocas e em diversos contextos, não sendo possível garantir sua eficácia. O desenvolvimento de criação da imagem de si se trata de um fenômeno complexo e dinâmico, interno às engrenagens da representação social e a constituição da identidade política.

Sendo assim, após essa revisão teórica introdutória, podemos entender o *ethos* enquanto uma forma de representação, proeminentemente, da cidadania, ao se observar que as imagens apresentadas pelos políticos supostamente seriam correspondentes às expectativas provenientes dos cidadãos, que se veem, portanto, representados pelos valores encenados no discurso em questão.

No próximo capítulo trataremos algumas noções relativas à dimensão identitária do discurso, sendo abordados os conceitos de imaginários sociodiscursivos, representações sociais e suas consequências no DP. Em nossa pesquisa, entendemos que a noção de “dimensão identitária” diz respeito à identidade social assim como à identidade discursiva do sujeito político. Além disso, concerne ainda às imagens que o político constrói de si (*ethos*), às representações, aos valores e aos imaginários que compõem a identidade de um certo grupo social.

3. Das noções de identidade, representação e imaginário

A identidade se constrói de um paradoxo. Uma vez que percebe o outro como diferente, nasce no sujeito a consciência da sua existência. E é nessa percepção da diferença do outro que se constitui o início de sua própria identidade, que então passa a ser “o que não é outro”. A partir desse momento, o sujeito passa a sentir necessidade ou de rejeitar este outro ou de torná-lo semelhante para eliminar a diferença. “Daí o jogo sutil de regulação que se instaura em todas as nossas sociedades (mesmo nas mais primitivas) entre aceitação e rejeição do outro, valorização ou desvalorização do outro, reivindicação de sua própria identidade contra a do outro” (CHARAUDEAU, 2009, p. 310).

Para o autor, a identidade resulta, portanto, de um mecanismo complexo que consiste na construção, não de identidades globais, mas de traços de identidades. Enquanto conjunto, a identidade de “ser” resulta da combinação de atributos da identidade social do sujeito com tal ou qual traço construídos por seus atos de linguagem.

Trata-se de uma particularidade da identidade social (CHARAUDEAU, 2009, p. 311) a necessidade de ser reconhecida pelos outros. Tal fato confere ao sujeito seu “direito à palavra”, o que funda sua legitimidade, que depende de normas institucionais

que regem cada domínio da prática social e que atribuem funções, lugares e papéis aos que são investidos através de tais normas.

“A identidade social (a rigor, psicossocial, pois está impregnada de traços psicológicos) é, pois, algo “atribuído-reconhecido”, um “pré-construído”: em nome de um saber reconhecido institucionalmente, de um saber-fazer reconhecido pela performance do indivíduo (experto), de uma posição de poder reconhecida por filiação (ser bem nascido) ou por atribuição (ser eleito/ser condecorado), de uma posição de testemunha por ter vivido o acontecimento ou ter-se engajado (o militante/ o combatente)” (CHARAUDEAU, 2009, p. 312).

Por sua vez, a particularidade da identidade discursiva é ser construída pelo sujeito falante de forma a demonstrar de que forma ele deve falar naquela determinada situação. Para tanto, ele se utiliza de dois tipos de estratégias: as de credibilidade e as de captação.

O sujeito falante tem a necessidade de que se acredite nele – seja no valor de verdade de suas asserções, seja na sua sinceridade - e, para tanto, precisa ter credibilidade (CHARAUDEAU, 2009). Sendo assim, ele deve defender uma imagem de si próprio, ou seja, um *ethos*, que lhe garanta que será levado a sério. Dessa forma, dependendo da situação, adota estrategicamente determinada atitude discursiva, podendo ser de “neutralidade” (quando o sujeito apaga, em seu discurso qualquer vestígio de julgamento ou avaliação pessoal), de “distanciamento” (quando o sujeito adota a atitude fria e controlada do especialista), ou de “engajamento” (quando o sujeito opta, de forma mais ou menos consciente, por uma tomada de posição na escolha de argumentos ou por uma modalização avaliativa).

No caso das estratégias de captação, no entanto, elas se dão quando o Eu-falante não se encontra em uma relação de autoridade. Nasce da necessidade do sujeito de “assegurar-se de que seu parceiro na troca comunicativa percebe seu projeto de intencionalidade, isto é, compartilha de suas ideias, suas opiniões e/ou está “impressionado” (tocado em sua afetividade)” (CHARAUDEAU, 2009, p. 313).

O objetivo do sujeito falante, portanto, é o de “fazer crer”, para que o interlocutor se coloque numa posição de “dever crer”. Dessa forma, haverá a necessidade de tentar “persuadir” (fazer pensar recorrendo à razão) ou “seduzir” (fazer sentir recorrendo à emoção) o outro. Para tanto, o sujeito pode escolher determinadas atitudes discursivas, como as “polêmicas” (levam o sujeito falante a questionar certos valores defendidos pelo interlocutor ou por um terceiro), as de “sedução” (o sujeito

propõe ao interlocutor um imaginário no qual ele desempenharia o papel de herói beneficiário), ou ainda as de “dramatização” (o sujeito descreve fatos que concernem os dramas da vida, em relatos repletos de analogias, comparações e metáforas).

Ainda segundo o que propõe Charaudeau, a identidade discursiva é erguida tendo por base os modos de tomada da palavra, na organização enunciativa do discurso e na manipulação dos imaginários sociodiscursivos. “Ao contrário da identidade social, a identidade discursiva é sempre algo “a construir- em construção”. Resulta de escolhas do sujeito, mas leva em conta, evidentemente, os fatores constituintes da identidade social” (CHARAUDEAU, 2009, 314).

Partindo para a noção de representação, explica-nos Charaudeau (2017) que, para se tornar real, a realidade sempre precisa ser “formatada” e tal trabalho de padronização é exercido por meio da razão; essa, por sua vez, o faz empregando a linguagem. Desta forma, ainda conforme o autor, “o real precisa remeter a uma razão” (CHARAUDEAU, 2017, p. 574). Além disso, tal razão deve ser uma racionalidade que constrói oposições.

Sendo assim, por consequência, poderia considerar-se que o discurso sempre constrói o real, não cabendo, então, julgamentos sobre verdade ou falsidade, uma vez que um determinado julgamento só pode ser um ato de linguagem, vindo se sobrepor ao ato de discurso construindo o real. Portanto, para o autor, estereótipo não tem razão de ser nesse cenário.

Neste aspecto, as representações sociais se tratam de um modo de tomar conhecimento do mundo socialmente partilhado. Por conseguinte, para o semiolinguista (2017, p. 576), elas não seriam um subconjunto dos imaginários ou das ideologias, mas sim uma mecânica de engendramento dos saberes e dos imaginários. O autor complementa:

[...] representações constituem *maneiras de ver* (discriminar e classificar) e de *julgar* (atribuir um valor) o mundo, mediante *discursos* que engendram *saberes*, sendo que é com esses últimos que se elaboram sistemas de pensamento, misturas de conhecimento, de julgamento e de afeto. (CHARAUDEAU, 2006, p. 197)

Por sua vez, em seu uso corrente, a palavra imaginário remete àquilo que não configura a realidade, ou que está apenas na imaginação, sendo empregado muitas vezes como sinônimo de lenda, ficção, invenção. Desta forma, o imaginário não seria verdade

e poderia ser associado a um julgamento negativo (doença imaginária), ou ainda de uma construção idealizada, utópica, mas não necessariamente negativa.

No que concerne ao emprego na Análise do Discurso, empregaremos a noção de imaginário cunhada por Charaudeau (2017, p. 578). De acordo com ele, a partir da mecânica das representações sociais nasce o imaginário, que se trata de uma forma de apreensão do mundo. Ele constrói “a significação sobre os objetos do mundo, os fenômenos que se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante” (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Para Charaudeau, os imaginários são estruturados apoiados em um processo de significação da realidade, isto é, de “semiotização do mundo” o qual o homem produz mediante mecanismo das representações sociais. Dessa forma, o imaginário seria o resultado de uma dupla interação, do homem com o mundo e do homem com o homem, para assim produzir sentido. Uma vez que tal processo de simbolização do mundo se dá na ordem afetivo-racional por meio da intersubjetividade das relações humanas e se deposita na memória coletiva, “o imaginário possui uma dupla função de criação de valores e de justificação da ação”. (CHARAUDEAU, 2017, p.578).

O semiolinguista defende também que é possível classificar um imaginário como social a partir do momento que em que a atividade de simbolização representacional do mundo se dá em um domínio de prática social (seja ela artística, política, jurídica, religiosa, educativa, entre outras) determinado. Com isso, torna coerente a relação entre a ordem social e as condutas, cimentando, assim, o elo social, associado aos aparelhos de regulação que são as instituições.

Uma vez que o sintoma de um imaginário se dá pela fala, tal imaginário pode ser qualificado de sociodiscursivo, conforme aponta Charaudeau (2017, p. 579). Isso se dá porque ele resulta da atividade de representação que produz os universos de pensamento, lugares de instituição de verdades. Por sua vez, tal produção se faz por meio da sedimentação de discursos narrativos e argumentativos, que propõem uma descrição e uma explicação dos fenômenos do mundo e dos comportamentos humanos.

No espaço político, por exemplo, circulam imaginários sobre o comportamento que o político deve adotar, conforme a situação em que se encontre: campanha eleitoral, locução televisiva, debate, reunião etc., imaginários relativos ao *ethos* que ele deve construir para si em função de uma expectativa coletiva dos cidadãos, imaginários de opinião que sustentam os programas eleitorais, as profissões de fé ou os escritos políticos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 207)

Desta forma, um imaginário se constrói mediante sistemas de pensamento coerentes baseado em tipos de saber que são investidos, por vezes, “de *pathos* (o saber como afeto), de *ethos* (o saber como imagem de si) ou de *logos* (o saber como argumento racional)” (CHARAUDEAU, 2017, p. 579). Portanto, os imaginários circulam em espaços de interdiscursividade e são engendrados pelos discursos que circulam nos grupos sociais, assim como se organizam em sistemas de pensamento coerentes, criadores de valores, desempenhando o papel de justificação da ação social e se depositando na memória coletiva.

Para o autor, o imaginário não é nem verdadeiro nem falso. Trata-se de uma “proposição de visão do mundo que se baseia nos saberes que constroem os sistemas de pensamento, os quais podem se excluir ou se sobrepor uns aos outros” (CHARAUDEAU, 2017, p.587). Ele defende ainda que tal característica permite ao analista não ter que denunciar este ou aquele imaginário como falso, uma vez que esse não seria o seu papel. Para Charaudeau, o trabalho do analista consiste em ver como aparecem os imaginários, em qual situação comunicativa eles se inscrevem e qual visão de mundo eles testemunham.

No caso do discurso político entende-se que o seu propósito, ou seja, aquilo que diz respeito ao tema, ou o assunto que é tratado pelo discurso (e que pode ser compreendido como o responsável pela deflagração e efetivação de uma interação social) se relaciona à organização social e à vida dos cidadãos no que tange ao “governo da coisa pública”. Sendo assim, a razão do discurso político estaria na investida de corresponder a um ideal de sociedade abordando temas e assuntos que poderiam convergir o maior número de cidadãos.

Conforme Charaudeau, um dos obstáculos que se apresenta ao sujeito político tem origem no paradoxo que caracteriza tal gênero de discurso, que seria a competência de estabelecer um ideal que consiga conjugar a “pluralidade” de expectativas e opiniões, com a “universalidade” de um discurso que tenha o poder de carregar os valores desse ideal, com o intuito de unir um grupo cada vez maior de indivíduos. Ainda segundo Charaudeau (2006, p. 190): “O discurso político pretende ser, em seu propósito, um discurso de verdade que diz qual é o sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social que une essa diversidade”.

Tendo como base o entendimento preliminar a respeito da natureza do imaginário social, podemos elencar algumas de suas características acerca de sua manifestação no discurso político, a partir das ideias propostas por Charaudeau (2006)

sobre a questão, de forma a observar como esses imaginários são frequentemente instrumentalizados com fins de persuasão.

3.1 O imaginário da “Tradição”

Os discursos ligados a este imaginário reclamam para si uma verdade que impõe uma procura espiritual de retorno a um estado anterior, fundador de determinado destino. Tal imaginário se sustenta mediante discursos concernentes a esse estado anterior, longínquo no tempo, em que os indivíduos teriam conhecido um estado de pureza (um paraíso perdido). Os descendentes, dessa forma, se tratam de herdeiros, com obrigação de recuperar a origem identitária.

Recorre-se ao imaginário da tradição a fim de tranquilizar as populações diante da ameaça que outro imaginário – o de modernidade – poderia representar, devido a seu aspecto anti-histórico, já que ela teria por horizonte uma fuga para o futuro que nos faria deixar para trás o passado e as origens, gerando uma subversão nos modos.

Perpassam o imaginário de tradição discursos que se encontram estreitamente ligados uns aos outros e que valorizam, de uma forma ou de outra, um retorno às fontes. Destacam-se os voltados para a natureza e valores como pureza, a fidelidade e a responsabilidade.

Para Charaudeau (2006), é intrínseca nesse imaginário que tem origem a noção de soberania sagrada, em nome de uma origem divina por meio da qual conta com um caráter absoluto, podendo ser unicamente repassada por filiação natural e que lhe permite não prestar conta de seu passado.

3.2 O imaginário de “Modernidade”

Como observamos no tópico acima, tal imaginário se contrapõe ao de tradição. Modernidade aqui se trata, conforme Charaudeau (2006, p. 215), da maneira como grupos sociais percebem ou julgam seu instante presente quando comparado ao passado, atribuindo a ele – ainda que sob críticas – um valor positivo.

Esse imaginário se define inicialmente contra um passado que seria percebido sempre como uma era, senão obscurantista, ao menos de um saber menor, de um saber de “uma outra idade”. O tempo presente se beneficiaria de um estado de saber superior, primeira caução da modernidade. Do mesmo modo, este

estado de saber permitiria a libertação do peso da herança legada pela época anterior. (CHARAUDEAU, 2006, p. 216)

Por consequência, o imaginário de modernidade produz discursos que se destinam a justificar e valorizar novos modos, modelos de pensamento e de comportamento. Sendo assim, celebram-se a ação do homem e sua capacidade de transformar o mundo com seu pensamento, sua mão e as novas ferramentas que ele produz. Contudo, tais discursos são engendrados pela competência com a vontade de agir, uma vez que não basta querer o bem, deve-se apresentar os meios para se fazer triunfar, “conjugando saber, fazer-saber e poder de ação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 217).

No interior do imaginário de modernidade encontramos dois tipos de discursos: um que se foca na economia (aqui vista como a forma que uma sociedade representa para si os jeitos de gerir a vida sob a ótica da produção e da repartição das riquezas); e outro centrado na tecnologia (falam sobre a forma de visualizar o mundo e a técnica a partir do ponto de vista do seu valor, estreitamente ligados às noções de eficácia, competência e vontade de agir).

3.3 O imaginário de “Soberania Popular”

A sustentação desse imaginário se encontra em discursos referentes a um mundo, seja atual ou em construção, no qual o povo reina como responsável por seu bem-estar. O julgamento social seria quem governa o destino dos homens, é o mito da democracia. Impõe-se a todos uma opinião dita majoritária, ainda que guiada por elites que se beneficiem dessa situação, pois, segundo Charaudeau, a maioria jamais nasce espontaneamente.

Os discursos constituintes desse imaginário reclamam valores originários de uma contratualização social e três deles – correlatos – se inscrevem: o discurso do direito à identidade, o do igualitarismo e o da solidariedade.

O primeiro diz respeito a saber se as relações que os grupos mantêm entre si têm a incumbência de ser de integração ou de assimilação entre as diferenças em prol do que seria um corpo social abstrato, mas considerado superior na comunidade, constituindo, assim, uma identidade coletiva reconhecida pelas instituições, ou as relações obrigam-se a ser de defesa do grupo local e de preservação de sua identidade.

Já o discurso do igualitarismo defende uma sociedade fundada na (ou em busca de atingir a) justiça absoluta. Com isso, se dá o apagamento de determinadas diferenças entre os indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade, ao menos naquilo que concerne sua identidade e sua possível ação quanto às instâncias que os governam. O discurso de igualdade pode ser sob o ponto de vista econômico, da identidade cidadã ou ainda acerca da lei.

Por sua vez, o discurso da solidariedade se liga de forma estrita ao do igualitarismo. “É como se, tomando consciência de que a igualdade cidadã está longe de reinar em todos os grupos sociais, fosse preciso contribuir para promovê-la por toda parte.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 237). Por meio desse discurso se expressa uma vontade cidadã de fraternidade, marca de uma consciência social sonhada como soberana, já que a ação de repartir um bem de nossa posse com outrem ou com quem nada tenha só pode ser justificada em nome de uma identidade comum: a humanidade.

Ao apresentar os imaginários ligados ao DP, Charaudeau, todavia, lembra que a principal característica deste é o poder de dirigir-se ao maior público possível e fazê-los aderir a valores comuns. Uma vez que até mesmo a maioria é composta por grupos cujas opiniões são divergentes e mudam ao longo do tempo, quem quiser atingir tal público deve elencar os imaginários que os caracterizam, destacando seus pontos em comuns e imaginando formas de fazê-los coexistirem, com o objetivo de construir o que o autor chama de uma “opinião média”. Conseqüentemente, o DP não raro conjuga vários imaginários de verdade, oscilando entre posições até mesmo contraditórias.

Sendo nosso trabalho um estudo acerca das estratégias discursivas utilizadas na construção da identidade feminina no discurso político proferido por um sujeito político mulher, após tratarmos sobre o discurso político e as noções de identidade e imaginário, nos falta, neste primeiro momento das reflexões teóricas, abordar a questão do feminino na política e a trajetória das mulheres em um mundo sempre tão e ainda predominantemente masculino. É o que trataremos no próximo capítulo.

4. A mulher na política: questões de gênero

Apresentamos até aqui características e discussões que envolvem o universo do DP. O mundo da política foi por muitos séculos um campo dominado pelos homens e ainda se trata um sonho distante a equidade de gênero nesta seara. “A política é um universo masculino”, afirma Panke (2016) na abertura de sua obra voltada para mulheres candidatas. Uma vez que nosso estudo versa sobre a perspectiva de gênero e, mais que isso, temos como *corpus* os discursos proferidos por uma mulher enquanto agente político, faz-se necessário aqui delinear uma breve perspectiva histórica da mulher na política brasileira, assim como abordar alguns aspectos relacionados a história, poder e opressões envolvendo a mulher.

A pouca representação das mulheres na vida política já é um dado histórico, como bem aponta Matos (2011). A autora defende que o estado de subordinação feminino na economia, na sociedade e na família apenas sofrerá alguma mudança quando houver uma expansão da representação política de forma a torná-la efetivamente pluralista, e se a participação das cidadãs brasileiras na construção de políticas públicas não permanecer limitada.

Vive-se no Brasil já há algumas décadas uma contraditória relação da política com as mulheres. Em um país em que elas constituem a maioria do eleitorado⁴, são também as menos representadas nos postos de poder⁵. Uma forte segregação é o que marca o caminhar político das mulheres no Brasil. Por muitos anos elas foram consideradas não cidadãs, colocadas à margem do interesse público e das alçadas políticas decisórias, fortalecendo o surgimento de uma doxa⁶ de que mulheres só deveriam ocupar o ambiente familiar, de forma que “as democracias ocidentais definiram espaços e conquistaram direitos de modo completamente assimétrico para homens e mulheres, instaurando e perpetuando profundas desigualdades políticas” (MATOS, 2009, p.1).

Não apenas apartadas da política, as mulheres tiveram que lutar também por direitos civis, como acesso à educação, uma vez que até 1879 elas eram proibidas de frequentarem do Ensino Superior no Brasil. Apenas no ano de 1932, por meio do Decreto 21.076, de 24 de fevereiro, o voto feminino foi aprovado. No entanto, havia algumas ressalvas: para que as mulheres pudessem votar, elas deveriam ser casadas e contar com a autorização dos maridos para tanto; no caso das solteiras e viúvas, só lhes era concedido o direito se comprovassem ter renda própria. Dessa forma, mulheres pobres, divorciadas ou que não confabulassem com a posição política de seus companheiros, ainda não tinham direito ao direito, ou seja, permaneciam à margem da vida política.

Contudo, antes disso, ainda no ano de 1928, registrou-se um fato inusitado: foi eleita à prefeitura de Lajes, cidade do Rio Grande do Norte, Alzira Soriano de Souza, primeira mulher a ocupar tal cargo no Brasil e também em toda a América Latina.

Nas eleições para Assembleia Constituinte convocada por Getúlio Vargas em 1934, a médica Carlota de Queirós foi eleita por São Paulo a primeira mulher deputada

⁴ De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres correspondem a 51,93% dos 145.918.245 de eleitores brasileiros. Dados referentes a maio de 2019 obtidos por meio do endereço <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Data de acesso 24/06/2019.

⁵ Nas eleições de 2018, conforme o TSE, apenas mulheres 290 foram eleitas a algum cargo, o que corresponde a 16,20% do universo de 1.790 escolhidos.

⁶ Palavra de origem grega que corresponde a um sistema ou conjunto de juízos que uma sociedade elabora em um determinado momento histórico supondo tratar-se de uma verdade óbvia ou evidência natural, mas que para a filosofia não passa de crença ingênua, a ser superada para a obtenção do verdadeiro conhecimento. Tal conjunto de ideias define relações de dominação, de privilégios, de requisitos como condição de existência na sociedade.

federal. Já para o Senado, a representação feminina veio muito mais tarde: apenas em 1990, há menos de 30 anos, Marluce Pinto foi eleita por Roraima e Junia Marise, por Minas Gerais. A primeira chefe de Estado brasileira foi Roseana Sarney, eleita no Maranhão em 1994. Já em 2010, o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher presidenta da República, Dilma Rousseff, que viria a ser reeleita em 2014 e afastada do cargo sem concluí-lo por meio de um *impeachment* em 2016.

Ainda que tenhamos elegido uma mulher ao mais alto cargo do país, a presença feminina no legislativo brasileiro é baixa, real e simbolicamente. Prova disso é o fato de que até 2015 não havia banheiro feminino no plenário do Senado Federal brasileiro⁷. Após as eleições de 2018, viu-se que cerca de 15% das nossas deputadas e pouco mais de 13% das nossas senadoras são mulheres. Entre o legislativo de 193 países monitorados pela União Parlamentar⁸, a Câmara dos Deputados do Brasil ocupa a última colocação da América Latina, estando na posição 153 com relação à quantidade de mulheres que compõe esta casa legislativa. O país só está à frente de países árabes e de ilhas da Polinésia. Na esfera municipal, há apenas uma vereadora para cada sete homens no cargo.

É fato, portanto, que são poucas as mulheres ocupando assento nos espaços representativos. Tal falta de representatividade tenta se justificar a partir de capacitações sexualmente conotadas, almejando um líder político que disponha de um conjunto de atributos que se constituem de forma oposta às mulheres. Portanto,

“para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a “distância em relação ao papel”, a autoridade dita natural, etc., para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens”. (BORDIEU, 2007, p. 78)

Por outro lado, fomentar o aumento do número de mulheres nos cargos públicos, contudo, tem sido uma estratégia histórica para fazer com que os direitos desta minoria política sejam defendidos nas instâncias de decisão pública. Destaca Hollanda que nas eleições de 1985, grande parte dos partidos apresentou propostas provenientes de grupos feministas e, nas de 1988, “o Lobby do Batom, no contexto das decisões da

⁷ ARGOLO & RUBIM (Org.). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Eduf/BA, 2018.

⁸ Fonte: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/as-mulheres-nas-eleicoes-de-2018/> e https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/23/politica/1535024131_918245.html> Data de acesso: 23/09/2018.

Assembleia Constituinte, se desdobrou em mobilizações por todo o país e alcançou grandes conquistas” (HOLLANDA, 2018, p. 15).

Tendo em vista tal estratégia, em 2018, foram implementadas novas regras pela Justiça Eleitoral⁹ com o intuito de mudar a realidade da representação feminina na política brasileira. Entre as novidades estavam: destinar pelo menos 5% do Fundo Partidário para incentivar a participação das mulheres na política e disponibilizar 30% do tempo de televisão e de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as candidatas que disputassem as eleições daquele ano. Estas mudanças tratavam de complementar a lei de cotas que determinara que cada partido ou coligação deveria preencher suas listas com, no máximo, 70% de candidaturas de cada gênero.

A pesquisa Democracia e Representação nas Eleições de 2018¹⁰, da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), demonstra, contudo, que apesar de um aumento de 13,6% no valor médio recebido para campanhas de candidatas mulheres à Câmara dos Deputados, entre 62% e 58% dos partidos não teriam cumprido a cota de financiamento de recursos provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do Fundo Partidário, respectivamente. No primeiro caso, apenas 13 dos 34 partidos atingiram a proporção de 30%. No segundo, 14 de 34. Além disso, em maio de 2019, o presidente Jair Bolsonaro sancionou projeto aprovado pelo Congresso Nacional que previa, entre outros pontos, anistia a partidos políticos que não investiram o mínimo de 5% dos recursos do Fundo Partidário em campanhas femininas.

Se, por um lado, percebemos que as mulheres continuam enfrentando dificuldades para concorrer e ganhar disputas eleitorais, por outro, vivenciou-se em 2018 algum reconhecimento de que as eleitoras brasileiras são um grupo importante por representar cerca de 52% do eleitorado. Mais do que nunca, convencer as mulheres se faz necessário para o sucesso de qualquer candidato nas urnas, e conquistar os votos femininos é condição fundamental para ganhar a eleição presidencial.

Além disso, neste pleito verificou-se uma maior atenção da sociedade às candidaturas femininas. Pesquisa Ibope/ONU Mulheres¹¹ apontou uma série de

⁹ Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/tse-altera-resolucao-que-trata-da-arrecadacao-e-gastos-de-recursos-por-partidos-politicos-e-candidatos> Data de acesso: 23/09/2018.

¹⁰ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/candidatas-recebem-mais-verba-eleitoral-apos-cota-mas-partidos-descumprem-regras.shtml> Data de acesso 04/07/2019

¹¹ Os dados são da pesquisa “Brasil 50-50” realizada pelo Ibope em parceria com ONU Mulheres, entre 16 e 20 de agosto e divulgada em 14 de setembro de 2018, e traz um indicador de demanda por igualdade de gênero no país. Fonte: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/81-de-brasileiros-e-brasileiras-querem>

indicadores que revelaram apoio dos brasileiros à participação feminina nas esferas de poder. Cerca de 70% dos entrevistados concordaram com a frase “Só há democracia de fato com a presença de mulheres nos espaços de poder”. Além disso, 77% dos brasileiros afirmam que deveria ser obrigatório que o Legislativo nos diferentes níveis tivesse composição paritária entre gêneros e 72% acreditam que é importante promover a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres nos partidos políticos e nos governos.

Garantir a inserção feminina no processo eleitoral, todavia, não significa que haverá de fato uma representação política plural, que abarque as demandas dessa minoria. Exemplo disso são as chamadas “candidatas laranja”. Nas eleições municipais de 2016, conforme o TSE¹², mais de 16 mil candidatos terminaram a eleição sem ter recebido sequer um voto, ou seja, nem o próprio candidato votou em si, mesmo concorrendo com o registro deferido. Desse total de candidatos sem votos, 14.417 eram mulheres e apenas 1.714 eram homens. Muitas delas, de acordo com o órgão, sequer sabiam que eram candidatas. Situações parecidas também foram registradas nas eleições de 2018.

4.1 Marco teórico acerca das questões de gênero na política

Sarmiento (2017) defende a teoria política feminista como sendo uma ponte, um lugar que se atravessa para chegar a algum lugar, mas que, contudo, não deixa de ser um ponto de andança. De acordo com ela, o adensamento das discussões feministas nas décadas de 70 e 80 seria um lugar de atravessamento mais firme, embora mais novo, dessas interpelações. Nesta ponte, o local de partida, geralmente, se trata de uma construção machista, misógina e de invisibilidade feminina, dadas como natural na construção do conhecimento político. Já o ponto a que se pretende chegar seria menos factível de delimitar e está em constante formatação. “Além disso, a construção dessa ponte não se deu sem a necessidade de resistências e enfrentamentos no campo científico” (SARMENTO, 2017, p. 20).

políticas-federais-de-promocao-a-igualdade-revela-pesquisa-ibope-onu-mulheres/ Data de acesso: 23/09/2018.

¹² Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro> Data de acesso: 23/09/2018.

Conforme Matos (2011), por meio da problematização de duas das grandes vertentes teóricas que tratam da conquista de direitos e da justiça social na ciência política – a tradição do republicanismo por oposição à do liberalismo – é possível compreender a inserção e luta das mulheres, assim como o curto-circuito no qual se transformou a luta por inclusão política das mulheres na atualidade.

Desta forma, ainda segundo a autora, vê-se em que medida a conquista incompleta, inacabada dos direitos das mulheres impacta a dimensão de todo exercício do poder no feminino e finalmente da cidadania no país (de homens e de mulheres).

“Na teoria política, ainda de um modo muito superficial, admitimos a existência desta tensão na compreensão da conquista de direitos e da justiça a partir da construção de um dualismo. De um lado teríamos a perspectiva do republicanismo/comunitarismo, que dá precedência à autonomia pública dos cidadãos em detrimento das liberdades não políticas dos indivíduos privados. Trata-se, nesta chave, de pensar a democracia numa visada de radicalidade daqueles que a constroem a partir dos seus pertencimentos básicos, identitários e comunitários. Os direitos, nesta perspectiva seriam resultados da autocompreensão ética e da autodeterminação soberana de uma (ou mais) comunidade(s) política(s). Por outro lado, em contradição com tal perspectiva, encontramos as teorias do liberalismo político, onde haveria precedência dos direitos humanos e das liberdades básicas em seu usufruto individual e em detrimento da vontade do povo, tentando-se com tal estratégia evitar a temida “tirania da maioria”. Desta forma, os direitos deveriam se constituir em limites legítimos a partir deles mesmos, limites estes que pudessem vedar à vontade soberana do povo a usurpação das esferas de liberdades subjetivas tidas como intocáveis” (MATOS, 2011, p. 214).

Seria, portanto, nessa tensão entre (e na tentativa de saída) estes dois eixos teóricos que a incompletude da cidadania política das mulheres precisa estar situada. E tal incompletude, ainda que a maioria masculina não aceite ou pretenda ignorar, é a incompletude da cidadania humana, da experiência humana de direitos e do exercício do poder numa dimensão de emancipação e justiça.

Em relação à participação da mulher na política, foi apenas no final do século XX que a sub-representação feminina nas esferas de exercício do poder e os problemas concernentes a isso se tornaram prioridade na agenda feminista. De acordo com Miguel (2014), o feminismo começou a repensar a reticência em fazer política ou agir sobre o terreno institucional, sendo que esta última foi a opção de política mais usual durante a década de 70.

Enquanto isso se dava, o Brasil começa a experienciar as formas de democracia direta se expandindo na sociedade brasileira e se constituindo como importante espaço de luta contra as formas de discriminação e desigualdade, ainda que a recente democracia no país precise ser aprofundada e consolidada no espaço público, uma vez

que a democracia representativa empregada não vem conseguindo equacionar fortes exclusões, desigualdades e discriminações nos planos social, político, econômico e cultural.

Conforme Swain (2005), sob a luz da Filosofia, a diferença não se apresenta como antônimo de desigualdade e, sim, de identidade. Para ela, a criação de uma diferença sexual é também política, uma vez que se dá a desigualdade, quando “se erigem hierarquias e valores sociais, instituindo referentes, desenhando corpos, perfis ideais, estabelecendo exclusões, demarcando espaços, limites de ação e posição, mapeando e classificando o social” (SWAIN, 2005, p. 340). Ainda conforme a autora, é nas desigualdades políticas que se desfaz a marca da diversidade do humano. Portanto, percebe-se que uma política mais plural, mais identitária, é condição para a diminuição das desigualdades tão presentes na jovem democracia brasileira.

Avelar & Rangel (2017) lembram que o Brasil possui um histórico de marginalização e exclusão de mulheres na política institucional, ainda que os movimentos feministas estejam intimamente ligados à construção da democracia e ao processo de redemocratização. Sendo assim, a partir da década de 1990, as mulheres alcançaram avanços na legislação e na ampliação dos direitos, fruto de sua militância e organização. “As mulheres brasileiras também apresentam um quadro de conquistas, só que por outras avenidas, pela via extraparlamentar, com atividades institucionalmente inovadoras”. (AVELAR & RANGEL, 2017, p. 298)

Observando-se a via extraparlamentar, defende Maia (2008) que os porta-vozes dos movimentos sociais ou membros de redes cívicas uma vez que têm acesso aos canais dos *media*, por meio de entrevistas, programas televisivos, documentários, buscam “introduzir seus temas e questões no proscênio público” (MAIA, 2008, p. 186). Desta forma, ainda que sejam temas que não contem rotineiramente com a visibilidade midiática, ganham acesso à esfera de visibilidade pública. Sendo assim, trata-se de um caminho também para a articulação com partidos políticos e a inserção de seus interesses na chamada agenda eleitoral.

Uma vez que as candidatas atinjam os cargos representativos de poder (ou ao menos concorram a eles), um importante questionamento vem à tona: mulheres no poder fazem a diferença e trazem representatividade? Para Rodrigues (2005), não existe garantia de que isso ocorra, muito embora a eleição significativa de mulheres para parlamentos de governos se trata de uma nova possibilidade, capaz de quebrar estruturas cristalizadas e práticas masculinas seculares de autoritarismo e dominação.

Não há dúvidas de que uma maior expressão feminina no âmbito dos poderes do Estado, da sociedade civil organizada e dos partidos políticos tende a contribuir para recomposições nas relações de gênero e para rupturas com relações fundamentalistas, sexistas, racistas, preconceituosas e discriminatórias. Sem dúvidas, a presença das mulheres na política, em sua diversidade étnico-racial, etária de orientação sexual, de origem regional, social e cultural, tende a contribuir para a construção de uma sociedade brasileira mais plural, mais justa e democrática. (RODRIGUES, 2005, p. 33)

Miguel (2014), também pondera que a ampliação de representantes do sexo feminino não guarda relação necessária com uma maior centralidade da pauta do feminismo. “Torna-se preciso, então, investigar a relação entre a presença de mulheres no poder e a representação substantiva dos interesses delas, isto é, se as mulheres buscam e são capazes de promover as questões das mulheres” (MIGUEL, 2014, p. 107).

Por sua vez, Swain (2005) defende que negar que as mulheres trazem outras perspectivas no exercício do poder político é negar a própria construção social do feminino, que se trata de “um feminino criado, instituído, ensinado, modelado ao longo da vida das mulheres, porém perfeitamente real, em um cotidiano pesado de coerções, de poderes dilacerantes, disciplinares”. (SWAIN, 2005, p. 346)

Importante lembrar que as questões de gênero perpassam a organização social e estabelecem quais locais seriam adequados para determinados indivíduos. Para além de questões biológicas, trata-se de construção cultural que estabelece comportamentos esperados a partir de diferenças biológicas, ou seja, do que é ser mulher, homem ou daquilo que não se encaixa em tal binarismo. Neste cenário, a política se enquadra em um território de disputas de poder majoritariamente masculino e, por conseguinte, é formatada de acordo com a dinâmica dos homens.

A possibilidade de fazer com que a agenda feminista avance, sobretudo em um momento de ofensiva de tantos grupos opostos a ela, como a direita religiosa, certamente se beneficia da presença de mais mulheres nas esferas de poder. Contudo, não pode se restringir a isso. A compreensão da importância da disputa nas instituições do Estado não deve levar à desmobilização de outras formas de ação política que contribuam para pressionar essas instituições e superar os obstáculos que até mesmo as mulheres no exercício do poder estejam enfrentando.

Demos início a este marco teórico com uma conceituação sobre teoria política feminista que olhava para o passado e buscava chegar ao um futuro incerto por meio da imagem de uma ponte. Finaliza-se essa etapa, agora, com mais uma visão sobre a teoria,

desta vez com base nas contribuições de Cypriano (2015), para quem a teoria política feminista deve ser compreendida como um saber direcionado à reestruturação das instituições modernas. Para ele, em seu arcabouço teórico e estrutura conceitual e analítica, a teoria deve propor práticas que possam ir além de tais instituições. O que se deve compreender seria que se fazem necessárias à política novas contribuições ontológicas, novos entendimentos sobre o poder e os modos pré-pactuais. No entanto, ela só pode ser transformada a partir dela mesma, numa relação interrelacional.

4.2 Gênero enquanto objeto de análise

O conceito de gênero se relaciona com vários aspectos, entre os quais biológico, psicológico, cultural, social e político, não se restringindo a um sistema binário feminino/masculino. Há, pois, diversas perspectivas acerca do que seria gênero. “É fundamental que gênero enquanto categoria política e social se diferencie do binarismo homem/mulher, feminino/masculino para se posicionar como uma maneira de se relacionar com o mundo” (PANKE, 2016. P. 42).

Scott (1989) conta que também as feministas começaram a utilizar a palavra gênero no sentido literal, como maneira de referir à organização social na relação entre os sexos. Ainda que algumas teorias sociais (entre os séculos XVIII e XX) tenham reconhecido uma “questão feminina”, apenas no final do século XX apareceram as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise, uma vez que aquelas não chegavam a falar dos sistemas de relação social entre os sexos.

O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. (SCOTT, 1989, p. 19).

De acordo com a autora, a palavra gênero tem sido utilizada como sinônimo de mulheres. No entanto, isso implica necessariamente em uma tomada de posição sobre desigualdade ou poder, pois ainda que use o termo gênero com a denotação de que as relações entre os sexos são sociais, ele não fala sobre as razões pelas quais tais relações são construídas desta forma, assim como funcionam ou mudam.

Scott propõe, então, uma nova definição de gênero: “é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma

primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p. 21). Para ela, portanto, gênero seria uma maneira de decodificar o sentido e de entender as relações complexas entre várias formas de interação humana.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder público foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. (SCOTT, 1989, p.21).

Para a autora, devemos ter em mente que as categorias “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo vazias (pois não tem nenhum significado definitivo e transcendente) e transbordantes (porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém dentro de si outras definições negadas ou reprimidas). A história política, portanto, em certo sentido, foi encenada neste terreno – do gênero -, que parece fixo, mas é extremamente flutuante. Sendo assim, a partir do momento que passamos a considerar a oposição entre masculino e feminino como mais problemática do que conhecida (o que acontece com definições construídas em terrenos concretos), nos cabe perguntar não apenas o que se encontra em jogo nos debates em que o gênero é invocado para explicar posições, mas também de que forma percepções implícitas de gênero são invocadas ou reativas.

Scott afirma, então, que quando se derem tais questionamentos, uma nova história passará a emergir, oferecendo novas perspectivas a velhas questões. Além disso, serão abertas possibilidades para a reflexão sobre estratégias políticas feministas atuais, uma vez que esta nova história manifesta que gênero deve ser redefinido e reestruturado conjuntamente com uma visão de igualdade política social que inclui não apenas sexo, mas também classe e raça.

4.3 Perfis de mulheres políticas: tipologias

Toda vez que se debate a presença de mulheres na política partidária e nas mesas de decisão, levanta-se a discussão de que ao gênero masculino tal espaço é concedido, enquanto que aos outros gêneros resta abrir caminhos a fim de chegar lá, como nos lembra Panke (2016).

A autora destaca que certos comportamentos são encarados como aceitáveis ou não de acordo com o sexo biológico de quem o faz. “Por exemplo, são desejáveis no

homem a força, a agressividade e a iniciativa. São apreciadas na mulher a doçura, a resignação e a submissão” (PANKE, 2016, p. 27). O comportamento subalterno destinado a mulheres nas sociedades latinas, defende Lagarde (2006), que propõe categorias as quais ela chama de “cativeiros” para ilustrar as múltiplas identidades femininas na sociedade: mães-esposas, freiras, putas, presas e loucas. Tal divisão corresponderia aos papéis relacionados com a inserção da mulher na sociedade e uma consequência de sua falta de protagonismo, já que as cinco categorias propostas pela autora mostram alguma forma de submissão ou dedicação a outrem. “Aqueles que por vontade ou por compulsão não cumprem com o papel ideal feminino são discriminadas politicamente e confinadas à categoria de loucas” (LAGARDE, 2006, p. 21).

E isso não é diferente no cenário político. A partir do universo feminino nas campanhas eleitorais na América Latina, com base na imagem, discurso e aspectos de linguagem, Panke (2016) chegou a três tipologias de figuras políticas femininas: a guerreira, a maternal e a profissional.

O primeiro perfil é o da mulher que se destaca por tomar atitudes e atuar de forma a conseguir politicamente mudanças sociais. São líderes, porta-vozes de ideias ou grupos e se projetam por isso ou ainda aquelas que se expõem na política se aproximando demasiadamente de modelos e atitudes associadas ao universo masculino (modo de vestir, tom de voz, agressividade). A autora lembra, contudo, que qualquer candidata na América Latina em algum momento se encaixa como “guerreira”, uma vez que a política nestes países se trata de uma seara predominantemente masculina.

A segunda tipologia delineada por Panke é a maternal. Sendo a maternidade uma construção social para a mulher, a responsabilidade pela criação dos filhos acabou sendo naturalizada como um papel feminino. Entre as candidatas que se encaixam neste perfil estão aquelas que acabam supervalorizando a maternidade em detrimento de seus êxitos profissionais, como se essa fosse a única coisa capaz de dar à mulher o *status* de respeito. A maternidade pode ainda aparecer de maneira simbólica, como quando a então ministra Dilma Rousseff foi chamada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de “Mãe do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento)”, uma vez que a mãe é aquela que sabe cuidar.

A terceira e última tipologia é a da profissional. Segundo Panke, este é o perfil menos evidenciado nas campanhas latinas e uma das possíveis explicações seria que o êxito profissional não faz parte da identidade feminina, uma vez que mulher realizada seria aquela que se casa e tem filhos. “Na maior parte da sociedade latina ainda se

apresenta uma candidatura feminina como se fosse algo novo ou uma maneira de gerar simpatia do partido com o eleitorado”. (PANKE, 2016, p. 149). Ainda conforme ela, as mulheres, então, são cobradas para mostrar suas qualidades e talentos de uma maneira excepcional

Ainda conforme a autora, existe também uma percepção pública de que a mulher é mais honesta e isso é compartilhado por candidatas. Ainda que a corrupção possa acontecer independentemente do gênero ao qual o político possua, tal posicionamento de honestidade relacionado com a preparação profissional das mulheres, cuja cobrança é bem maior, pode resultar em um diferencial muito positivo. Panke afirma ainda que a associação da mulher com determinados papéis faz com que o discurso se aproxime da realidade vivida pelas pessoas.

Sob a luz das contribuições propostas pelos pensadores apresentadas nesta seção, associadas às discussões sobre DP na abordagem de análise da Semiologia, encerramos aqui esta primeira etapa de nosso trabalho, partindo agora para o percurso metodológico que será alicerce para a análise do *corpus* proposto.

PARTE II – A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA IDENTIDADE FEMININA

5. Percurso Teórico-Metodológico

Como apontamos na primeira parte deste estudo, os pressupostos teóricos que norteiam este estudo, o caminho adotado prestigia os conceitos tratados pela Teoria Semiológica, de Patrick Charaudeau, particularmente o conceito de *discurso político* proposto por este linguista, que tem papel primordial na fundamentação deste trabalho, bem como o conceito de *imaginários sociodiscursivos* e sua proposição (e a de Dominique Maingueneau) sobre a noção de *ethos*.

Conforme definição de Maingueneau (2015, p. 39), constituem-se como *corpora* para os analistas do discurso os materiais que estes julgam necessários para responder a esse ou àquele questionamento explícito. Já Charaudeau (2011, online), comenta que um *corpus* de discurso só pode ser constituído por um conjunto de produções linguageiras em situação de uso.

Sob a luz de tais definições, compusemos como *corpus* deste estudo a transcrição de discursos de Dilma Rousseff efetuados no período em que esteve afastada

da Presidência da República para o julgamento do processo de *impeachment*, ou seja, entre os dias entre 12 de maio de 2016, quando o Senado Federal a apartou do cargo, e 31 de agosto de 2016, momento em que houve seu afastamento definitivo da Presidência. Neste período, foram selecionados nove momentos em que ela se pronunciou publicamente.

O período em questão foi escolhido por ser um momento em que o sujeito político se encontra em uma situação de enunciação híbrida, não configurando de forma exata nenhuma das situações de enunciações destacadas por Charaudeau (2006, p. 258), isto é, não está «fora da governança», já que Dilma Rousseff ainda é a detentora do cargo, assim como também ela não se encontra «dentro da governança», pois não a está exercendo.

Sendo assim, como o próprio Charaudeau defende (2011, online), quando o corpus se trata de discurso político, este não é o mesmo, se os atores se encontram em situação de conquista do poder (campanhas eleitorais) ou de exercício do poder, a primeira levando a produzir discursos de promessa que são da ordem do desejável, a segunda, discursos de justificativa que são da ordem do possível. “Convém, então, construir, *sub-corpus* com contextos situacionais diversos”.

Todos os pronunciamentos foram transmitidos em tempo real em plataformas de mídias sociais, como YouTube e Facebook, e ainda transcritos (postados) conforme eram discursados em microblogs, como o Twitter. Alguns deles, ainda, foram transmitidos em canais públicos de televisão, como a TV Senado.

A obtenção dos textos se deu por meio do sítio oficial da ex-presidenta na Internet, sites de notícia, o sítio do Governo Federal, assim como de seus perfis em redes sociais. Os discursos que estavam disponibilizados apenas em formato de vídeo foram transcritos integralmente pela autora da pesquisa.

Os discursos de Dilma Rousseff os quais analisamos foram proferidos nas seguintes situações:

- 1) Declaração à imprensa, no Palácio do Planalto, no dia da decisão da abertura de processo pelo Senado e seu concomitante afastamento do cargo, proferida em 12 de maio de 2016;

- 2) Fala no lançamento do livro "A resistência ao golpe de 2016", feita na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 03 de junho de 2016;
- 3) Discurso no III Ato Contra o Golpe e em Defesa da Democracia, ocorrido na Esquina Democrática, em Porto Alegre, também em 03 de junho de 2016;
- 4) Pronunciamento no ato "UFPE [Universidade Federal de Pernambuco] com Dilma pela Democracia", feito em 17 de junho de 2016;
- 5) Mensagem da presidenta da República Dilma Rousseff ao Senado Federal e ao povo brasileiro, divulgada em 16 de agosto de 2016;
- 6) Discurso no Ato contra o Golpe, em Defesa da Democracia e dos Direitos Sociais, realizado na Casa de Portugal, em São Paulo, no dia 23 de agosto de 2016;
- 7) Fala no Ato em Defesa da Democracia, realizado no Teatro dos Bancários, em Brasília (DF), no dia 24 de agosto de 2016;
- 8) Declaração ao Senado Federal na véspera da votação do impeachment, proferido em 29 de agosto de 2016;
- 9) Pronunciamento no Palácio do Planalto imediatamente após a aprovação do impedimento e seu afastamento definitivo da presidência em 31 de agosto de 2016.

A partir deste *corpus*, investigamos a construção das imagens de si, correspondente à noção de *ethos*, em sua articulação com a construção social da figura feminina, do sujeito mulher. A análise propôs compreender se, por meio da enunciação, a enunciadora deixa, na materialidade do texto, marcas, pistas que evidenciam a construção deste *ethos*. Desta forma, ao construir uma imagem de si nos discursos, ela permitiria investigar como – e se – se dá a representação do feminino e o imaginário de uma mulher em situação de liderança política e, ainda, em situação de fragilidade política.

Ainda sobre a questão, intentamos observar a presença de enunciados assumidos por Dilma Rousseff que desvelem fios de sua vida particular, fora do mundo político, chegando-se, assim, à narrativa de vida, que segundo Machado (2012), pode ser considerada como uma estratégia discursiva e, mais que isso, uma estratégia argumentativa.

Por fim, acerca da noção de *pathos*, observamos quais estratégias discursivas foram empregadas (e, por consequência, quais os efeitos possíveis disso) de modo a tocar a emoção e os sentimentos do interlocutor a fim de seduzir ou, ao contrário, lhe fazer medo.

Ao final desse percurso, objetivamos compreender a importância de se recorrer a estratégias discursivas que valorizem o feminino em um ambiente tão inóspito à mulher quanto o político. Além disso, apreender de que forma tais estratégias foram utilizadas por um sujeito político em posição pioneira (primeira mulher a exercer a presidência da República), abre caminho para novas empreitadas.

6. Breve contextualização do momento político no Brasil de 2016

O Brasil é um país de ciclos. Eles se repetem para que tudo se mantenha como sempre foi. “O esquecimento é necessário para que a história se repita sempre do mesmo modo” (SOUZA, 2016, p. 45). No ano de 2016, a jovem República brasileira testemunhou o segundo processo de impeachment de um presidente em menos de 25 anos. A presidenta Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), primeira mulher a exercer a função, foi afastada do cargo para o qual havia sido eleita pela segunda vez em outubro 2014.

De acordo com Souza (2016), os resultados das últimas eleições para a Presidência (entre 2002 e 2014) já demonstravam um crescimento e uma consolidação da divisão de classes no decorrer dos anos até que, em 2016, explode no que seria uma agressividade aberta em relação ao racismo de classe. “Até junho de 2013, as reclamações eram feitas privadamente, na família e em círculos de amigos, já que ‘não

pega bem', nem é socialmente legítimo, explicitar irritações típicas de um racismo de classe que remonta às nossas origens escravocratas" (SOUZA, 2016, p. 83).

No entanto, alguma coisa aconteceu em 2013. As chamadas Jornadas de Junho podem ser conceituadas como um marco na história política do Brasil contemporâneo. Ecoando grandes manifestações que se davam em todo o mundo, como a Primavera Árabe¹³ e *Occupy Wall Street*¹⁴, as mobilizações sociais que culminaram nas ações coletivas de 2013 tiveram início com as articulações do Movimento Passe Livre (MPL) e a luta pontual contra o aumento da passagem de ônibus. Posteriormente, contudo, ramificaram-se em causas mais amplas e heterogêneas, aos moldes dos protestos ocorridos em outros países, mesclando interesses locais e globais. Entre os dias 6 e 30 de junho, diversas manifestações chegaram a levar 1,4 milhão de pessoas para as ruas de todo o país.

Registrou-se nos movimentos a sensibilização de coletivos sociais e culturais de formação recente e com pequeno número de participantes, formando uma rede heterogênea de atores sociais: mídias ativistas como o grupo Anonimus, Midia Ninja, anarquistas, associações de bairros da periferia, entre outros grupos e coletivos de menor expressão nacional. Curiosamente, nas Jornadas de Junho não se deu a convocação direta pelos movimentos tradicionalmente ativos, esses agregaram forças em um segundo momento. Não havia divisão hierárquica e se deu um forte espírito coletivo entre os participantes.

As Jornadas de Junho apresentaram três momentos. Inicialmente, o tema dominante foi o da redução do preço das tarifas de transportes urbanos e as ações de resistência pacífica. Foram realizadas pequenas passeatas que cresceram conforme a repressão policial. No segundo ciclo, os atos mesclaram diversos temas, havendo predomínio da insatisfação contra os gastos públicos com os megaeventos (como a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas) e contra a violência policial. Já o terceiro

¹³ É o nome dado à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2011. A raiz dos protestos foi o agravamento da situação dos países (Egito, Tunísia, Síria, Líbia, Iêmen e Barein) provocado pela crise econômica e falta de democracia. A população sofria com as elevadas taxas de desemprego e o alto custo dos alimentos, reivindicava melhores condições de vida.

¹⁴ Conhecido pela sigla OWS, foi um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no *Zuccotti Park*, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento chegou a mobilizar dez mil pessoas. Posteriormente surgiram outros movimentos *Occupy* por todo o mundo.

momento, realizado após o anúncio da redução das tarifas, dominou definitivamente o tema da crítica dos megaeventos e a crítica à violência policial.

Bogado lembra que, passados os primeiros protestos, as ruas não mantiveram a temperatura de junho, contudo, os manifestantes que acreditavam nas transformações não perderam o entusiasmo. “Pelo contrário, desdobrou-se em outras marchas, outras demandas, outros movimentos, estratégias e linguagens políticas, visceralmente ligadas ao *ethos* de junho” (BOGADO, 2018, p. 29). De acordo com ela, foi neste momento que o feminismo ganhou espaço e se tornou “o maior representante da continuidade da nova geração política”. Ao findar as grandes marchas, as mulheres assumiram o primeiro plano, tomando a cena da resistência ao panorama conservador que se vislumbrava no país. Neste cenário se deu a Primavera das Mulheres.

As mulheres foram protagonistas, em 2015, de uma reação rápida e de forma impressionante ao retrocesso representado pela aprovação do Projeto de Lei 5069/2013, de autoria de Eduardo Cunha (PMDB), que dificultava o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. “Por todo o Brasil, eclodiram mobilizações semanais com fortes protestos que culminaram em um ato nacional pelo ‘Fora, Cunha!’, no dia 13 de novembro” (BOGADO, 2018, p.29). A luta feminista alcançava, naquele momento, patamares inéditos e levava milhares de manifestantes às ruas das grandes cidades do país.

Logo após o ato “Fora, Cunha!”, se deu em Brasília a Primeira Marcha das Mulheres Negras, reunindo 50 mil ativistas. Também em Brasília, a quinta marcha das trabalhadoras do campo, conhecida como Marcha das Margaridas, levou 70 mil mulheres a cidade.

Ainda em 2015, estudantes paulistas ocuparam mais de duzentas escolas estaduais de São Paulo e conseguiram evitar uma reforma proposta pelo governo do PSDB de fechar 92 escolas e de transferir mais de 300 mil alunos da rede pública para unidades mais distantes com salas de aula superlotadas.

Foi concomitantemente a esse momento único de forte efervescência social no país que se deu o processo de *impeachment* da presidenta Dilma. E é sobre ele que decorreremos a partir de agora.

6.1 O processo: *impeachment* de Dilma Rousseff

O período entre dezembro de 2015 e agosto de 2016 foi marcado pelo segundo processo de *impeachment* de um presidente do Brasil no intervalo de 25 anos. Em seu segundo mandato, para o qual fora eleita em outubro de 2014 com 54,5 milhões de votos (51,64%), a presidenta Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), primeira mulher a exercer a função, foi afastada do cargo, condenada por crime de responsabilidade.

O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff foi aberto em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) aceitou o pedido¹⁵ produzido pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma. Paralelamente a isso, o governo teve de lidar com o agravamento da crise econômica no país e com um cenário marcado por denúncias de corrupção envolvendo tanto aliados do governo, quanto integrantes da oposição.

Na justificação para o pedido de *impeachment*, os juristas alegaram que a então presidenta havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais"¹⁶ e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso, o que era proibido até então.

Embora com baixa popularidade devido à crise econômica e política¹⁷ pela qual o país passava, Dilma governava com uma ampla base aliada no Congresso, sendo o PT a segunda maior bancada. No dia 2 de dezembro de 2015, contudo, mesmo dia em que o seu partido declarou apoio ao processo de cassação de Eduardo Cunha no Conselho de Ética, o ex-presidente da Câmara anunciou o acolhimento do pedido de *impeachment* contra a presidenta.

¹⁵ Documento disponível no endereço:
<https://ep00.epimg.net/descargables/2015/12/03/753f58eed8d66adf4ad11129cb833401.pdf>
Data de acesso: 10/07/2019.

¹⁶ Em 14 de setembro de 2019, em sua página na plataforma de *microblogging* Twitter, Janaína Paschoal contradiz a justificativa das pedaladas alegada na denúncia. “Alguém acha que Dilma caiu por um problema contábil? As fraudes contábeis foram praticadas para encobrir o rombo gerado pelos desvios! Em outras palavras: a bonança na economia, com os peculatos continuados, fica prejudicada!” Fonte: <https://twitter.com/JanainaDoBrasil/status/1172814003015471106>. Data de acesso: 15/09/2019.

¹⁷ Antes mesmo de Dilma Rousseff ser reeleita para a Presidência da República, em 2014, o cenário político brasileiro se mostrava desfavorável para o governo da então mandatária, sobretudo por conta do desgaste sofrido pelo Partido dos Trabalhadores desde o início da Operação Lava Jato. Mais informações: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/entenda-o-caso> Data de acesso: 10/07/2019.

A “inabilidade” de Dilma ou dos parlamentares de seu partido ficou associada ao fato de recusarem-se a negociar com o então presidente da Câmara dos Deputados a sua absolvição, na votação para abertura de inquérito parlamentar que atingia o deputado. O ultimato fora dado como um xeque-mate: ou a bancada da presidenta recusa seu processo ou o deputado aceitaria pedido de impeachment contra a presidenta. Os resultados são sabidos. (ARAÚJO, 2018, p. 40).

A marca do processo foi a grande presença de controvérsias. Os nomes da oposição que comporiam a comissão especial que analisaria o pedido de *impeachment* foi eleita em 8 dezembro por meio de uma votação secreta. No entanto, os então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, defenderam a anulação da votação secreta para eleger a comissão especial¹⁸.

Desta forma, no 17º dia de dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a anulação e determinou o rito a ser seguido pela Câmara no processo de impedimento, estabelecendo que as votações deveriam ser abertas. A Corte rejeitou em fevereiro recurso impetrado pela Câmara sobre a questão, mantendo o rito da forma como definira anteriormente¹⁹.

No mês seguinte, o presidente da Casa instalou a nova comissão especial e os deputados Rogério Rosso (PSD-DF) e Jovair Arantes (PTB-GO) foram eleitos presidente e relator, respectivamente. Com o passar dos dias, grandes partidos foram deixando de apoiar a presidenta Dilma. Ainda em março, o PMDB – partido do então vice de Dilma, Michel Temer - rompeu oficialmente com o governo após uma reunião do diretório nacional²⁰.

Em 11 de abril, a comissão especial aprovou a abertura do processo contra Dilma, por 38 votos a 27. Mano & Macêdo relatam o que aconteceria seis dias depois no Plenário da Câmara:

O dia era 17 de abril de 2016. Da mesma forma que, cinco anos atrás, o país havia parado para assistir à posse da primeira presidenta eleita e vivia o ineditismo de ter um corpo de mulher ocupando o centro daquele ritual, mais uma vez era uma mulher o alvo daquele novo espetáculo midiático. Com um placar final de 367 votos favoráveis e 137 contrários ao impedimento da

¹⁸ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Data de acesso: 11/07/2019.

¹⁹ Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/stf-anula-votacao-da-comissao-especial-do-impeachment> Data de acesso: 11/07/2019.

²⁰ Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-03/diretorio-nacional-decide-que-pmdb-deixara-base-do-governo-dilma> Data de acesso: 11/07/2019.

presidenta, cada voto favorável foi acompanhado de um argumento que respondia às mulheres, trabalhadores/as, negros/ as, homossexuais e vários outros grupos marcados como diferentes: “Voltem para seu lugar!”. (MANO & MACÊDO, 2018, p.98)

No dia seguinte, o então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), recebeu de Eduardo Cunha o processo contra Dilma. Ainda no final de abril, os membros para a comissão especial que analisaria a admissibilidade da denúncia recebida da Câmara foram indicados pelos líderes.

Para a presidência da comissão especial foi eleito o senador Raimundo Lira (PMDB) e, Antonio Anastasia (PSDB), como relator. Foram realizadas pela comissão quatro audiências públicas e recebeu 13 convidados para quatro debates. Entre os convidados da acusação, compareceram os juristas autores do pedido, Miguel Reale Júnior, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo, e o ex-ministro do STF Carlos Velloso. Pela defesa, participaram o então advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, o então ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, a então ministra da Agricultura, Kátia Abreu e o ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Lavenère²¹.

A aprovação do relatório de Anastasia favorável à abertura do processo de *impeachment* se deu em 6 de maio, com placar de 15 votos a favor e cinco contra. Em 12 de maio, o Senado decidiu pela abertura do processo e afastou Dilma Rousseff do cargo. A partir desse momento, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, assumiu a condução do processo. Para Gomes:

O dia 12 de maio foi a data de oficialização da admissibilidade do impeachment de Dilma Rousseff, primeira mulher legitimamente eleita presidenta do Brasil. No dia 13 de maio, o governo interino e ilegítimo assumiria o poder até a votação final do Senado em 31 de agosto, substituindo Dilma Rousseff, uma mulher com uma história política reconhecida e honrada de luta contra a ditadura militar nos anos 1960, 1970 e 1980, no Brasil. (GOMES, 2018, p. 149)

O mês de junho foi de definição do cronograma de trabalho da Comissão Especial do *Impeachment*, que passou por momentos tensos, sendo reformulado algumas vezes, para a fase de depoimentos das 44 testemunhas, das quais 38 eram da defesa, duas da acusação e as outras quatro convocadas pelos senadores. Ao final de tal etapa, em julho, foi o momento de debate da comissão acerca dos laudos periciais

²¹ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Data de acesso: 11/07/2019.

envolvendo os termos da denúncia, elaborados por uma junta de consultores do Senado e por assistentes peritos da acusação e da defesa²².

Os primeiros dias de agosto foram ocupados pela discussão do relatório final do senador Antonio Anastasia, que defendeu a procedência da acusação e a realização do julgamento da presidenta afastada. Os senadores que defendiam o *impeachment* elogiaram o texto, enquanto os aliados de Dilma afirmaram que o documento concretizava um “golpe”. Em 4 de agosto, o relatório foi aprovado na comissão e seguiu para o Plenário.

Em uma sessão que teve início na manhã de 9 de agosto e foi encerrada apenas na madrugada do dia 10, o Plenário decidiu pelo julgamento da presidenta afastada, por 59 votos a 21. Dilma foi acusada de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária e contra a guarda e o legal emprego de recursos públicos, na forma de três decretos de crédito suplementar e operações com bancos públicos.

Ao terceiro dia de seu julgamento, a presidenta Dilma compareceu ao Congresso para se defender e negou ter cometido os crimes de responsabilidade de que foi acusada, classificando por golpe a aprovação do *impeachment* e acusou o então vice-presidente, Michel Temer, e o ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de conspiração²³.

Passaram-se seis dias de julgamento até que o Senado concluiu, em 31 de agosto, o *impeachment* de Dilma Rousseff (61 votos favoráveis e 20 contrários), cassando o mandato da presidenta, mas mantendo os seus direitos políticos. Sobre esta questão, Gomes argumenta:

E o crime de responsabilidade fiscal? Única permissão constitucional para a retirada legítima de um chefe do Executivo do poder? Ele foi comprovado? Não. Portanto, os argumentos de que o *impeachment* seria pelo “conjunto da obra”, como afirmaram alguns parlamentares, não se sustentam juridicamente. (GOMES, 218, p. 151)

Repleto de controvérsias, o julgamento da primeira presidenta da República do país ficará para sempre marcado na história do Congresso Nacional e do Brasil²⁴. No

²² Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Data de acesso: 11/07/2019.

²³ Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil> Data de acesso: 11/07/2019.

²⁴ A partir do início de 2018, diversas universidades brasileiras passaram a incluir em suas grades curriculares disciplinas que discutem o processo de *impeachment* da presidenta Dilma, caracterizando-o

próximo capítulo, conheceremos um pouco mais a trajetória da personagem principal deste processo.

7. Breve biografia de Dilma Rousseff

O calendário marcava o 14º dia de dezembro de 1947 quando, na capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, nasceu Dilma Vana Rousseff, filha do meio do advogado e imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora fluminense Dilma Jane da Silva. Sessenta e três anos depois, ela se tornaria a 36ª Presidente da República Federativa do Brasil e a primeira mulher da história a ocupar o cargo.

Aluna de colégios tradicionais na capital mineira, aos 16 anos Dilma inicia na vida política, integrando organizações de combate ao regime militar²⁵. Com o acirramento do governo militar, o movimento estudantil em Belo Horizonte se estruturava margeando a formalidade. Foi então que a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de São Paulo e os Comandos de Libertação Nacional (Colina), em Belo Horizonte se uniram em estratégia, promovendo ataques a bancos e veículos militares. Nessa época, um dos pontos de encontro dos militantes conhecido pelos militares era a casa de Dilma Rousseff, no Edifício Solar, no bairro Funcionários, que acabou sendo invadida por eles. Foi quando ela partiu para o Rio de Janeiro.

como golpe. A iniciativa surgiu no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), com a disciplina “Tópicos especiais em Ciência Política: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, mas ainda em 2018 instituições como Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), universidades federais da Bahia (UFBA) e do Amazonas (Ufam), além da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), confirmaram a inclusão de atividades especiais neste formato.

²⁵ Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>
Data de acesso: 11/07/19

A primeira vez de Dilma na prisão se deu em 1970, em São Paulo, de acordo com José Olavo Leite Ribeiro, em reportagem de Luiz Maklouf Carvalho, “As armas e os varões”, na revista Piauí, em 2009. Foram 22 dias detida no Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), momento em foi submetida a torturas por agentes do Exército Brasileiro, da equipe do Capitão Bernoni de Arruda Albernaz, uma das mais temidas (AMARAL, 2011).

De lá, Dilma Rousseff foi transferida para o Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), onde ficou detida por mais dois meses e, depois, seguiu para a prisão Tiradentes. Passaram-se três anos (dos quais, 22 dias sob tortura) até que em 1973 (Amaral, 2011), Dilma Rousseff, solta, se mudaria para Porto Alegre, incentivada pelo marido Carlos Franklin Paixão Araújo, que seria solto anos depois.

Livre da prisão, ainda em 1973 ingressou na faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1975, iniciou um estágio na Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão do governo gaúcho, e concluiu o bacharelado de economia em 1977. Em 1990, Dilma voltaria à FEE, mas dessa vez como presidente da instituição²⁶. Em 1976, nasce Paula Rousseff Araújo, sua única filha.

Entramos na década de 80, com Dilma ajudando o ex-governador Leonel Brizola a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul, assessorando a bancada trabalhista na Assembleia Legislativa e, a convite do prefeito Alceu Collares, também do PDT, assume a Secretaria Municipal da Fazenda em Porto Alegre, se tornando a primeira mulher no país a comandar as finanças de uma capital (Amaral, 2011). Eleito governador em 1993, Collares a leva para a Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação. Permanece no cargo quando, em 1999, Olívio Dutra toma posse como governador eleito numa coligação PT-PDT e, em 2000, Dilma filia-se ao Partido dos Trabalhadores.

O ano de 2001 foi marcado por uma grave crise no abastecimento de energia no Brasil e o Rio Grande do Sul é um dos poucos estados da federação a não sofrer apagões²⁷. Credenciada pelo seu desempenho na Secretaria durante a crise, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva a convida, em fins de 2002, a participar da equipe de transição que prepararia o próximo Governo Federal. Com a posse de Lula, torna-se

²⁶ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>
Data de acesso: 11/07/19

²⁷ Fonte: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/conheca-a-trajetoria-da-presidenta-dilma-rousseff>
Data de acesso: 11/07/19

ministra de Minas e Energia, mais uma vez se tornando a primeira mulher a ocupar o cargo.

Uma profunda reformulação no ministério²⁸ foi comandada por Dilma entre 2003 e 2005, com a criação do chamado marco regulatório que preparou o país para evitar a repetição de desabastecimento de energia em caso de novas crises hídricas. Além disso, presidiu o Conselho de Administração da Petrobrás, introduzindo o biodiesel na matriz energética brasileira e criando o programa Luz para Todos.

Em 2005 ela mais uma vez é pioneira, ocupando a chefia da Casa Civil e coordenando o trabalho de todo o ministério em 2005. No cargo, a ministra assume a direção de iniciativas estratégicas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida.

Mais um desafio lhe seria proposto por Lula em abril de 2010, quando Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho, o PT oficializa sua candidatura. Em 31 de outubro de 2010, Dilma Rousseff, aos 63 anos, é eleita no segundo turno Presidenta da República Federativa do Brasil, com mais de 55,7 milhões de votos (56,05%)²⁹.

Seu governo foi marcado pelo desafio de manter as políticas bem-sucedidas do governo anterior de Luiz Inácio Lula da Silva, como havia prometido durante a campanha, e a implementação de políticas públicas capazes de reduzir a pobreza no Brasil, levando o país a crescer reduzindo a miséria e diminuindo a desigualdade social.

Um pouco mais protagonista do que na sua campanha em 2010, quando o presidente Lula lhe fazia sombra, Dilma seria reeleita em 2014, em eleição acirrada contra Aécio Neves (PSDB), com 51,65%³⁰ dos votos válidos. A vitória da presidenta Dilma, no entanto, foi duramente contestada, não apenas pela oposição formal, que iniciou seu projeto de destituição concomitante com o resultado das eleições de 2014.

Logo após a eleição, iniciou-se um período de instabilidade no país. Os opositores que haviam acabado de perder o pleito não aceitaram o resultado das urnas, questionando junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a validade das eleições,

²⁸ Fonte: <http://www.mme.gov.br/web/guest/aceso-a-informacao/institucional/galeria-de-ministros/dilma-vana-rousseff> Data de acesso: 11/07/19

²⁹ Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2010/candidaturas-votacao-e-resultados/estatisticas> Data de acesso: 11/07/19.

³⁰ Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> Data de acesso: 11/07/19.

suscitando dúvidas quanto a lisura do processo eleitoral e incentivando a população a questionar o mandato de Dilma Rousseff³¹.

Somada à fragilidade da economia brasileira naquele ano, Dilma Rousseff inicia seu segundo mandato fragilizada. Foi em tal cenário que, em 2016, a presidenta enfrentaria um processo de *impeachment*, apoiado por grandes manifestações civis em todo o país, no qual seria condenada e teria o mandato de Presidente cassado, mas mantido o gozo dos direitos políticos. Em 2018, Dilma concorre ao Senado Federal por Minas Gerais³², mas não se elege.

Após discorrermos sobre o panorama histórico-social em que se deu a produção dos discursos que compõem o *corpus* deste trabalho, partimos para as análises e apresentação de resultados obtidos.

8. Um mergulho nos discursos de Dilma Rousseff

Quando falamos em discurso político, devemos ter em mente que este se trata de um domínio discursivo constituído como um guarda-chuva que abarca diversos outros gêneros em si, como o pronunciamento político, um gênero caracterizado por ser protocolar e, de certo modo, utilizado de forma rotineira. Destacamos, contudo, que as situações e eventos que promovem e alicerceiam tal experiência discursiva no campo político são diversas, como as situações de campanha, prestação de contas, posse, reeleição, data festiva, entre outras.

Sendo assim, devemos levar em consideração o momento político único e inabitual – destacado nas seções anteriores deste estudo - em que se deram os pronunciamentos que compõem o *corpus* deste estudo, uma situação enunciativa de bastante tensão. Além disso, o sujeito político se encontra em uma situação de fragilidade política, assim como protagoniza um momento de enunciação híbrida, não configurando de forma exata nenhuma das situações de enunciação destacadas por Charaudeau (2006, p. 258), isto é, não está «fora da governança», já que Dilma

³¹ Fonte: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755> Data de acesso: 11/07/19.

³² Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/justica-eleitoral-de-minas-decide-que-dilma-nao-esta-inelegivel-e-pode-disputar-senado.shtml> Data de acesso: 11/07/19.

Rousseff ainda é a detentora do cargo, assim como também ela não se encontra «dentro da governança», pois não a está exercendo.

Ademais, podemos destacar também, de modo geral, ao analisar o campo político, que os discursos construídos pelos sujeitos políticos são constituídos por “três diferentes e correspondentes ordens de fala, que poderiam ser representadas por uma fala considerada pública, uma fala de cunho privado e uma fala de natureza íntima” (MAIA, 2015, p. 107).

Sendo uma fala de natureza *pública* caracterizada pelo autor como aquela em que o sujeito político põe de forma intencional, ou não, em circulação no espaço público (frequentemente por meio das mídias, como os discursos oficiais, os comunicados em rede nacional, notas à imprensa, entrevistas, debates), ou seja, falas que geralmente correspondem à agenda política, podemos dizer que nosso *corpus* se dá, majoritariamente, nesse universo.

Tais falas, ainda conforme Maia, dizem respeito a assuntos da governança considerados pelo sujeito político como de interesse dos cidadãos (discursos de Dilma explicando o processo político do *impeachment* aos cidadãos) ou ainda conferidos em momentos nos quais este é convocado a prestar explicações (fala de Dilma em sua defesa proferida no Senado Federal). É possível, no caso do discurso político, que algumas falas tornadas públicas acabem por compor a biografia do sujeito político, uma vez que passam a constituir acontecimentos que marcam a vida do homem público.

Por sua vez, a fala íntima (diferentemente da privada, que remete ao universo das relações políticas e do exercício do poder político) correspondente à intimidade do sujeito político, circulando em âmbito restrito e familiar, ou seja, diz respeito à vida pessoal do político. Ela pode, de forma proposital ou não, estrategicamente ou não, tornar-se uma fala pública por meio de confissões e revelações. Neste cenário se encontram de modo mais efetivo os conteúdos referentes às narrativas de vida (ou composição de *ethos*) que alguns políticos utilizam em seus discursos. Vemos isso acontecer quando Dilma lança mão de fatos íntimos de seu passado enquanto presa política da ditadura militar ou relata o período em que passou por tratamento contra um câncer.

8.1 Procedimentos de Análise

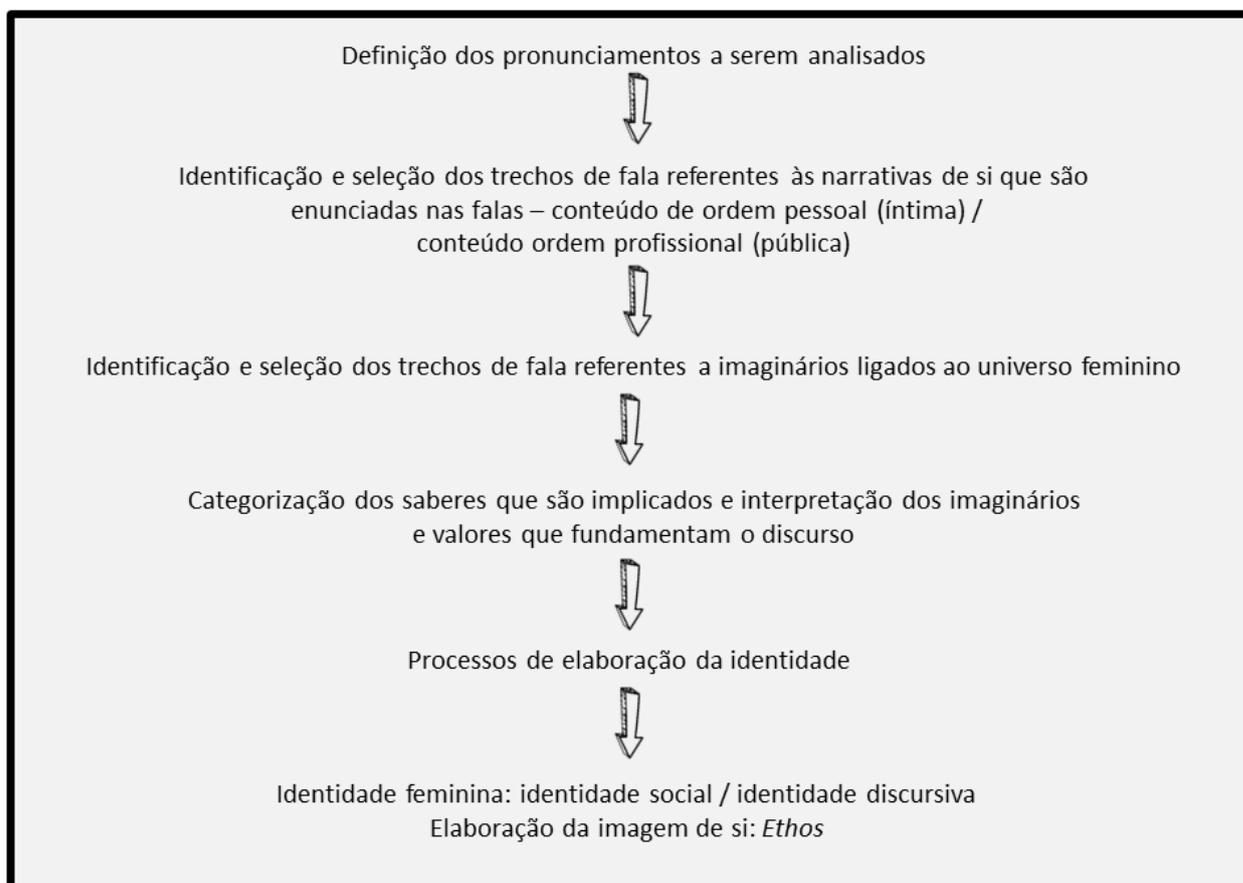
Tendo em vista as condições de proferimento dos discursos de nosso *corpus*, partimos para os procedimentos de análise. Inicialmente, procuramos analisar cada pronunciamento de modo específico, de forma a observar a organização que os saberes adquirem no discurso, para em um segundo momento detectar e interpretar os possíveis imaginários e as representações que fundamentam as falas analisadas, assim como as imagens de si que são evocadas pela presidenta Dilma Rousseff.

Em seguida, a análise teve como foco as características dos imaginários e das formas de *ethos* que foram observadas, com o intuito de perceber as possíveis implicações destes nos discursos analisados. Após essa etapa, fizemos um balanço de todos os pronunciamentos, de forma a estabelecer uma discussão sobre os imaginários e as possíveis identidades que são projetadas.

Após o processo de coleta, seleção e organização das falas foram iniciadas a observação e análise do material, a fim de detectar os imaginários recorrentes nos discursos políticos em observação. Categorizamos, assim, os imaginários sociodiscursivos, a partir das formulações propostas por Charaudeau (2006), procurando perceber e compreender a organização que caracteriza tais discursos, bem como entender quais imaginários são predominantes e de que forma participam da constituição de uma determinada identidade feminina.

Por sua vez, os trechos de fala que fazem referência às passagens da vida de Dilma Rousseff foram analisados procurando levantar os imaginários e suas representações. Tendo por base a observação preliminar dos saberes e de sua organização discursiva buscou-se identificar e interpretar os imaginários sociodiscursivos que fundamentam os projetos de fala da ex-presidenta e servem de base para a elaboração de determinada imagem de si (*ethos*).

Portanto, sempre tendo como farol nosso objetivo de compreender a construção discursiva da identidade feminina a partir da projeção *ethé* e de imaginários ligados ao universo feminino no discurso da ex-presidenta Dilma Rousseff, a metodologia de análise adotada nesta pesquisa foi organizada como apresentamos (de modo esquemático) a seguir:



Esquema 2 - Fonte: Elaborado pela autora

8.2 Da análise

Abordamos nos capítulos anteriores e vale recuperar que, para Charaudeau (2012, p. 67), a situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico. Ainda conforme o autor, o necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio.

Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um contrato de comunicação. Estes resultam das características próprias à situação de troca, os

dados externos, e das características discursivas decorrentes, os dados internos. (CHARAUDEAU, 2012, 68)

Sendo os dados externos aqueles constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que as caracterizam, estes dados não são essencialmente languageiros, mas semiotizados, pois correspondem a índices que, retirados do conjunto dos comportamentos sociais, apresentam uma convergência.

Partindo para o corpus de análise, observamos as condições de identidade, categoria dos dados externos. Essa categoria, ainda segundo Charaudeau, se define através das respostas às perguntas “quem fala a quem?”.

Na instância de produção, temos como sujeito-comunicante (EUc) – sujeito emissor-produtor de um ato de linguagem - a então presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher a exercer o cargo, no segundo ano de seu segundo mandato, afastada dele, contudo, para o julgamento de um processo de *impeachment* contra si, sendo mais um revés enfrentado por ela, que já vencera a prisão e tortura na Ditadura Militar e um câncer.

Em relação à instância de recepção, Charaudeau (2012, p. 79) coloca que, apesar de o público ser uma entidade compósita que não pode ser tratado de maneira global, não se deixa de fazer previsões acerca dos movimentos de avaliação do público quando este recebe a informação. Sendo assim, tendo em vista nosso *corpus*, temos como sujeito-interpretante (TU_i) – sujeito receptor de um ato de linguagem – a população brasileira. Ainda que as falas analisadas tenham sido, em um primeiro momento, direcionadas a públicos diferentes (senadores, na fala no Congresso Federal; apoiadores locais em cada evento realizado; população em geral, nos discursos à imprensa), todos estes pronunciamentos foram amplamente divulgados nas redes sociais de Dilma e em veículos de imprensa. Sendo assim, o público a ser atingido pelo ato de linguagem era o eleitor brasileiro, apoiador ou não de Dilma Rousseff, mas que estava acompanhando o julgamento da chefe do Executivo por crime de responsabilidade.

Por sua vez, partindo agora para os dados internos do contrato de informação midiática, ou seja, para os dados propriamente discursivos, ao observar o espaço de locução, notamos que o sujeito enunciador (EUe), aquele que enuncia, encarna diversos Eus, uma vez que Dilma Rousseff apresenta um jogo de pessoas, ora apresentando-se em primeira pessoa (ora no singular, ora no plural) e por vezes em terceira pessoa, ou

seja, fala de si como se fosse outra pessoa, alguém de fora, como veremos nos trechos abaixo:

“Eu vivi minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati desigualdade.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 31 de agosto de 2016)

“Eu fui eleita presidenta por 54 milhões de cidadãs e de cidadãos brasileiros e é nesta condição, na condição de presidenta eleita pelos 54 milhões, que eu me dirijo a vocês nesse momento decisivo para a democracia brasileira e para nosso futuro como Nação”. (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 12 de maio de 2016)

“Não voltaremos apenas para satisfazer nossos desejos ou nossa vaidade. Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 31 de agosto de 2016)

“Nós trilhamos em toda a América Latina, e no Brasil de modo particular, um processo democrático, um processo democrático construído pela população deste país, onde cada um dos aqui presentes, e muitos dos aqui ausentes, deram a sua contribuição”. (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016)

“Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 31 de agosto de 2016)

“Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 29 de agosto de 2016)

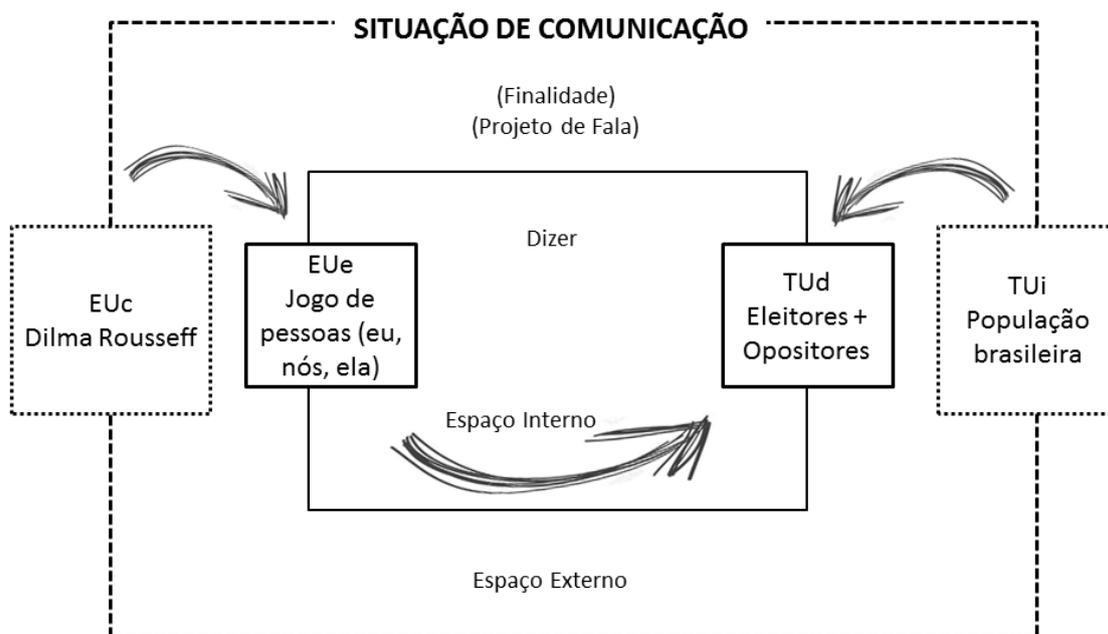
Já quanto ao sujeito destinatário (TUd), ele é instaurado pelo EUe, quando se direciona diretamente a eles, conclamando os eleitores brasileiros, sendo eles seus apoiadores ou opositores.

“Eu vou fazer uma declaração à imprensa, portanto, não é uma entrevista, é uma declaração. Queria, primeiro, dizer a vocês e dizer, também, a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, que foi aberto pelo Senado Federal o processo de impeachment e determinada a suspensão do exercício do meu mandato pelo prazo máximo de 180 dias”. (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 12 de maio de 2016)

“Dirijo-me à população brasileira e às senhoras senadoras e aos senhores senadores para manifestar mais uma vez meu compromisso com a democracia e com as medidas necessárias à superação do impasse político que tantos prejuízos já causaram ao país”. (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 16 de agosto de 2016)

“Falo aos 110 milhões que participaram dessas eleições, que saíram de suas casas e foram colocar o seu desejo, o seu interesse e aquilo que aspiram para o Brasil dentro da urna indevassável.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 31 de agosto de 2016)

Desta forma, observa-se o seguinte cenário acerca do contrato de comunicação:



Esquema 3 - Fonte: Elaborado pela autora

Como discorremos nos capítulos anteriores, observa-se na retórica aristotélica que o *ethos*, juntamente com o *logos* e o *pathos*, compõem as três provas lógicas que são engendradas pelo discurso. Tais peças de convicção, além de serem inerentes a todo processo argumentativo, se articulariam no interior do mecanismo de persuasão para realizar acordos e convencer o auditório.

No que concerne ao DP, os *ethé* normalmente manifestados corresponderiam a um conjunto de representações e de determinados imaginários que o sujeito político recorre utilizando-se de sua fala com o objetivo de criar certa identidade junto à instância cidadã. Conforme explica Charaudeau (2006), tanto a *credibilidade* quanto a *identificação* equivaleriam a duas ordens de valores (razão e afeto) imprescindíveis ao projeto de fala do ator político, constituindo dois polos nos quais diversas figuras aglutinam-se com vistas à elaboração de uma identidade política, com a qual o sujeito político se constrói. Diz o autor:

É preciso que [o político] seja, ao mesmo tempo, crível e suporte da identificação à sua pessoa. Crível porque não há político sem que se possa crer em seu poder de fazer; suporte de identificação porque para aderir às suas ideias é preciso aderir à sua pessoa. (CHARAUDEAU, 2006, p. 118).

Deve-se, assim, a essa dupla orientação, o desenvolvimento no DP de algumas figuras identitárias que podem ser elencadas em duas categorias distintas de *ethos*: aqueles que promovem a *credibilidade*, ou seja, os que se fundam em um discurso que privilegia os elementos voltados para a razão e os argumentos; e os responsáveis pela *identificação*, fundados em um discurso do afeto.

Com o cenário delineado no Esquema 3, em sua relação com o auditório, a presidenta Dilma Rousseff se utiliza de um projeto retórico buscando um fazer-criar acerca de sua inocência no processo de *impeachment* ao qual estava sendo submetida. Desta forma, ela se apresenta como alguém que não cometeu crime de responsabilidade e, portanto, está sendo acusada injustamente. Durante todos seus pronunciamentos observados, este projeto é reforçado e se atualiza enquanto tese principal, caracterizando-se assim como predominante persuasivo, cujas estratégias retórico-argumentativas objetivam alcançar a adesão dos ouvintes.

Nesta dinâmica de persuasão do auditório em busca de um fazer-criar sobre sua inocência, assim como de que sua condenação – e, por conseguinte, o afastamento definitivo da Presidência da República – seria inconstitucional, a então presidenta instaura em suas falas públicas uma sequência de imagens de si que se inter cruzam ao mesmo tempo em que se superpõem. A partir de agora, passaremos a apontar alguns excertos que demonstrem o *ethos* construído por Dilma Rousseff em seu discurso.

8.2.1 Dilma por Dilma: os *ethé* projetados

Os discursos que compõem o *corpus* deste estudo evidenciam algumas imagens que a então (afastada) presidenta evoca para si de forma constante. O primeiro que podemos constatar foi o de < injustiçada >. Desde o dia em que se deu a abertura do processo de *impeachment* (12 de maio) até sua votação final (31 de agosto), as falas de Dilma Rousseff terão como principal tese sua apresentação enquanto alguém inocente que não cometeu crime de responsabilidade, além disso, também se apresenta como vítima de mais injustiças derivadas do governo golpista provisório durante seu afastamento, como podemos ver nos fragmentos a seguir:

“Quando uma presidente eleita é cassada, sob a acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isto, no mundo democrático, não é impeachment: é golpe.

Não cometi crime de responsabilidade, não há razão para um processo de impeachment”. (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 12 de maio de 2016)

“Está bastante claro aqui o que levou a esse processo de impeachment, absolutamente ilegal, inconstitucional, sem nenhuma base jurídica, e eles sabem disso”. (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016)

“Hoje, esse governo provisório e interino tomou uma decisão, sabe qual é a decisão que eles tomaram? Eles estão querendo me proibir de viajar de avião. Por que eles querem me proibir de viajar de avião? Eles não querem que eu fale aqui nessa praça ou em outras praças. Aparentemente, apenas aparentemente, a decisão é boa, pra eles eu só podia viajar de Brasília para Porto Alegre, que é a minha casa, e voltar para Brasília. Ora, eu quero viajar por todo o Brasil, por que eles não querem que eu viaje? Porque não querem que eu vá nas praças desse país e diga “o que está acontecendo é um golpe”. E esse golpe tem uma característica, é um golpe dado com mãos de veludo, é um golpe dado na calada...” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016)

“Como não existe crime de responsabilidade no meu caso, porque são seis decretos, eram seis, agora são quatro decretos, os quatro decretos dizem respeito a créditos suplementares, todo mundo sabe, e daí o constrangimento de algumas votações que nós assistimos, todo mundo sabe que os decretos de créditos suplementares eram triviais no governo.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 17 de junho de 2016)

“Precisamos fortalecer a democracia em nosso País e, para isto, será necessário que o Senado encerre o processo de impeachment em curso, reconhecendo, diante das provas irrefutáveis, que não houve crime de responsabilidade. Que eu sou inocente. No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a desconfiança política para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime. Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 16 de agosto de 2016)

“Esse processo é um processo pra mim muito duro porque eu sei que estão cometendo uma injustiça comigo, eu sei que eu sou inocente, eu tenho absoluta clareza do que estão fazendo”. (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 23 de agosto de 2016)

Por isso, diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio. E, por isso, como no passado, resisto. (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 23 de agosto de 2016)

“Decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 31 de agosto de 2016)

Nos excertos destacados observamos que Dilma lança mão do jogo de pessoas para colocar-se ora como avaliadora da situação pela qual passa, por meio de um EUE falando de si na terceira pessoa (“Quando uma presidente eleita é cassada, sob a acusação de um crime que não cometeu”), ora utilizando um EUE que encarna a injustiçada, a pessoa destituída do cargo (“...eu sei que estão cometendo uma injustiça comigo, eu sei que eu sou inocente”). Por vezes ainda, a ex-presidenta apoia-se em uma terceira pessoa, um nós (“Precisamos fortalecer a democracia em nosso país e, para isto, será necessário que o Senado encerre o processo de *impeachment* em curso, reconhecendo, diante das provas irrefutáveis, que não houve crime de responsabilidade. Que eu sou inocente”) que diz “eu estou sendo injustiçada, mas quem vai pagar é a nação, somos todos”, incluindo aí o TUD enquanto quem sofre consequência direta da injustiça do *impeachment*.

Ainda em relação ao TUD, verifica-se que, em determinados momentos, para aumentar a identificação da plateia para com sua tese de inocência, Dilma fala de um outro, a quem aquele discurso não estaria direcionado, que é o provedor da situação de injustiça. O nós (EUE + TUD), portanto, seriam os que sofrem no processo (“Precisamos fortalecer a democracia em nosso país”), processo este feito por alguém que está fora desta cena discursiva (“Eles não querem que eu fale aqui nessa praça ou em outras praças.”; “e eles sabem disso”).

Na escolha do léxico, vemos uma constante repetição de termos e imagens que irão reforçar o *ethos* de pessoa injustiçada, como se pode observar na nuvem de palavras abaixo:



Imagem 1 - Fonte: Elaborada pela Autora

O segundo *ethos* projetado por Dilma Rousseff nas falas analisadas por este estudo foi o de < legitimação >. Por meio de dele, a então (afastada) presidenta se coloca enquanto única ocupante possível da Presidência da República, o que lhe teria sido garantido pelos 54,5 milhões de votos que os eleitores brasileiros lhe deram nas urnas em 2014. Vejamos os excertos:

“Eu fui eleita presidenta por 54 milhões de cidadãos e de cidadãos brasileiros e é nesta condição, na condição de presidenta eleita pelos 54 milhões, que eu me dirijo a vocês nesse momento decisivo para a democracia brasileira e para nosso futuro como Nação. O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 12 de maio de 2016)

“Hoje, houve uma decisão da Casa Civil ilegítima, provisória e interina, cujo objetivo, sabe qual é objetivo, proibir que eu viaje.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016)

“E, finalmente, eu quero falar para vocês que o que está em jogo no Brasil não é o meu mandato, o que está em jogo no Brasil é como é que nós teremos os processos democráticos daqui pra adiante, como que nós garantiremos que os direitos individuais e coletivos, as conquistas individuais e coletivas não sejam objeto do retrocesso.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016)

“[...] eu, que cheguei à Presidência da República pelo voto direto de 54 milhões de brasileiros, eu, que até o final desse processo e tenho certeza que até o final de 2018, serei a presidenta desse país.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016)

“Eu devo a vocês não ter sido derrotada. E eu estou falando isso, não é de forma simbólica, eu devo concretamente, foram os votos aqui do nordeste que mostrou pra mim, durante a apuração, que nós ganharíamos a eleição no final do dia da apuração, e foi isso que aconteceu. Ganhamos por uma margem menor, mas ganhamos a eleição.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 17 de junho de 2016)

“Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições. Por isso, afirmamos que, se consumado o impeachment sem crime de responsabilidade, teríamos um golpe de estado. O colégio eleitoral de 110 milhões de eleitores seria substituído, sem a devida sustentação constitucional, por um colégio eleitoral de 81 senadores.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 16 de agosto de 2016)

“Se você não pode passar pelo crivo do voto, o que é que eles pensaram? Vamos saltar o crivo do voto, vamos substituir um colégio eleitoral de 110 milhões de pessoas, por um colégio menor de 81 pessoas. É disso que se trata porque uma coisa está ligada a outra.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 23 de agosto de 2016)

“Nessa reeleição, eu tive 54,5 milhões de votos, num colégio eleitoral que atingiu 110 milhões de eleitores. Então, uma eleição direta, com voto secreto, em que numa eleição presidencial no nosso país nós discutimos as principais pautas que o país tinha que enfrentar. E foi baseado nessa discussão que a eleição propicia e que atinge todos os cantos do país que eu me elegei presidenta.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 24 de agosto de 2016)

“São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 29 de agosto de 2016)

Na projeção deste segundo *ethos* observado, Dilma Rousseff utiliza-se muito menos do jogo de pessoas, variando o EUE entre a primeira e a terceira pessoa. Tal estratégia denota o objetivo de se colocar enquanto “dona” da posição que ocupa, portanto, encarna o papel (EUE em primeira pessoa) de legítima detentora da Presidência da República, posto obtido por meio da vitória em processo eleitoral. Quem o ocupa, desta forma, sem ter passado pelo crivo do eleitorado, seja momentânea ou permanentemente, o faz de forma ilegítima, golpista.

Por vezes, contudo, ainda há a colocação de um sujeito enunciador que observa seu cargo de longe (“Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo conjunto da obra”), inclusive com a utilização de artigo masculino – o chefe – para se referir a ele, o que despersonaliza ainda mais o posto. Desta forma, diminui-se o emprego de identificação para aumentar a credibilidade do discurso.

Esta mesma estratégia de credibilidade Dilma usa ao instaurar um TUD que também não está presente na cena da enunciação, mas que se faz incluído no TUi (“escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras”), ou seja, ela fala aos brasileiros, mas se refere a eles como se fossem uma instituição com decisão soberana a qual ela observa de fora neste momento.

Ainda em relação ao TUD, por diversos momentos, enquanto projeta o *ethos* de legitimidade, cria o embate nós x eles, sendo eles os que querem tirar da Presidência o representante escolhido de forma democrática nas eleições (“o que é que eles

“O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflitiva da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, neste momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 12 de maio de 2016)

“Lutei a minha vida inteira pela democracia, aprendi a confiar na capacidade de luta do nosso povo. Já vivi muitas derrotas e vivi grandes vitórias, confesso que nunca imaginei que seria necessário lutar, de novo, contra um novo golpe no meu país.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 12 de maio de 2016)

“Eu fiz campanhas eleitorais, eles dizem que nas minhas campanhas eleitorais as contas são suspeitas, já viraram as contas de cabeça pra baixo, já procuraram de todo qualquer jeito, eu espero que eles saibam que eu não vou deixar de combater cada uma das falsidades, das inverdades e das mentiras que tentarem usar contra mim para me calar. Eu não vou me calar.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016)

“[...] eu lutei a minha vida inteira e vou continuar lutando, eu estou com vocês e vocês me dão muita força, um grande abraço a todas e a todos.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016)

“Quero aqui agradecer a todos os estudantes. Fiquei comovida com a citação daquele depoimento que eu dei no Congresso para o senador Agripino Maia, que queria saber por que eu tinha mentido durante a tortura. Uma pessoa que faz essa pergunta, ela não esteve do lado de cá, ela esteve do lado de lá, dos torturadores.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 17 de junho de 2016)

“A vida me ensinou o sentido mais profundo da esperança. Resisti ao cárcere e à tortura. Gostaria de não ter que resistir à fraude e à mais infame injustiça. Minha esperança existe porque é também a esperança democrática do povo brasileiro, que me elegeu duas vezes Presidenta.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 16 de agosto de 2016)

“Eu lutei a minha vida inteira, eu lutei contra a tortura, eu lutei contra um câncer e eu vou lutar agora contra qualquer injustiça.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 23 de agosto de 2016)

“Quero dizer pra vocês que, na vida, a gente sempre tem que lutar, nunca tem um dia em que a gente fala ‘agora, acabou’, a minha experiência é nesse sentido. E quero dizer o seguinte, com a mesma força que um dia, lá atrás, eu lutei contra a ditadura, e resisti, e ganhamos, ganhamos porque implantamos a democracia no nosso país derrotando a ditadura [...]” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 24 de agosto de 2016)

“Dediquei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de preconceitos e de discriminações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça. Disso tenho orgulho. Quem acredita, luta. Aos quase 70 anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 29 de agosto de 2016)

Como é possível observar, nestas falas não há jogo de pessoas, Dilma projeta um EUE que fala de si, conta sua história, relembra sua trajetória e as batalhas travadas durante a vida: a que lutou contra a ditadura, a que lutou por uma sociedade livre de preconceitos e sem miséria, a que lutou por um Brasil mais justo, a que resistiu ao cárcere e à tortura, a que combateu falsidades, a que sofreu a dor da doença. Todas as batalhas em primeira pessoa, assumidas e repetidas pela presidenta como argumento para comprovar que não deixaria de lutar neste momento, pois não o fez durante toda a vida.

Por sua vez, o TUD manifestado busca ser trazido para perto do EUE sempre que possível, aumentando, assim, a identificação deste para com o sujeito enunciador, como pode-se verificar em falas como “Quero dizer pra vocês que, na vida, a gente sempre tem que lutar”, “eu estou com vocês e vocês me dão muita força” e “implantamos a democracia no nosso país”.

Após o processo de coleta, seleção e organização das falas foram iniciadas a observação e análise do material, com o intuito de detectar os imaginários recorrentes nos discursos dos políticos observados. Como já discutimos anteriormente, a noção de imaginário cunhada por Charaudeau (2017, p. 578) aponta que a partir da mecânica das representações sociais é que nasce o imaginário, sendo este uma forma de apreensão do mundo. Os imaginários seriam, portanto, estruturados apoiados em um processo de significação da realidade, isto é, de “semiotização do mundo” o qual o homem produz mediante mecanismo das representações sociais.

Tendo em vista tal conceito, procuramos perceber e compreender quais imaginários predominavam e de que forma participam da constituição de uma determinada identidade política. Desta forma, encontramos um imaginário que permeia todas as falas de Dilma, e os *ethos* evocados, e que vai crescendo em importância conforme se aproxima o julgamento final do *impeachment* e seu afastamento definitivo da presidência: o de ser mulher e da sua importância na sociedade.

O primeiro ponto observado foi a marcação de ambos os gêneros sempre que EUe vai referir diretamente ao TUd, como em “senhores e senhoras”, “a todos os brasileiros e a todas as brasileiras” e “queridos e queridas”. Foi-nos caro perceber tal marcação haja vista que as palavras “brasileiros”, “senhores” e “queridos”, apesar de serem substantivos e adjetivo masculinos, contêm em si a possibilidade de abarcarem os dois gêneros. Quando há a marcação de ambos os gêneros, colocam-se ambos em pé de igualdade de forma pronunciada.

Com o passar do tempo, há uma marcação ainda mais forte da importância em se direcionar diretamente a ambos os gêneros: Dilma passa a utilizar os vocativos no gênero feminino antes dos no gênero masculino com muito mais frequência que nos primeiros discursos. “Dirijo-me à população brasileira e às senhoras senadoras e aos senhores senadores”, “Excelentíssimas Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores”, “Cidadãs e cidadãos de meu amado Brasil”.

Fica marcada nas falas da então (afastada) presidenta a colocação da palavra mulheres quando fala sobre resistência, assim como sobre quem mais vai sofrer com o golpe que estaria em andamento, como podemos observar nos excertos abaixo:

“E nós ganhamos algumas lutas nesse processo. A primeira luta foi a capacidade de que os movimentos sociais, os partidos políticos progressistas do nosso país, a população, os artistas, as mulheres, todos nós, fomos capazes de formar uma

grande frente de resistência [...]”(ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 23 de agosto de 2016. Grifo nosso.)

“Quando falam que eu tenho capacidade de resistir, eu quero explicar porque eu tenho capacidade de resistir, eu tenho capacidade de resistir porque eu tenho que honrar as mulheres do meu país. Durante todo esse processo, eles, obviamente, tiveram ataques à minha pessoa usando aqueles instrumentos que eles usam sempre que querem atingir uma mulher e, sobretudo, esperando que a pressão me fizesse renunciar. A renúncia é algo que eles acham que uma mulher, ele têm um estereótipo na cabeça, seria levada, eu seria levada a renunciar.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 24 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

“Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 29 de agosto de 2016. Grifo nosso.)

“Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 29 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

“O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 31 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

Para além da representação de força, luta e resistência evocada por Dilma acerca do imaginário de feminino, outra imagem constantemente associada pela ex-presidenta à mulher é a do lugar que estas devem ocupar na sociedade brasileira: de liderança, de destaque, representando o país, seja nos ministérios, seja na Presidência da República, seja nas Olimpíadas. Vejamos trechos que demonstram isso:

“O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 29 de agosto de 2016. Grifo nosso.)

“A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 29 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

“Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 31 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

“Mas o que eu tenho mais orgulho é que isso beneficiou, não só beneficiou, eu não tenho nada contra atleta louro, de olhos azuis, eu não tenho nada contra, mas beneficiou os nossos atletas negros, mulheres, lgbs. Eu olhei para os atletas e falei: é a nossa cara, é a cara do Brasil que está lá ganhando.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 23 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

“[...] deu medalha pra uma mulher, mulher defensora dos direitos dos lgbs, pobre, e que ganhou uma medalha de ouro no judô [...]” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 24 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

“Eu sei que eu sou a primeira mulher eleita presidente da República, sei também que as mulheres têm se afirmado na nossa sociedade. Tenho certeza que eu serei a primeira de muitas mulheres presidentas desse país.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 24 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

No imaginário feminino delineado por Dilma, no entanto, o papel da maternidade convive com a força/resistência, assim como a liderança e valorização da sociedade:

“[...] todos os programas que nós fizemos, passava pela família, pelas mães, para atingir a criança, porque a criança é o futuro desse país.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016. Grifos nossos.)

“Olha que coisa mais linda, uma mulher mandou isso para mim “sou mãe, Vera engraxate, meu filho vai ser advogado graças ao Prouni”. Vocês vejam que é isso, é isso que faz com que a gente tenha força para lutar até o fim.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 03 de junho de 2016. Grifos nossos.)

“Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 29 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

Por fim, mas não menos importante, muito pelo contrário, pudemos constatar uma forte presença da sororidade³³ no imaginário evocado por Dilma quando fala sobre as mulheres, especialmente em suas falas nos últimos dias antes do julgamento e após sua condenação. As mulheres teriam sido essenciais para que ela não desistisse de lutar contra o *impeachment*, reforçando o reconhecimento por parte das brasileiras que a apoiam de que o machismo e a misoginia seriam fortes ingredientes do golpe em processo. Uma vez que estas opressões as atingem rotineiramente, por vivência e experimentação elas se identificam e se reconhecem na dor vivida pela presidenta, criando, assim, uma aliança de resistência e apoio, como veremos nos excertos abaixo:

“Eu quero fazer uma constatação, as mulheres nesse momento, ao longo desses últimos dias, ao longo desses últimos meses, as mulheres têm, eu quero reconhecer isso, as mulheres têm me dado um grande apoio. Quando, num ataque de absoluta mesquinaria, tiraram as rosas lá do Alvorada, eu recebia uma quantidade de rosas que eu nunca tinha tido dentro do Alvorada, pela mobilização das mulheres. É mais do que qualquer coisa, é o símbolo desse ato de afirmação.” (ROUSSEFF, Dilma. Proferido em 24 de agosto de 2016. Grifos nossos.)

³³ Chamamos de sororidade a união e aliança entre mulheres, baseado na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum. O conceito da sororidade está fortemente presente no feminismo, sendo definido como um aspecto de dimensão ética, política e prática deste movimento de igualdade entre os gêneros.

Como pudemos observar por meio desta análise, portanto, os *ethé* projetados por Dilma Rousseff e as imagens evocadas para compor o imaginário de mulher se interpõem e se sobrepõem o tempo todo durante as falas da ex-presidenta, reforçando-se e trazendo credibilidade às teses propostas por ela de forma a obter a adesão do público. Sendo assim, podemos falar que Dilma evoca um imaginário de mulher forte, guerreira, que resiste, de forma a corroborar seu *ethos* de presidenta legitimamente eleita sofrendo um golpe injusto e com componentes misóginos, contra o qual ela não deixaria de lutar – apoiada pelas mulheres brasileiras -, como fez durante em outros momentos de sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar este estudo, não nos é possível deixar de apontar que o poder também se trata de um jogo de linguagem. Dilma Rousseff, ao ser pioneira em ocupar a Presidência da República, inaugurou o uso do termo “presidenta” – e fez questão de seu uso -, rompendo com 121 anos de uma tradição de homens a comandar a república. Foi a primeira de suas batalhas para que o simbólico do feminino, que a presença de uma mulher naquele cargo, fosse marcada.

Além disso, lembro mais uma vez a cerimônia de sua posse, em 1º de janeiro de 2011, quando a presidenta Dilma Rousseff subiu a rampa do Palácio do Planalto acompanhada de sua filha, Paula Rousseff. Uma dupla de mulheres protagonizava o momento mais importante do país, reconfigurando qualquer cerimonial que já houvesse sido feito para tal evento. Uma imagem que fala mais que mil palavras, como diz o ditado popular.

Desta forma, a força simbólica construída é tamanha que não é sem sentido que, ao ser afastada do cargo devido ao *impeachment*, quem a substitui busque apagar, desde a linguagem até as marcas que podem condensar a memória da sua presença. Uma das primeiras ações de Michel Temer ao assumir a Presidência da República foi orientar a Empresa Brasileira de Comunicações (EBC) a não utilizar em seus conteúdos o termo “presidenta”³⁴.

Sendo assim desde o início do seu mandato, passando pelo segundo, que acabou interrompido por sua condenação por crime de responsabilidade, Dilma Rousseff não deixaria de marcar com o feminino o período em que esteve apartada da Presidência – fora da governança – ainda que sendo a detentora legítima do cargo.

Partindo de um problema que pesquisa que intentava intuir de que forma se deu a construção discursiva da identidade feminina nos discursos proferidos pela ex-presidenta Dilma Rousseff no período em que ela esteve afastada do cargo devido ao processo de *impeachment*, trabalhamos nosso *corpus* de modo a encontrar os “tijolos” que construíram os alicerces da mise-en-scène discursiva e qual o papel do feminino neste cenário.

O resultado de nosso estudo apontou para a construção de um *ethos* específico para a mulher detentora do poder político em situação em fragilidade, ancorando-se em

³⁴ Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/05/31/interna_politica,767923/palavra-presidenta-e-vetada-na-ebc.shtml Data de acesso: 15/0/2019.

imagens que reforçassem sua legitimidade pelo voto e a injustiça do processo pelo qual passava. Para tanto, ela volta-se para a imagem do feminino, seja na sua experiência pessoal, de guerreira que passou por diversas atribulações durante sua vida, seja na exaltação das mulheres brasileiras – lutadoras, vitoriosas, fortes –, que seriam esteio em sua batalha neste novo momento de adversidade e luta pela democracia.

Uma vez que, concomitantemente ao processo de eleição e *impeachment* de Dilma Rousseff, observou-se no Brasil o já mencionado movimento social batizado pela imprensa de “Primavera das Mulheres” ou “Primavera Feminista”, com a crescente presença de mulheres em papéis de relevância e liderança nas ruas e em organizações da sociedade civil, compreender o movimento da então presidenta de detectar o forte fator misógino presente no golpe, e transformar o que seria, portanto, sua fraqueza (o gênero feminino) em combustível para sua luta, reforçando o fator simbólico da força das mulheres, torna não apenas gratificante todo o empenho empregado por esta pesquisadora durante este trabalho, mas também documenta os esforços da primeira mulher brasileira a ocupar a Presidência da República, neste período tão turbulento do país, em deixar claras, por meio da linguagem, as marcas do que o feminino represente ao ocupar este posto.

Sendo assim, em um país que ocupa o quinto lugar no ranking de violência contra a mulher (dados de 2015) e cuja taxa de feminicídio é de 4,8 para 100 mil mulheres, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), no qual, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas violentamente³⁵, ser mulher é resistir. O patriarcado se dá pela formação de uma sociedade de autoridade e poder masculino, que constrói e naturaliza a imagem de inferioridade feminina. Investigar e discutir gênero, portanto, especialmente vinculando-o às relações de poder – e, lembremos, linguagem é poder, se faz necessário de forma a problematizarmos as condições de existência social das mulheres, rompendo, de alguma forma, com o peso determinístico da atuação social delas, com destinos biologizados e generificados, que perpetuam e justificam desigualdades entre os gêneros.

³⁵ De acordo com pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio (SESC).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. *Comunicação, perversão e política: impeachment de Dilma Rousseff em circuito*. 2019. 313 f. Tese (doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru.

AMARAL, Ricardo Batista. *A vida quer é coragem: a trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil*. Rio de Janeiro: Sextante, 2011

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 1ª ed. In: MACHADO, Ida Lucia; CORRÊA, Angela M. S. (Org). São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. *O Discurso Político*, in Wander Emediato, Ida Lucia Machado, William Menezes. *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte : NAD/FALE-UFMG, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. *Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática*. Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, Dezembro 2011. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Dize-me-qual-e-teu-corpus-eu-te.html>. Acesso em 23/02/2018.

CHARAUDEAU, Patrick. *Pathos e discurso político*. In: Ida Lucia Machado, William Menezes, Emilia Mendes (org.), *As Emoções no Discurso*, Volume 1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-251.

CHARAUDEAU, Patrick. *Uma análise semiolinguística do texto e do discurso*. In : PAULIUKONIS, M. A. L. e GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. *Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional*, In : PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro : Contra Capa, 2009, p. 309-326., 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. Imagem, mídia e política: construção, efeitos de sentido, dramatização, ética. In: MENDES, Emilia; MACHADO, Ida; LIMA, Helcira; LYSARDO-DIAS, Dylia (orgs). *Imagem e discurso*. Belo Horizonte; FALE/UFMG, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político* – derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez; Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Claraluz, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. Os Deslizamentos do Espetáculo Político. In: GREGOLIN, M. (Org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Paulo: Claraluz, 2003.

CYPRIANO, Breno Henrique Ferreira. *Teoria política feminista e seus “nós”*: “a” política e “o” político (re)pensados a partir da construção dos saberes políticos do Norte/Sul Global. 2015. 229 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GALINARI, M. M. *Logos, ethos e pathos*: “três lados” da mesma moeda. São Paulo: Alfa, 2014.

GOMES, Maria Carmen Aires; BARBARA, Leila. *Mulheres, política e mídia*: algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff. DELTA, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 311-335, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502011000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de março de 2018.

LAGARDE Y DE RIOS, M. *Los cautiverios de las mujeres: madreposas, monjas, putas, presas y locas*. 4 ed. Mexico. UNAM, 2006.

MACHADO, Ida Lúcia. Algumas reflexões sobre elementos de base e estratégias da Análise do Discurso. *REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM*, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 187-207, junho 2012. ISSN 2237-2083. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2578>>. Acesso em: 17 out. 2016.

MACHADO, Ida Lúcia. *Algumas considerações sobre a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau*. In: Movimentos de um percurso em Análise do Discurso. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005, p. 19-32.

MAIA, Jader Gontijo. *Imaginários do Discurso Político e a Construção da Identidade: um estudo sobre narrativas de vida na entrevista política*. 2015. 338 f. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. Doze conceitos em análise do discurso. SOUZA E SILVA, M. C.; POSSENTI, S. (orgs.). São Paulo: Parábola, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana R.; SALGADO, L. (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 11-29.

MATOS, Marlise. Mulheres e política – da cidadania inacabada das mulheres no Brasil a um projeto de desenvolvimento brasileiro sustentado. In: *Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p. 207 a 228.

MATOS, Marlise. *Paradoxos da incompletude da cidadania política das mulheres: novos horizontes para 2010?* 2009. Disponível em <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/marlise.pdf>. Acesso em 18 de março de 2018.

PANKE, Luciana. *Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências*. 1 ed. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

PIOVEZANI, Carlos. Novas formas do discurso político: metamorfoses discursivas e atualizações disciplinares. In: *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: Edunesp, 2007.

RODRIGUES, Almira. Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI. In: SWAIN, Tania Navarro & MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 15-34.

SARMENTO, Rayza. *Das sufragistas às ativistas 2.0: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016)*. 2017. 219 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SOUZA, Jessé. *A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2106.

SWAIN, Tania Navarro. Mulheres, sujeitos políticos: que diferença é esta?. In: SWAIN, Tania Navarro & MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Mulheres em Ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 337-354.

ANEXOS

ANEXO 1

Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff após a abertura do processo de impeachment, proferido em 12 de maio de 2016

Bom dia. Bom dia senhores e senhoras jornalistas, bom dia - aqui tem parlamentares, ministros, bom dia a todos aqui. Eu vou fazer uma declaração à imprensa, portanto, não é uma entrevista, é uma declaração. Queria, primeiro, dizer a vocês e dizer, também, a todos os brasileiros e a todas as brasileiras, que foi aberto pelo Senado Federal o processo de impeachment e determinada a suspensão do exercício do meu mandato pelo prazo máximo de 180 dias.

Eu fui eleita presidenta por 54 milhões de cidadãs e de cidadãos brasileiros e é nesta condição, na condição de presidenta eleita pelos 54 milhões, que eu me dirijo a vocês nesse momento decisivo para a democracia brasileira e para nosso futuro como Nação.

O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição. O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos das pessoas mais pobres e da classe média, a proteção às crianças, os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas, a valorização do salário mínimo, os médicos atendendo a população, a realização do sonho da casa própria, com o Minha Casa Minha Vida. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais.

Diante da decisão do Senado, eu quero, mais uma vez, esclarecer os fatos e denunciar os riscos para o País de um impeachment fraudulento, um verdadeiro golpe. Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu recontagem de votos, tentou anular as eleições e depois passou a conspirar abertamente pelo meu impeachment. Mergulharam o País em um estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia com um único objetivo: de tomar à força o que não conquistaram nas urnas.

Meu governo tem sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente vem sendo me impedir de governar, e, assim, forjar o meio ambiente propício ao golpe. Quando uma presidente eleita é cassada, sob a acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isto, no mundo democrático, não é impeachment: é golpe.

Não cometi crime de responsabilidade, não há razão para um processo de impeachment. Não tenho contas no exterior, nunca recebi propinas, jamais compactuei com a corrupção. Esse processo é um processo frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto, desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. É a maior das brutalidades que pode ser cometida contra qualquer ser humano: puni-lo por um crime que não cometeu.

Não existe injustiça mais devastadora do que condenar um inocente. Injustiça cometida é mal irreparável. Esta farsa jurídica de que estou sendo alvo deve-se ao fato de que, como presidenta, nunca aceitei chantagem de qualquer natureza.

Posso ter cometido erros, mas não cometi crimes. Estou sendo julgada injustamente por ter feito tudo o que a lei me autorizava a fazer. Os atos que pratiquei foram atos legais, corretos, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime agora.

Acusam-me de ter editado seis decretos de suplementação, seis decretos de crédito suplementar e, ao fazê-lo, ter cometido crime contra a Lei Orçamentária. É falso. É falso, pois os decretos seguiram autorizações previstas em lei. Tratam como crime um ato corriqueiro de gestão. Acusam-me de atrasar pagamentos do Plano Safra. É falso. Nada determinei a respeito. A lei não exige a minha participação na execução deste Plano. Meus acusadores sequer conseguem dizer que ato eu teria praticado, que ato? Qual ato? Além disso, nada restou para ser pago, nem dívida há.

Jamais, em uma democracia, um mandato legítimo de um presidente eleito poderá ser interrompido por causa de atos legítimos de gestão orçamentária. O Brasil não pode ser o primeiro a fazer isto.

Queria me dirigir a toda a população do meu País dizendo que o golpe não visa apenas me destituir, destituir uma presidenta eleita pelo voto de milhões de brasileiros, voto direto em uma eleição justa. Ao destituir o meu governo querem, na verdade, impedir a execução do programa que foi escolhido pelos votos majoritários dos 54 milhões de brasileiros e brasileiras. O golpe ameaça levar de roldão não só a democracia, mas também as conquistas que a população alcançou nas últimas décadas.

Durante todo esse tempo tenho sido, também, uma fiadora zelosa do Estado Democrático de Direito. Meu governo não cometeu nenhum ato repressivo contra movimentos sociais, contra movimentos reivindicatórios, contra manifestantes de qualquer posição política.

O risco - o maior risco para o país nesse momento -, é ser dirigido por um governo dos sem-voto, um governo que não foi eleito pelo voto direto da população brasileira.

Um governo que não terá a legitimidade para propor e implementar soluções para os desafios do Brasil. Um governo que pode ser ver tentado a reprimir os que protestam contra ele. Um governo que nasce de um golpe, de um impeachment fraudulento, nasce de uma espécie de eleição indireta, um governo que será ele próprio a grande razão para a continuidade da crise política em nosso País.

Por isso, quero dizer a vocês, a todos vocês que eu tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Nestes anos, exerci meu mandato de forma digna e honesta. Honrei os votos que recebi. Em nome desses votos e em nome de todo o povo do meu País, vou lutar com todos os instrumentos legais de que disponho para exercer o meu mandato até o fim. Até o dia 31 de dezembro de 2018.

O destino sempre me reservou muitos desafios, muitos e grandes desafios. Alguns pareciam intransponíveis, mas eu consegui vencê-los. Eu já sofri a dor indizível da tortura; a dor aflitiva da doença; e agora eu sofro mais uma vez a dor igualmente inominável da injustiça. O que mais dói, neste momento, é a injustiça. O que mais dói é perceber que estou sendo vítima de uma farsa jurídica e política.

Mas não esmoreço. Olho para trás e vejo tudo o que fizemos; olho para a frente e vejo tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos.

Lutei a minha vida inteira pela democracia, aprendi a confiar na capacidade de luta do nosso povo. Já vivi muitas derrotas e vivi grandes vitórias, confesso que nunca imaginei que seria necessário lutar, de novo, contra um novo golpe no meu País. Nossa democracia jovem, feita de lutas, feita de sacrifícios, feita de mortes não merece isso.

Nos últimos meses, nosso povo foi às ruas, foi às ruas em defesa de mais direitos, de mais avanços. É por isso que tenho certeza de que a população saberá dizer 'não' ao golpe. O nosso povo é sábio e tem experiência histórica. Aos brasileiros que se

opõem ao golpe, independentemente de posições partidárias, faço um chamado: mantenham-se mobilizados, unidos e em paz. A luta pela democracia não tem data para terminar: é luta permanente, que exige de nós dedicação constante. A luta pela democracia não tem data para terminar.

A luta contra o golpe é longa. É uma luta que pode ser vencida e nós vamos vencer. Esta vitória, esta vitória depende de todos nós. Vamos mostrar ao mundo que há milhões de defensores da democracia em nosso País.

Eu sei e muitos aqui sabem, sobretudo nosso povo sabe, que a história é feita de luta e sempre vale a pena lutar pela democracia. A democracia é o lado certo da história. Jamais vamos desistir, jamais vou desistir de lutar.

Muito obrigada a todos.

ANEXO 2

Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff no lançamento do livro A resistência ao golpe, realizado em Porto Alegre (RS), em 03 de junho de 2016

Boa tarde, para mim é uma honra estar aqui de volta mais uma vez neste espaço que eu sei que é de luta democrática. Eu queria iniciar, não posso deixar de cumprimentar os dois ex-governadores, nosso querido Tarso Genro e o Olívio Dutra que estão aqui presentes. Também quero cumprimentar o ministro do governo legítimo, o ministro do Trabalho e da Previdência Social, o Miguel Rosseto. Queria também cumprimentar esses deputados que têm sido grandes lutadores nessa questão que é uma das questões mais importantes do país, que é a questão democrática: Paulo Pimenta, que tem sido incansável nas denúncias; a minha querida Maria do Rosário; o Marcon; o Pepe Vargas; o Marco Maia; o Henrique Fontana; o Chico D'Angelo. Eu fiquei muito feliz de receber aqui o ex-deputado federal Ortiz Borges. Agradeço o prefeito de Canoas Jairo Jorge e cumprimento todos os prefeitos e prefeitas aqui presentes. Também quero saudar um grande prefeito de Porto Alegre, o nosso querido Raul. Quero dirigir um cumprimento especial ao Ney Lisboa e dizer que ele nos emocionou com a música 68 e me honrou com a música que fala o meu nome, nunca o meu nome foi tão bonito, isso só os artistas conseguem. Quero também cumprimentar os autores do livro, dirigir um cumprimento do fundo do coração a essa companheira chamada juíza vermelha Magda Biavaschi, e também ao nosso querido José Carlos Moreira da Silva Filho, muito obrigada a vocês.

Eu quero falar com vocês primeiro que é uma honra para mim estar aqui. É uma honra e eu já disse o motivo: é importante esse momento que nós vivemos, é um momento difícil, é um momento de risco, é um momento de luta política aberta onde fica claro, e sempre em que há um momento de luta política aberta fica claro na conjuntura quem é quem. Está bastante claro aqui o que levou a esse processo de impeachment, absolutamente ilegal, inconstitucional, sem nenhuma base jurídica, e eles sabem disso. Esse processo tem uma característica muito interessante, é um processo que não quer ser chamado pelo seu nome real, porque os nomes são elementos políticos que deixam claro a natureza das coisas. Por isso que nós temos e damos nomes. E, aí, há um nome para esse processo, que é golpe. Desde o momento inicial em que nós começamos a explicar, a dizer e a deixar claro que se tratava de um golpe, a resistência

a esse fato se tornou avassaladora. Essa resistência se deve, aqui o nome golpe desmascara esse processo.

Nós vivemos aqui no Brasil o golpe militar, nós vivemos, nós sabemos como ele funciona. O golpe militar fez parte de uma conjuntura diferente, uma conjuntura inclusive internacional, o golpe militar foi possível durante a Guerra Fria, com as características que havia nos países da América Latina na sua relação com o chamado império. Nós trilhamos em toda a América Latina, e no Brasil de modo particular, um processo democrático, um processo democrático construído pela população deste país, onde cada um dos aqui presentes, e muitos dos aqui ausentes, deram a sua contribuição. O Zé Eurico, o irmão do Ney, o Luiz Eurico, o irmão do Ney, deu a sua vida. Outros deram a sua vida, outros foram exilados, outros foram presos, outros foram torturados, outros participaram, outros levaram bordoadas na rua, mas foi um processo que resultou na nossa democracia, ainda jovem, e que enfrenta hoje talvez o seu maior teste nos últimos anos.

E do que se trata esse novo golpe? De que tipo ele é? No início eles diziam: para ter impeachment não é necessário nada, é só necessária a divergência política. Isso é um sonho eterno, é uma ansiedade pelo parlamentarismo que, de fato, se o presidente é o chefe de Estado e o primeiro-ministro é o chefe de Governo, no parlamentarismo é possível arguir a desconfiança a respeito do primeiro-ministro, e ele pode ser levado a se afastar do governo, a sair do governo. Mas, em contrapartida, o primeiro-ministro pode pedir a dissolução do parlamento, esse é o peso e o contrapeso. No presidencialismo, que é o nosso caso, pra se ter impeachment – e aí começa o primeiro malabarismo político que tentaram -, tem que ter base jurídica, tem que ter crime de responsabilidade. E aí tiveram um trabalho bastante significativo em procurar o motivo do crime de responsabilidade, e elegeram seis decretos e um Plano Safra. Os seis decretos são decretos de crédito suplementares, trata-se da execução do orçamento. É interessante que politizam o orçamento, porque o orçamento é uma peça política sim. Sempre discordaram de nós na questão dos subsídios, sempre discordaram de nós na questão de assegurar que sempre uma parte do dinheiro orçamentário fosse destinada para a transferência de renda, para assegurar também a garantia de investimentos. Então elegeram seis decretos de créditos suplementares do ano de 2015 e ficou difícil porque todos os presidentes anteriores praticaram os mesmos créditos suplementares que estão previstos na lei.

O que são esses créditos? Eu dou três exemplos pra vocês entenderem como é ridículo e porque a imprensa internacional inteira entende o absurdo dessa acusação. Por exemplo, uma dos pedidos de crédito suplementar é feito pelo Tribunal Superior Eleitoral, que alega que tinha uma sobra de dinheiro porque quando abriu o seu concurso, o dinheiro que eles arrecadavam, eles pediram para transformar em crédito para suplementar a dotação de concurso. O mesmo se repetiu no Ministério da Educação, que recebeu um conjunto de doações de organizações sem fins lucrativos e de pessoas físicas, e pedia que fosse revertido para hospitais. O outro caso era do Ministério da Justiça, que tinha e tem competência para cobrar taxas a título de poder de polícia e que, portanto, pedia que excesso dessas taxas fosse revertido para o pagamento de escoltas policíacas. Esses seis decretos tratam disso, não tratam de desvio de dinheiro público, não tratam de benefício do Gabinete da Presidência da República. E aí é que fica estranho, na época do Fernando Henrique Cardoso, decreto de crédito suplementar foram feitos 101, do mesmo tipo do meu, 30. Eu fiz seis. No meu caso é crime, e nunca foi crime antes? Começou a ser crime agora no final de 2015, e é bom que se diga que as minhas contas sequer foram julgadas ainda pelo Tribunal de Contas da União e, muito menos, pelo Senado, que é um dos elementos do impeachment.

Agora, o segundo elemento é o que eles chamam de Plano Safra. O governo federal executa todo ano o Plano Safra da agricultura e o Plano Safra da agricultura familiar. Isso significa que quem faz esse processo é o Banco do Brasil. Pela lei, eu não pratico nenhum ato na execução dos dois planos. Do que eles acusam a gente? O pagamento e a transferência do dinheiro do Plano Safra para entregar aos agricultores. O Banco do Brasil antecipou e nós pagamos na sequência. Nunca na vida atraso foi considerado empréstimo. Por que eles alegam isso? Porque, por lei, é proibido banco público emprestar para o Estado. Apesar de o banco ser do Estado, ele não pode emprestar para nós. Então, as duas alegações, e eu sempre falo nelas porque é importante que vocês saibam, têm absoluta falta de fundamento. E quando vocês escutam aquela cena, que na verdade é dantesca, que seria ridícula e risível se não compromettesse o país, que foram as declarações de voto no dia 17 de abril, vocês verão que ninguém se refere aos seis decretos suplementares e ao Plano Safra. Mas o que é mais importante ainda na questão do Plano Safra, é que eles diziam, e dizem, que eu devia saber. Sabe por que eu devia saber? Porque eu conversava com o secretário do Tesouro e eles dizem que o secretário do Tesouro, doutor Arno Augustin, gaúcho, que eu conversava muito com ele então eu tinha que saber. Só tem um pequeno problema: é

2015, o Arno não era mais secretário do Tesouro. Então, como é que eu conversava com ele se ele não era secretário do Tesouro? É ridículo, é farsesco, agora é, sobretudo, uma arma política que passa pela tentativa de afastar uma presidenta da República sem base real.

Agora, vamos olhar a retrospectiva disso. Como é que isso aconteceu? Acontece primeiro porque, desde o início da constituinte de 1988, os governos, todos os governos, tiveram que recorrer a uma articulação com o centro para se tornar sustentável. Duas coisas ocorrem nesses últimos tempos: primeiro, uma imensa fragmentação política, hoje tem mais de 28 partidos na Câmara Federal, e nesses 28 partidos, mesmo dentro de cada um, há uma grande fragmentação, uma grande regionalização, uma grande corporativização, então o centro se fragmentou bastante e ganhou uma hegemonia de direita explícita, que é simbolizado pelo presidente afastado, mas ainda em atividade intensa, Eduardo Cunha (é bom vocês falarem “Fora, Cunha!” porque ele está bem presente no exercício da sua atividade). Na verdade, ele indicou não só o líder do governo provisório e ilegítimo, mas também indicou a maior parte dos ministros interinos provisórios ilegítimos. É importante perceber isso porque é isso que explica a aceitação do processo de impeachment.

Mas, por baixo dessa aceitação, é importante sinalizar que existe uma pauta e uma agenda própria, é uma agenda ultraconservadora na questão dos direitos individuais e coletivos, na questão da política social e cultural e é ultraliberal em economia. Não basta pura e simplesmente fazer, porque isso sempre ocorre numa crise, numa crise diante das dificuldades econômicas, tem uma opção distributiva, quem tem que arcar com as responsabilidades. Na Câmara não passa uma proposta de aumento progressivo de impostos, nenhuma proposta, porque criminalizaram os impostos de uma forma a garantir que a única proposta para fazer qualquer processo de reequilíbrio seja retirar direitos. É por isso que hoje nós vemos o absurdo de querer reduzir o Bolsa-Família a 5%. 5% são R\$10 milhões. O Bolsa Família atinge 47, estão tirando R\$ 37 milhões. Até aí, eles falam “não, mas estão tirando porque esse pessoal não quer trabalhar”. É um grande e solene preconceito porque é complementação de renda e o Bolsa Família ele tem uma direção precisa, ele visa acolher e sustentar crianças e jovens. É por isso que o Bolsa Família beneficia, sobretudo, e exige contrapartida para as crianças, têm que estar na escola, têm de ter vacina, têm de ter assistência médica. Dizem que o SUS não cabe no orçamento, como se o SUS fosse uma conquista de hoje apenas, o SUS é uma conquista que vem desde 1988, em que se deixou claro que a saúde, mais que um

direito, era uma obrigação do Estado. E aí a quem eles querem atingir? Ao Mais Médicos, primeiro mostrando um imenso preconceito contra os médicos estrangeiros, segundo ninguém está contratando médicos estrangeiros porque têm médicos suficientes. Não tem no Brasil, nós viemos formando, nós estamos criando e internalizando faculdades de Medicina. Acabar com o Mais Médicos é deixar 63 milhões de brasileiros sem atendimento básico de Saúde, é isso que está em questão. Não está em questão uma visão ideológica se o médico é a, b, c ou d. O que está em questão é como atender 63 milhões de brasileiros.

A mesma coisa com educação. Não é possível que se trate com a leveza que tratam toda a questão da universidade pública gratuita, a lei de cotas. Colocaram na direção do Ministério alguém que foi contra a lei de cotas, era da época do Tarso, o Tarso lembra. Entraram contra o Prouni, é justamente o DEM que fez isso. É o DEM que dirige a Educação hoje. E aí nós chegamos naquela cena dantesca que é a extinção do Ministério da Cultura, e o Ministério da Cultura em um país que tem a diversidade que nós temos, diversidade cultura, étnica, em que a cultura constitui um dos cimentos que interligam o nosso conceito, o nosso sentimento, a nossa vida enquanto nação.

Tudo isso mostra claramente que tem um perfil. Mas esse perfil fica mais claro quando querem desindexar o pagamento de 70% das contribuições da Previdência do salário-mínimo. Porque, aí, é só lembrar que 70% da Previdência ganha um salário-mínimo. Tirar a vinculação do salário-mínimo é empobrecer 70% dos mais de 23 milhões de brasileiros aposentados. Tudo isso faz parte de uma determinada concepção e de um determinado modelo que eu creio que, como o governo é ilegítimo, ele tem uma tendência incontornável para o arbítrio e para a repressão. Para o arbítrio eu dou o exemplo com o direito de defesa nosso diante do processo em curso no Senado. Para a gente ter uma ideia, há uma diferença entre o golpe militar e a ditadura, o golpe parlamentar e a democracia. Tem uma base que a gente pode tentar explicar de forma mais fácil através de uma imagem: se a gente considerar que a democracia é uma árvore, o golpe militar é o machado cortando a árvore e estabelecendo, no seu lugar, o deserto do arbítrio do processo de participação, da lei de censura; se a gente considerar que o golpe parlamentar se dá sob uma árvore, ele não é um machado, ele é um parasita que come as instituições, que impede que elas funcionem plenamente, que impede que ela se desenvolva.

Qual é o nosso papel? Porque muitas vezes me perguntaram “por que vocês vão e aceitam a regra do jogo?”, porque nós sabemos que temos que radicalizar a regra

democrática, porque nós temos que nos defender no espaço democrático garantido pela Constituição de 1988 e pelas leis. Por isso que nós entregamos a minha defesa na quarta-feira e ontem ficou claro que a comissão que tem como relator o PSDB, que tem no autor do pedido de impeachment militante também do PSDB, ex-ministro do presidente Fernando Henrique Cardoso, e, em conivência com toda a base de sustentação do governo usurpador, teve uma atitude clara de tentar impedir que nós exerçamos o direito de defesa. Por que isso? Porque eles percebem que a cada dia, tanto pelo fato que suas características ficam claras para a população, como também pelas próprias revelações gravadas dos que articularam o golpe, as dificuldades de legitimação, as dificuldades de justificativa para o golpe são muito fortes. Nós temos que ser impedidos de construir a prova, de mostrar a razão do golpe. Primeira razão, obviamente, de impedir que os processos de corrupção chegassem até eles. A segunda razão é possibilitar que um conjunto de pessoas sem voto, sem legitimidade, implante um plano de governo que sequer passou pela votação dentro de um condomínio, quanto mais pela população brasileira, diante da nação brasileira. Essas duas razões, a implantação de um programa ultra ultraliberal e ultraconservador e a chegada daquela história “temos que estancar a sangria” mostram esse temor e o fato de que nós estamos, e é importante que vocês tenham consciência, nós estamos sendo cerceados no nosso direito de defesa. E ser democrata é garantir o direito de defesa. Ora, se eles são incapazes de garantir o direito de defesa, eles não são democratas, são golpistas.

Nós consideramos que dois sentimentos se perpassam, primeiro um temor, temor de vocês, temor das ruas, da imensa reação que de repente se alastrou pelo Brasil, esse temor (pode também ser Temer) pode ter, já tem, uma cara que é importante que a gente saiba qual é. Hoje, houve uma decisão da Casa Civil ilegítima, provisória e interina, cujo objetivo, sabe qual é objetivo, proibir que eu viaje. Vejam bem, vocês têm que ficar alegres porque parece que meu direito de viagem é só de Brasília para Porto Alegre. Mas vocês não podem ficar alegres porque é um escândalo que eu não possa viajar para o Rio, pro Pará, pro Ceará. A troco de quê? Por que isso? Porque isso é grave, e sabe porque é grave, porque eu não sei se vocês sabem, mas eu não posso como qualquer outra pessoa pegar um avião. Para eu pegar um avião, tem que ter toda a segurança atrás de mim para garantir a segurança pela constituição, é a constituição que manda. Então, nós estamos diante de uma situação que vai ter que ser resolvida. Eu vou viajar, vamos ver como é que vai ser a minha viagem.

A segunda questão desse tipo que eu quero falar com vocês: nós vamos ter e vocês vão ter que se preparar para isso, porque começou já, começou hoje a primeira tentativa mais aberta (recente, teve outras mais antigas), qual é essa tentativa, eu sou uma pessoa muito incômoda, eu sou muito incômoda, mas eu não tenho acusação de corrupção. Hoje, O Globo coloca em uma tentativa, monta uma estratégia para atingir a minha imagem, mais uma, dizendo que o dinheiro da Petrobras, especificamente o da Refinaria de Pasadena, pagou as contas do meu cabeleireiro. Vejam vocês, e que custa R\$ 5 mil. Bom, o que acontece, e dizem o nome do cabeleireiro, que é um japonês chamado Celso Kamura. Só tem um problema, o Celso Kamura eu conheci ele na campanha de 2010, a produção dos meus programas de televisão contratou ele. Bom, nessa condição, ele fazia meu cabelo. Eu gostei. Quando acabou a campanha, eu contratei pessoalmente. Qual a vantagem? Eu tenho os comprovantes, essa é a vantagem. Eu tenho os comprovantes que eu paguei a passagem e o serviço de cabelo. Mas, o mais interessante não é isso, porque parece que eles ligam o cabelo com Pasadena. Acontece que Pasadena foi em 2006 e, em 2006, eu não conhecia o Celso Kamura. Eu fui conhecer ele quatro anos depois. Eu sequer, não passava nem pelo meu sonho, que eu seria candidata à Presidência da República. Então, como é que é isso? Como é que pode isso? Bom, mas isso já fizeram inúmeras vezes. E é importante destacar que o senhor procurador Geral da República, por solicitação inclusive de senadores gaúchos, analisou a questão de Pasadena e, se vocês quiserem ler, porque é bastante claro, tá tudo explicadinho, se vocês quiserem ler, vocês sabem que eu tenho um blog, pode entrar no meu blog que está lá tudo explicado. O blog eu uso porque é a única forma de eu me comunicar diretamente com a população. Então está aí o blog e vocês podem ler porque está lá tudo explicado.

Só quero adiantar o seguinte, nós temos a certeza de que eles vão tentar de qualquer jeito, de qualquer jeito, me incriminar, a única coisa que eu adianto para vocês é que vai ser difícil, vai ser muito difícil. Desde 2013 [repete 3 vezes], não, começou em 2010, até o casamento da minha filha foi investigado, então 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, eu tenho todos esses anos de investigação nas costas. Eu não tenho contas no exterior, isso é um problema seriíssimo. Outro problema seriíssimo, eu jamais utilizei dinheiro público para pagar qualquer coisa na minha vida. Eu fiz campanhas eleitorais, eles dizem que nas minhas campanhas eleitorais as contas são suspeitas, já viraram as contas de cabeça pra baixo, já procuraram de todo qualquer jeito, eu espero que eles saibam

que eu não vou deixar de combater cada uma das falsidades, das inverdades e das mentiras que tentarem usar contra mim para me calar. Eu não vou me calar.

E, finalmente, eu quero falar para vocês que o que está em jogo no Brasil não é o meu mandato, o que está em jogo no Brasil é como é que nós teremos os processos democráticos daqui pra adiante, como que nós garantiremos que os direitos individuais e coletivos, as conquistas individuais e coletivas não sejam objeto do retrocesso. Eu quero dizer pra vocês que a gente terá, daqui pra frente, de ver com muito cuidado como é que a conjuntura se desdobra porque a gente tem que estar atento. Muito dizem que hoje está em curso também uma tentativa, se o governo Temer se inviabilizar, eles conduzirem isso até 2017 e então fazer uma eleição indireta. Tudo isso tem que passar pelas nossas considerações e agenda. Nós temos que ter clareza que o que está em jogo é o hoje, mas é, sobretudo, o amanhã democrático do Brasil. Nós sabemos que essas conversas de parlamentarismo, de semiparlamentarismo, elas sempre surgem nessas circunstâncias. Eu quero encerrar dizendo uma coisa que eu tenho convicção, no Brasil democrático, as transformações foram possíveis porque, por mais que haja algum filtro, algum controle pelo oligopólio da mídia, nas eleições presidenciais esse controle pode ser furado e tem sido nos últimos anos. As eleições presidenciais majoritárias elas são, necessariamente, um fator de transformação. Por isso que o parlamento é sempre um pouco mais conservador do que o Executivo, nós viemos do mesmo voto direto e secreto, parlamento e Executivo, a diferença é que os filtros, como se individualizam no caso da eleição proporcional, tendem a incidir uma influência maior do poder econômico, das oligarquias, enfim, de fatores que podem distorcer um pouco a representatividade. Daí o porquê eu tenho uma imensa clareza de que o Brasil precisa por muito tempo ainda do regime presidencialista, e eu não estou falando em causa própria porque eu não posso mais me eleger, eu estou falando olhando o futuro da democracia no nosso país. Terá sempre um amanhã, e nós que somos lutadores pela democracia, pela justiça social, pela soberania desse país, aliás, eu esqueci de dizer que a primeira coisa que Parente, a serpente, falou é que tinha que desmontar o pré-sal, eu nunca vi uma empresa de petróleo não querer petróleo, é uma coisa que foge à minha compreensão, mas eu sou uma pessoa muito simples na compreensão do petróleo, não acho que o petróleo é um grande ativo nacional, não acho que o petróleo é uma das grandes riquezas deste país, e que nós conquistamos a capacidade de extrair petróleo. Eu sei quantas acusações eu escutei de que a gente não conseguiria tirar óleo do pré-sal. Pois bem, a Petrobras chegou a produzir, em média, 800 mil barris por dia, mas já

chegou a produzir um milhão de barris/dia do pré-sal. Então, eu só quero encerrar dizendo, essa questão é uma questão extremamente grave, mas nós todos teremos de nos unir, esse momento é um momento extremamente difícil, que vai exigir de nós muita capacidade de luta, muita unidade e muita capacidade de enfrentar todas as adversidades, inclusive alguns processos de arbítrio, como esse de proibir um avião. Muito obrigada. Eu agradeço o pessoal lá de fora que está escutando pelo telão, muito obrigada a todos e um grande beijo.

ANEXO 3

Discurso da presidenta Dilma Rousseff na Esquina Democrática, em Porto Alegre (RS), em 03 de junho de 2016

[Sobe ao palco aos gritos de “Dilma guerreira, mulher brasileira”.]

Boa noite, queridos e queridas. É uma grande noite aqui para nós, juntos de quem tem certeza que a luta democrática no nosso país, ela vai ser vitoriosa. Vocês são a energia que muda essa realidade, vocês são a força que conduz esse país. Quero dizer para vocês que nós vivemos um momento muito difícil, um momento em que está em questão tudo aquilo que nós lutamos para construir, que é o processo democrático, a democracia brasileira, mas é, sobretudo, os avanços e as conquistas dos últimos anos. Nós não queremos que haja retrocesso, não queremos que o governo provisório e interino destrua todas as conquistas na área de Educação, a lei de cotas, a interiorização das universidades, as escolas e os institutos federais de tecnologia, nós não queremos que o SUS seja destruído, nós todos aqui não queremos que se desmonte a maior riqueza que este país tem que é o pré-sal, mas, sobretudo, nós queremos garantir a participação de cada um de nós, o direito de expressão de cada um de nós, e também essa consciência do que nós construímos depois de um longo processo de ditadura em que as pessoas não tinham direito de manifestar, onde quem tinha uma opinião contrária podia se arriscar à prisão. Agora não, agora nós construímos a democracia, e o que estão querendo fazer com a nossa democracia? Estão querendo diminuí-la, estão querendo violentá-la.

Hoje eu soube, eu, que cheguei à Presidência da República pelo voto direto de 54 milhões de brasileiros, eu, que até o final desse processo e tenho certeza que até o final de 2018, serei a presidenta desse país. Hoje, esse governo provisório e interino tomou uma decisão, sabe qual é a decisão que eles tomaram? Eles estão querendo me proibir de viajar de avião. Por que eles querem me proibir de viajar de avião? Eles não querem que eu fale aqui nessa praça ou em outras praças. Aparentemente, apenas aparentemente, a decisão é boa, pra eles eu só podia viajar de Brasília para Porto Alegre, que é a minha casa, e voltar para Brasília. Ora, eu quero viajar por todo o Brasil, por que eles não querem que eu viaje? Porque não querem que eu vá nas praças desse país e diga “o que está acontecendo é um golpe”. E esse golpe tem uma característica, é um golpe dado com mãos de veludo, é um golpe dado na calada... quando eu digo que

era um golpe dado com mãos de veludo eu queria fazer uma imagem aqui com vocês, eu queria dizer o seguinte: imaginem uma das coisas mais bonitas da natureza, que é a árvore, imaginem que a gente possa considerar a árvore como sendo a democracia. Um golpe militar é como se fosse um machado cortando a árvore pela raiz, derrubando a árvore, deixando no lugar da árvore o deserto da ditadura. Esse golpe com mãos de veludo, ele também é tentativa de destruir uma árvore, mas é tentar destruir por meio de parasitas, parasitas, corruptos, que querem reduzir a conquistas sociais desse país. Vejam vocês, eu jamais esperei ter que enfrentar novamente um golpe. Eu jamais esperei ver programas tão importantes, como o Bolsa Família, o Bolsa Família não tira nada de ninguém, o Bolsa Família é uma garantia para as crianças desse país terem futuro, são as crianças que são as beneficiadas com o Bolsa Família. Você não tem como atingir uma criança, não existe política pública que atinja uma criança que não seja uma política para a família dela, não existe como, criança não vai no banco, criança não tem a proteção que tem um adulto, todos os programas que nós fizemos, passava pela família, pelas mães, para atingir a criança, porque a criança é o futuro desse país. A cada um de nós, homens e mulheres, interessa salvar as nossas crianças. Por isso, eu quero dizer que é muito triste ver esse governo querer, num momento de crise econômica, reduzir o Bolsa Família, diminuir o número de pessoas beneficiadas, falam que só 10 milhões poderiam receber o Bolsa Família, ora, hoje, 47 milhões recebem o Bolsa Família e não venham dizer pra mim, não venham dizer pra nenhum de nós que não tem auditoria para tirar aquelas pessoas que não precisam mais, tem sim. No ano da minha eleição, nós tiramos mais de um milhão e novecentas mil pessoas do Bolsa Família porque não precisavam mais dele.

O que eu quero dizer para vocês é que a gente vive um momento muito difícil no Brasil hoje e esse momento difícil exige que a gente se una em defesa da democracia, que a gente se una em defesa dos nossos interesses, dos interesses dessa população brasileira forte e destemida, trabalhadora.

[Militante abre um cartaz aos pés do palco e Dilma o lê.]

Olha que coisa mais linda, uma mulher mandou isso para mim “sou mãe, Vera engraxate, meu filho vai ser advogado graças ao Prouni”. Vocês vejam que é isso, é isso que faz com que a gente tenha força para lutar até o fim. E, finalmente, eu quero dizer para vocês que eu fico muito feliz de estar aqui na Esquina Democrática, o Rio Grande do Sul tem uma tradição de luta pela liberdade, de luta pela democracia, o Rio Grande do Sul é um estado muito especial pro nosso Brasil. Aqui no Rio Grande do Sul, foi que

um dos golpes que estava sendo tramado no Brasil teve um basta, nós sabemos a força desse povo.

Quero dizer para vocês que vivemos em uma democracia e temos o direito, porque vivemos numa democracia, de expressar as nossas opiniões, de ir em vir, de andar por todo esse país, e, mais uma vez, quero alertar que eles criaram contra mim um impeachment fraudulento, eles alegam seis decretos e um Plano Safra. Ora, os presidentes que me antecederam, incluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso, decretos iguais ao meu, previstos na lei, ele fez 30. Na época dele não era crime, e não é crime hoje também, eles estão fraudando este processo e viram naquela cena terrível do dia 17, quando deputados votaram contra a corrupção e em nome de seus parentes, pelo menos dois, tiveram seus parentes presos no dia seguinte.

Quero dizer a vocês que os próprios conspiradores deste golpe foram gravados dizendo que o motivo do golpe era que tinha que tirar o governo para poder impedir que as investigações contra a corrupção continuassem ocorrendo. E eu quero dizer ainda que vocês fiquem atentos, que vocês prestem atenção e fiquem de olho vivo, porque desde 2013 investigam a minha vida e todos os meus procedimentos e quero dizer a vocês, eu não tenho contas na Suíça, eu não tenho dinheiro da corrupção nas minhas mãos, elas não estão sujas desse dinheiro. Eles vão tentar e sempre tentarão, não desistirão, vão atacar contra mim todas as falsidades e as mentiras possíveis porque hoje eles têm medo, medo de vocês, medo imenso de vocês. É por isso que eles não querem que eu viaje Brasil afora, mas nós vamos resistir, nós sabemos resistir e nós sabemos lutar, eu lutei a minha vida inteira e vou continuar lutando, eu estou com vocês e vocês me dão muita força, um grande abraço a todas e a todos.

ANEXO 4

Discurso da presidenta Dilma Rousseff no evento UFPE com Dilma Pela Democracia, em Recife (PE), em 17 de junho de 2016

Eu agora faço uma saudação nova que é assim: “meus queridos e minhas queridas”. É a saudação dos novos tempos. Eu queria cumprimentar, agradecer a recepção e, sobretudo, agradecer o fato de que, aqui, a universidade se coloca ao lado da democracia. Professor Anízio Brasileiro, reitor da UFPE, é um prazer atender aqui ao seu convite. Queria agradecer também e cumprimentar um ex-companheiro de governo, o ex-ministro Sérgio Rezende, ministro da Ciência e Tecnologia, o primeiro dos ministros do governo Lula que construiu também, ao lado da Educação, outro projeto, um projeto que é abafado, o reconhecimento que esse país é um país complexo, de um lado nós precisamos sim da Educação para assegurar que os ganhos que nós obtivemos na inclusão social através da transferência de renda sejam permanentes, só a Educação garante isso. Mas, ao mesmo tempo, nós precisamos da Educação por um outro motivo, esse país só será um país desenvolvido se nós apostarmos na Educação como base para a criação de processos científicos e tecnológicos. Então, essa é uma relação profunda entre a Educação e a Ciência e Tecnologia, que estão hoje ameaçadas, muito ameaçadas, o Ministério da Ciência e Tecnologia, que eu acho que é uma das maiores conquistas dos últimos tempos do governo brasileiro, ele praticamente virou uma secretaria, ele perdeu centralidade. E não é algo trivial deixar de ser ministério, não, significa que perdeu prioridade dentro do Palácio do Planalto, dentro da Esplanada dos Ministérios.

Cumprimento o senador Armando Monteiro e nosso senador Humberto Costa, dois lutadores pela democracia, junto com dois deputados federais aqui presentes, que também são baluartes na luta pela democracia no front parlamentar, Lucila Santos e Silvio Costa. É brilhante o prefeito da vizinha aqui, Olinda, mas que também não perde a oportunidade de nos ajudar, Renildo Calheiros. Cumprimento o meu querido ex-deputado e diretor-presidente da Sudene eleita, porque a Sudene provisória é outra, João Paulo. Cumprimento também o nosso deputado sempre Fernando Ferro.

Quero aqui agradecer a todos os estudantes. Fiquei comovida com a citação daquele depoimento que eu dei no Congresso para o senador Agripino Maia, que queria saber por que eu tinha mentido durante a tortura. Uma pessoa que faz essa pergunta, ela não esteve do lado de cá, ela esteve do lado de lá, dos torturadores. E aí eu quero dirigir

um cumprimento especial a essa nossa querida líder, Carina, presidenta da UNE. Também cumprimento a professora Fátima Maria Leite Cruz, representante do coletivo UFPE pela Democracia. Que bom que nosso país tenha hoje coletivos pela democracia, até porque nós sabemos que esta realidade que nós estamos vivendo mostra isso, eu mesma jamais imaginei que eu iria voltar a lutar contra golpe, que eu ia voltar a lutar pela democracia contra processos arbitrários, e eu acredito que o fato de aqui termos um comitê que está organizado, tem suas energias destinadas à luta democrática, é algo muito importante. E esse momento que estamos vivendo nos ensina que a democracia nunca deve ser tratada como algo garantido, como algo dado, algo que não há possibilidade de ser ameaçado, pelo contrário, eu acredito que este momento é um momento especial, porque ele torna para nós a questão democrática duas coisas, primeiro é uma questão muito do presente e, ao mesmo tempo, a professora Fátima tem muita razão nesse sentido ao citar aquela belíssima poesia, mas é também inexoravelmente uma pergunta no presente sobre o futuro, o que pode acontecer conosco se a democracia for ferida mais do que já está. Esta é a grande pergunta que nós temos que nos responder, para termos inclusive força para lutar.

Eu quero tirar desta crise que nós vivemos no Brasil uma base para uma luta constante, de aprimoramento do nosso processo democrático, porque na base deste momento que nós vivemos tem uma pergunta, a pergunta é o seguinte “mas por que é golpe?”, que eles se deram o trabalho de colocar em todas as instâncias, inclusive brigando internacionalmente para que não seja golpe. Por que é golpe? É golpe, primeiro porque estando em previsto na Constituição, como disse a Carina, esse impeachment não tem base em crime de responsabilidade, que é a base que a Constituição prevê ser necessária para se constituir o processo de impeachment presidencial. Nós sabemos que o nosso regime é presidencialista, não é parlamentar, no parlamento, chefe de Estado é um, chefe de Governo é outro, o primeiro-ministro pode perfeitamente alegar que são necessárias novas eleições e dissolver o parlamento, ao mesmo tempo, o parlamento pode fazer o voto de desconfiança contra o primeiro-ministro e dissolver o gabinete. Há pesos e contrapesos no parlamentarismo. No presidencialismo, o chefe de Estado e o chefe de Governo é a mesma pessoa, no caso o presidente, que acumula a condição de presidente e de primeiro-ministro, chefe do gabinete. E aí a Constituição de países presidencialistas todas prevê o impeachment a partir da Constituição Americana, e este impeachment é para a retirada da presidente, só que não é possível retirar o presidente por uma questão meramente política. É

necessário, para que saia o presidente, que tenha base jurídica, e daí o crime de responsabilidade. Como não existe crime de responsabilidade no meu caso, porque são seis decretos, eram seis, agora são quatro decretos, os quatro decretos dizem respeito a créditos suplementares, todo mundo sabe, e daí o constrangimento de algumas votações que nós assistimos, todo mundo sabe que os decretos de créditos suplementares eram triviais no governo. No caso do governo Fernando Henrique, que teve mais de 101 decretos ao longo de todo o período, eles fizeram decretos iguais aos meus entre 20 e 23, há divergência em relação a três. No período Lula também houve decretos similares, e no meu período, eu mesma nos quatro primeiros anos, esses mesmo decretos eram feitos sem serem criminosos. E aí é muito interessante do que eles tratam, são decretos que tratam, as pessoas podem pensar que foram decretos para me beneficiar, são decretos do Tribunal Superior Eleitoral que pediu para aumentar o número de vagas, são decretos que o Ministério da Educação solicitou para destinar mais recursos para hospitais públicos, ou decretos do Ministério da Justiça para aumentar recursos para escoltas. Qual é o problema deles? Não é a qualidade do decreto, é que se o decreto feria ou não, de alguma forma, a restrição de gastos imposta ao governo federal. Não, não e não. Por que não feria? Não feria porque já estava aprovado na lei.

E, depois, no caso do Plano Safra, é ainda pior. Eu não participei de nenhum ato do Plano Safra porque presidente nenhum faz isso, presidente nenhum fica assinando o que faz o Plano Safra. A gente lança o programa e quem executa são os outros ministérios, Ministério da Fazenda e Ministério da Agricultura. Eles acusam que nós atrasamos o pagamento ao Banco do Brasil, só que nós pagamos o Banco do Brasil. Então eles acusam que eu sabia, que eu devia saber, que eu era obrigada a saber, porque eu conversava com o secretário do Tesouro, e o secretário do Tesouro, eles não gostavam do secretário do Tesouro, era o economista chamado Arno Augustin. Só que neste ano o Arno Augustin não era mais o secretário do Tesouro, então nem alegar que eu conversava sistematicamente com o Arno Augustin eles podem, porque se eu conversei com o Arno Augustin, e é certo que eu conversei, foi em 2014, não foi em 2015. Então é toda uma fraude, uma farsa, mas ela não é uma fraude, uma farsa, de graça. Ela é uma fraude, esta acusação é uma fraude, uma farsa, porque o que tentam encobrir, o que tentam de forma objetiva esconder, é aqui o que nós temos que pensar. Na verdade, quais são as causas profundas disso que está acontecendo? A primeira causa profunda não foi preciso que nós a revelássemos, eles mesmos revelaram através de gravações feitas entre eles, eles quem, os conspiradores. Porque esse golpe é uma

combinação, primeiro do ex-vice-presidente, atual presidente provisório interino golpista, segundo do então presidente da Câmara, do chamado baixo clero e, articulado com eles, segmentos majoritários da mídia e alguns da oligarquia econômica do nosso país. Quais foram as consequências disso? É que esse é um dos motivos, e o motivo era barrar as investigações que estavam para atingir algumas pessoas, basicamente, essas que se organizaram para conspirar. Esse é um dos motivos, mas não é o único não, não vamos ficar achando que o único motivo é esse, não é. O outro motivo é: já faz quatro eleições presidenciais em que o programa de governo ultraliberal na economia e ultraconservador em tudo mais, especialmente nas questões sócias, de direitos individuais e coletivos, é derrotado. Essa derrota, ela é bastante grave porque, em relação ao meu governo, sempre tiveram uma expectativa, nessa segunda eleição de que eles podiam nos derrotar e fizeram de tudo para isso. Eu devo a vocês não ter sido derrotada. E eu estou falando isso, não é de forma simbólica, eu devo concretamente, foram os votos aqui do nordeste que mostrou pra mim, durante a apuração, que nós ganharíamos a eleição no final do dia da apuração, e foi isso que aconteceu. Ganhamos por uma margem menor, mas ganhamos a eleição. A partir daí houve um absoluto descontentamento com este fato e começou uma série de políticas que a gente chama de “quanto pior melhor” para criar um ambiente propício ao golpe. Eu acredito que este golpe tenha uma conspiração longa. Para alguns ele começa logo após a eleição, mas durante todo o ano, certamente do ano passado, ele, até porque eles já divulgaram isso, ele foi sendo gestado. Então, esses dois elementos, de um lado barrar a Lava Jato, de outro, aplicar no país um programa que eles jamais tinham conseguido tornar vitorioso nas últimas quatro vezes, em um momento eles conseguiram. Então, essa foi uma estratégia importante.

Aí, o que acontece, acontece que nós estamos hoje diante desses dois processos, um processo que acontece, todo dia a gente acorda e pensa “quem é que vai cair hoje?”. Além disso, há esse processo de desmonte que nós verificamos que está sendo feito sistematicamente em várias áreas, mas que nós temos que pensar muito porque ele está muito forte no caso da Educação, da Saúde e de todos os programas sociais de transferência de renda. Nós assistimos, e eu acredito que uma das mais importantes escolhas políticas que no governo Lula e no meu governo nós fizemos, foi investir na educação, e educação, obviamente da creche à pós-graduação. E no nosso caso aqui presente, da universidade pública, na garantia e na democratização do acesso e da qualidade da educação. Daí eu considero que todos os programas que vocês conhecem,

especificamente a lei de cotas, que mudou as cores da universidade brasileira, e todo o investimento que nós fizemos na ampliação de faculdades públicas federais, criando novas universidades e aumentando o número de campus (sic) nas universidades já criadas. Além disso, todo o esforço feito em várias áreas, como o Ciência sem Fronteiras, todos os programas feitos hoje, eles estão correndo imenso risco, mesmo o Prouni e o Fies. Por quê? Porque, eu não sei se vocês viram a proposta de emenda constitucional anunciada ontem pelo governo golpista, essa proposta é uma proposta de redução dos gastos, e como ela se dá? Ela vincula o crescimento dos gastos federais, do governo federal em Educação de acho que dos governos estaduais e municípios também, mas eu vou falar do governo federal, ela vincula ao crescimento da inflação.

Então, vamos raciocinar, o primeiro motivo pelo qual ela é extremamente problemática é porque essa vinculação só à inflação sem gastos maiores vem contra tudo que está acontecendo nos últimos anos no governo do Lula e no meu governo. Só para vocês terem uma ideia, além dos 18%, este ano, um ano de crise bastante significativa no Brasil, nós aumentamos em R\$ 54 milhões, porque senão não dá conta de todas as demandas, porque você tem que apostar nas melhorias da Educação, da qualidade da Educação e todo ano tem que ampliar matrícula, não pode supor que as coisas ficarão desta forma para sempre. Então, o motivo primeiro com isso é, se você imaginar que ao longo do tempo aumenta o número de pessoas que vão demandar Educação, se você vincular só à inflação o que você está fazendo é uma redução de gasto por pessoa, na prática.

A segunda questão que também é gravíssima é que isso se dá num horizonte de vinte anos. Se é uma PEC, você está fazendo esse corte constitucionalmente, você está abrindo a constituição e fazendo uma adendo na constituição, não é possível nos próximos 20 anos outra política que não a deles na Educação, uma política que quer reduzir os gastos com Educação ao nível do que se gastava na época do Fernando Henrique. Então, isso também é algo bastante grave. Então eu acredito que caracteriza, de fato, um desmonte das políticas públicas, um retrocesso no caso da Educação, fora todas as outras questões, fora o fato de que o pré-sal, não é possível supor que o pré-sal possa ser tratado como se fosse um problema, o pré-sal nunca foi problema. Quando nós lançamos o modelo de partilha lá atrás, a grande discussão é se a gente teria dinheiro, se a gente teria competência técnica, controle da tecnologia para explorar naquela profundidade do pré-sal. Hoje, para vocês terem uma ideia, menos de oito anos depois, é até um pouco menos, seis ou sete, nós chegamos a um milhão de barris/dia. Ora, nós

levamos 30 anos para explorar o primeiro um milhão de barris/dia, essa prova mostra que, primeiro, nós controlamos a tecnologia, mas qual a diferença entre os dois modelos, que discussão é essa, é fazer o pré-sal voltar para o modelo de concessão, o modelo de concessão é importante que vocês estudantes saibam, ele é justo para em que condições, quando você não sabe onde tem petróleo, quando o risco é grande, quando se tem garantia de achar entre 10% e 15%. Então, o que faz o modelo de concessão, é simples, a parte do leão do petróleo é pra quem extrai, pra quem acha, achou, então ganha uma parte paga pra União e pros estados royalties e participação especial. Modelo de partilha não é isso, e por que não é? No caso do pré-sal você sabe onde ele está, você sabe a qualidade do óleo e você sabe que tem muito petróleo, então o modelo é diferente, não pode ficar pra quem acha, tem que ser pra quem, tem que ser pra União, pro povo brasileiro, ou com participação pros estados e municípios, ou seja, o Estado brasileiro. E isso tem que ser destinada a sua exploração, porque onde você lucra, você não lucra na participação especial e no royalty, você lucra no custo que você tem pra explorar petróleo, que tá dominado, e vendeu. Mesmo com o preço a U\$ 50, tem um baita lucro, mesmo com o preço a U\$ 50. Então, querer mudar as condições do petróleo está muito errado, pra não dizer que é um roubo. Por que eu estou falando isso para vocês? Porque hoje eu fiquei muito preocupada com um editorial que eu li que dizia o seguinte: é de fato um absurdo essa questão da corrupção no Brasil. Óbvio que o editorial não dizia que a corrupção no Brasil é fruto de uma ideologia patrimonialista que confunde o privado com o público, nem que essa tem sido a ideologia vigente no nosso país ao longo da História, desde a Colônia, passando pelo Império, pela República Velha e pela República Nova. Nós temos que nos livrar dos traços ideológicos do patrimonialismo, assim como temos que nos livrar dos traços ideológicos da escravidão. E o editorial continua e chega a uma conclusão brilhante: posto isso que nós tenhamos que combater a corrupção, é bom a gente entender de uma vez por todas que as empresas estatais não podem existir porque a culpa da corrupção é delas. Eu estou dizendo que eu li isso hoje no Jornal O Globo. Eu estou falando sobre o pré-sal porque quando falam em empresa pública, e a Petrobras é uma empresa pública com ação cotada em bolsa, mas ela é uma empresa pública, eu acho absolutamente perigoso essa posição de assegurar que toda empresa pública ou estatal, mais pública do que estatal, ela terá que ser privatizada para impedir que a corrupção campeie no nosso país. Esse é talvez o maior engodo em termos de corrupção que eu já escutei. A corrupção se dá por outros motivos, por essa confusão entre o privado e o público, ela

pode ocorrer em qualquer lugar, na empresa pública, na empresa privada, em qualquer instância, ela não se deve a um pecado original do Estado em nenhum lugar do mundo. Muito obrigada.

ANEXO 5

Mensagem da presidenta da República Dilma Rousseff ao Senado Federal e ao povo brasileiro, proferida em 16 de agosto de 2106.

Dirijo-me à população brasileira e às senhoras senadoras e aos senhores senadores para manifestar mais uma vez meu compromisso com a democracia e com as medidas necessárias à superação do impasse político que tantos prejuízos já causaram ao País. Meu retorno à Presidência, por decisão do Senado Federal, significará a afirmação do Estado Democrático de Direito e poderá contribuir decisivamente para o surgimento de uma nova e promissora realidade política.

Minha responsabilidade é grande. Na jornada para me defender do impeachment me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade e determinação para que possamos construir um novo caminho.

Precisamos fortalecer a democracia em nosso País e, para isto, será necessário que o Senado encerre o processo de impeachment em curso, reconhecendo, diante das provas irrefutáveis, que não houve crime de responsabilidade. Que eu sou inocente. No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a desconfiança política para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime. Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições.

Por isso, afirmamos que, se consumado o impeachment sem crime de responsabilidade, teríamos um golpe de estado. O colégio eleitoral de 110 milhões de eleitores seria substituído, sem a devida sustentação constitucional, por um colégio eleitoral de 81 senadores. Seria um inequívoco golpe seguido de eleição indireta. Ao invés disso, entendo que a solução para as crises política e econômica que enfrentamos passa pelo voto popular em eleições diretas. A democracia é o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social. É o único caminho para sairmos da crise.

Por isso, a importância de assumirmos um claro compromisso com o Plebiscito e pela Reforma Política. Todos sabemos que há um impasse gerado pelo esgotamento do

sistema político, seja pelo número excessivo de partidos, seja pelas práticas políticas questionáveis, a exigir uma profunda transformação nas regras vigentes. Estou convencida da necessidade e darei meu apoio irrestrito à convocação de um Plebiscito, com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral. Devemos concentrar esforços para que seja realizada uma ampla e profunda reforma política, estabelecendo um novo quadro institucional que supere a fragmentação dos partidos, moralize o financiamento das campanhas eleitorais, fortaleça a fidelidade partidária e dê mais poder aos eleitores. A restauração plena da democracia requer que a população decida qual é o melhor caminho para ampliar a governabilidade e aperfeiçoar o sistema político eleitoral brasileiro.

Devemos construir, para tanto, um amplo Pacto Nacional, baseado em eleições livres e diretas, que envolva todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. Um Pacto que fortaleça os valores do Estado Democrático de Direito, a soberania nacional, o desenvolvimento econômico e as conquistas sociais. Esse Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento e a Justiça Social permitirá a pacificação do País. O desarmamento dos espíritos e o arrefecimento das paixões devem sobrepor-se a todo e qualquer sentimento de desunião. A transição para esse novo momento democrático exige que seja aberto um amplo diálogo entre todas as forças vivas da Nação Brasileira com a clara consciência de que o que nos une é o Brasil. Diálogo com o Congresso Nacional, para que, conjunta e responsabilmente, busquemos as melhores soluções para os problemas enfrentados pelo País. Diálogo com a sociedade e os movimentos sociais, para que as demandas de nossa população sejam plenamente respondidas por políticas consistentes e eficazes. As forças produtivas, empresários e trabalhadores, devem participar de forma ativa na construção de propostas para a retomada do crescimento e para a elevação da competitividade de nossa economia.

Reafirmo meu compromisso com o respeito integral à Constituição Cidadã de 1988, com destaque aos direitos e garantias individuais e coletivos que nela estão estabelecidos. Nosso lema persistirá sendo “nenhum direito a menos”. As políticas sociais que transformaram a vida de nossa população, assegurando oportunidades para todas as pessoas e valorizando a igualdade e a diversidade deverão ser mantidas e renovadas. A riqueza e a força de nossa cultura devem ser valorizadas como elemento fundador de nossa nacionalidade. Gerar mais e melhores empregos, fortalecer a saúde pública, ampliar o acesso e elevar a qualidade da educação, assegurar o direito à

moradia e expandir a mobilidade urbana são investimentos prioritários para o Brasil. Todas as variáveis da economia e os instrumentos da política precisam ser canalizados para o País voltar a crescer e gerar empregos.

Isso é necessário porque, desde o início do meu segundo mandato, medidas, ações e reformas necessárias para o País enfrentar a grave crise econômica foram bloqueadas e as chamadas pautas-bomba foram impostas, sob a lógica irresponsável do “quanto pior, melhor”. Houve um esforço obsessivo para desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos impostos à população. Podemos superar esse momento e, juntos, buscar o crescimento econômico e a estabilidade, o fortalecimento da soberania nacional e a defesa do pré-sal e de nossas riquezas naturais e minerárias.

É fundamental a continuidade da luta contra a corrupção. Este é um compromisso inegociável. Não aceitaremos qualquer pacto em favor da impunidade daqueles que, comprovadamente, e após o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa, tenham praticado ilícitos ou atos de improbidade.

Povo brasileiro, Senadoras e Senadores, O Brasil vive um dos mais dramáticos momentos de sua história. Um momento que requer coragem e clareza de propósitos de todos nós. Um momento que não tolera omissões, enganos, ou falta de compromisso com o País. Não devemos permitir que uma eventual ruptura da ordem democrática baseada no impeachment sem crime de responsabilidade fragilize nossa democracia, com o sacrifício dos direitos assegurados na Constituição de 1988. Unamos nossas forças e propósitos na defesa da democracia, o lado certo da História.

Tenho orgulho de ser a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Tenho orgulho de dizer que, nestes anos, exerci meu mandato de forma digna e honesta. Honrei os votos que recebi. Em nome desses votos e em nome de todo o povo do meu País, vou lutar com todos os instrumentos legais de que disponho para assegurar a democracia no Brasil. A essa altura todos sabem que não cometi crime de responsabilidade, que não há razão legal para esse processo de impeachment, pois não há crime. Os atos que pratiquei foram atos legais, atos necessários, atos de governo. Atos idênticos foram executados pelos presidentes que me antecederam. Não era crime na época deles, e também não é crime agora. Jamais se encontrará na minha vida registro de desonestidade, covardia ou traição. Ao contrário dos que deram início a este processo injusto e ilegal, não tenho contas secretas no exterior, nunca desviei um único centavo do patrimônio público para meu enriquecimento pessoal ou de terceiros e não recebi propina de ninguém.

Esse processo de impeachment é frágil, juridicamente inconsistente, um processo injusto, desencadeado contra uma pessoa honesta e inocente. O que peço às senadoras e aos senadores é que não se faça a injustiça de me condenar por um crime que não cometi. Não existe injustiça mais devastadora do que condenar um inocente. A vida me ensinou o sentido mais profundo da esperança. Resisti ao cárcere e à tortura. Gostaria de não ter que resistir à fraude e à mais infame injustiça. Minha esperança existe porque é também a esperança democrática do povo brasileiro, que me elegeu duas vezes Presidenta. Quem deve decidir o futuro do País é o nosso povo. A democracia há de vencer.

ANEXO 6

Discurso de Dilma no Ato contra o Golpe, em Defesa da Democracia e dos Direitos Sociais, realizado na Casa de Portugal, em São Paulo, no dia 23 de agosto de 2016

Boa noite, queridos e queridas. Vamos todos nós, juntos, resistir. Eu começo com essa palavra, que é uma palavra forte, é uma palavra de luta, vamos resistir. Mas também vamos lutar. Esse processo é um processo pra mim muito duro porque eu sei que estão cometendo uma injustiça comigo, eu sei que eu sou inocente, eu tenho absoluta clareza do que estão fazendo. Na vida nós sabemos que cada um de nós, se tem algo que nós não respeitamos é quando se condena alguém sem motivo. E, por isso, eu tô querendo explicar uma coisa, eu não renunciei porque hoje nós temos espaços democráticos, então eles não obrigaram a me suicidar como obrigaram ao Getúlio. Eu não fui obrigada a pegar um avião e ir para o Uruguai, como fizeram com o Jango. Por quê? Porque tem uma democracia em nosso país e nós lutamos, nós lutamos pra construir, muitas pessoas morreram, muitas pessoas foram torturadas, foram presas, foram exiladas, então, essa democracia é que explica que eu não precise, e aí eu devo isso a todos que lutaram nesse país, foram eles que me deram condição de não ter que me suicidar e não ter que ir pro Uruguai. E, aí, a minha presença é muito incômoda, é extremamente incômoda sim, e foi por isso, por essas características, que nós temos que ter consciência de que esse é um processo, seja o que seja que aconteça, nós temos que ter essa clareza, a democracia é algo muito valioso pra a gente não lutar por ela sistematicamente.

E nós ganhamos algumas lutas nesse processo. A primeira luta foi a capacidade de que os movimentos sociais, os partidos políticos progressistas do nosso país, a população, os artistas, as mulheres, todos nós, fomos capazes de formar uma grande frente de resistência, uma frente que está aqui hoje representada em cada um de vocês, representada pelos sindicatos, pela Frente Brasil Popular, pela Frente Povo Sem Medo, pelos movimentos todos de luta pela moradia, pelos intelectuais, pelos médicos, pelo movimento dos advogados e juristas pelas democracia, enfim, uma mobilização que criou uma frente no mais profundo sentido da democracia, essa foi talvez a nossa maior vitória, porque nós temos que saber que está luta não tem, não tem data para terminar. Uma das coisas que nós aprendemos com tudo isso que aconteceu, é que a democracia

não está garantida igual muitos de nós pensávamos. A democracia é uma conquista sistemática e nós temos que estar atentos pra não perder o que ganhamos.

Esse impeachment é escolha indireta, não seria se ele tivesse uma base jurídica correta, se eu tivesse cometido crime de responsabilidade. Ora, eu nunca tive conta no exterior, não usei um centavo de dinheiro público em meu favor ou de terceiros, então, do que me acusam? Sabe do que me acusam? De exercer a atividade de gestão do governo federal usando as mesmas regras e a mesma lei e os usos e costumes de todos os presidentes que me antecederam. E, depois, eles também usam o que eles chamam de pedaladas fiscais. Bom, os seis decretos, é interessantíssimo. Nós temos uma acusação inicial com seis decretos. Progressivamente, vai caindo decreto pelo meio do caminho. Então, hoje, eles pararam com três decretos. Decretos que são de suplementação do Ministério da Educação, o qual eles estão pensando em dilapidar nesse país. Decretos pra outros poderes, como a Justiça do Trabalho, enfim, decretos que são meras ações de governo. O que eles queriam? Que nós tivéssemos parado o governo, que nós não tivéssemos continuado a executar os programas sociais, eles queriam que nós paralisássemos as universidades, que nós paralisássemos todas as ações dos ministérios, eles queriam que nós, no ano passado, tivéssemos bloqueado todas as ações que dizem respeito, por exemplo, a creches, a universidades, à compra de alguns remédios, a pagamento do Mais Médicos, enfim, a uma série de atividades. É isso que está colocado em relação aos três decretos. Em relação às chamadas pedaladas, é o fato de que, no Brasil, nós financiamos, sim, a agricultura, financiamos a agricultura familiar e financiamos a agricultura comercial. A pergunta, então, que cabe fazer é: por que, então, fizeram isso? Fizeram isso por alguns motivos básicos. O primeiro deles é que a democracia é muito incômoda, principalmente quando se quer evitar a participação popular nas decisões. Se você não pode passar pelo crivo do voto, o que é que eles pensaram? Vamos saltar o crivo do voto, vamos substituir um colégio eleitoral de 110 milhões de pessoas, por um colégio menor de 81 pessoas. É disso que se trata porque uma coisa está ligada a outra.

A questão democrática no Brasil, ela é crucial, nós sabemos que quando há eleições presidenciais, o povo se manifesta sobre os rumos do país. Nós viemos de 20 anos de ditadura e um dia nós ganhamos. Aí nós achamos que tínhamos ganhado e que estava tudo bem. Não está não, você tem que lutar todo santo dia. É que nem na vida, gente, é que nem na vida. E isso significa que você luta contra incompreensões, você luta também para melhorar a sua compreensão, a gente tem que ser humilde também. E,

aí, eu quero falar uma coisa para vocês. Todos nós aqui assistimos às Olimpíadas. Eu assisti também às Olimpíadas, de dois jeitos, eu assisti às Olimpíadas e assisti à luta do presidente Lula para trazer as Olimpíadas para o Brasil. Quando nós conseguimos essa vitória ganhando de outros países, eu estava na Praia de Copacabana, porque tinha uma manifestação, e o Lula estava em Copenhague. E nós ganhamos as Olimpíadas. Ali começou um processo de grande esforço já com ele, eu assinei a matriz de responsabilidade da Olimpíada em nome do governo do presidente Lula, porque eu era ministra-chefe da Casa Civil. Depois nós construímos as condições, fazer um grande evento é algo extremamente complexo, e para nós era muito importante que o Brasil mostrasse a sua competência, a sua capacidade de organização, a sua infraestrutura, seja no Parque Olímpico da Barra, seja lá no Parque de Teodoro. Mas eu quero dizer para vocês que de todas as coisas das Olimpíadas, eu tenho certeza também que o presidente Lula, das coisas que ele mais se orgulha, é o fato de a gente ter passado de 23º país para 13º, porque esse é um ganho do nosso povo. Eu fiquei muito orgulhosa porque o governo do presidente Lula começou lá atrás com aquele programa Segundo Tempo, depois um programa, já no meu governo, que chamou Brasil Medalhas, bolsa pódio, que era pegar os nossos atletas e dar condições para eles crescerem. Parabéns também, a gente tem que reconhecer o papel das Forças Armadas, que também, ao trazer um atleta para ser sargento, ela está dando uma forma de vida para o atleta, recursos para o atleta. Mas o que eu tenho mais orgulho é que isso beneficiou, não só beneficiou, eu não tenho nada contra atleta louro, de olhos azuis, eu não tenho nada contra, mas beneficiou os nossos atletas negros, mulheres, lgbs. Eu olhei para os atletas e falei: é a nossa cara, é a cara do Brasil que está lá ganhando. Então, eu falo isso pra terminar, eu percebi que nós, eu e o Lula, a gente foi devidamente esquecido por quem, vocês sabem por quem. Então eu não posso deixar passar essa oportunidade. Há quatro dias acabou, no domingo acabou e eu não posso deixar hoje de falar sobre a Olimpíada. E sempre me perguntaram “qual é a sua reação?”. A minha reação é aquela que qualquer um aqui entenderá, você pega, organiza a festa, arruma a casa, contrata a melhoria das instalações da casa, arruma os móveis e, no dia da festa, te proibem de entrar na casa. É essa a sensação.

Mas, terminando, eu quero dizer para vocês uma coisa, vocês podem ter certeza que esse processo, é um processo que nós temos todas as condições de absorver e de superar. Pra isso, a gente tem que estar mobilizado. Eu lutei a minha vida inteira, eu

lutei contra a tortura, eu lutei contra um câncer e eu vou lutar agora contra qualquer injustiça. Muito obrigada.

ANEXO 7

Discurso de Dilma no Ato em Defesa da Democracia, realizado no Teatro dos Bancários, em Brasília (DF), no dia 24 de agosto de 2016

Boa noite, meus queridos e minhas queridas. Eu queria dizer para vocês que nós estamos, nesse momento, a alguns dias do meu julgamento do processo de impeachment lá no Senado, e mais uma vez eu acho que temos que olhar, e analisar, e refletir sobre os motivos, sobre as razões que levaram a esse processo de impeachment. Esse processo de impeachment, ele nasce de quatro derrotas sistemáticas que ocorreram nas últimas eleições presidenciais. A primeira, em 2003, quando o Lula assumiu a Presidência da República; a segunda, quando ele se reelegeu; a terceira, quando eu me elegi presidenta; e a quarta, quando entornou o caldo para eles, quando eu fui reeleita. Nessa reeleição, eu tive 54,5 milhões de votos, num colégio eleitoral que atingiu 110 milhões de eleitores. Então, uma eleição direta, com voto secreto, em que numa eleição presidencial no nosso país nós discutimos as principais pautas que o país tinha que enfrentar. E foi baseado nessa discussão que a eleição propicia e que atinge todos os cantos do país que eu me elegi presidenta.

Sem sombra de dúvida, se a gente for olhar, nós sabemos que nesses 54,5 milhões de votos nós votamos na política de valorização do salário-mínimo, nós votamos pela continuidade dessa política, que ela já vinha sendo implantada e ocorrendo. Nós votamos também pelo fato que essa política atingia 70% das aposentadorias básicas do Brasil. Nós votamos a favor do Prouni, do Fies e de toda a inclusão baseado nas cotas que nós aprovamos no decorrer dos anos e que garantiu que os pobres e os negros, que estudam em escolas públicas, tivessem acesso à educação. Foi nisso que nós votamos, pelo pré-sal, pelo modelo de partilha do pré-sal e a política de conteúdo nacional, nós votamos nisso. Votamos também a favor do Bolsa-Família, do Mais Médicos, e aí nós votamos a favor de várias das políticas sociais, e eu não vou fazer todo o elenco, ah, nós votamos a favor do Brasil Medalhas, que deu medalha pra uma mulher, mulher defensora dos direitos dos lgbs, pobre, e que ganhou uma medalha de ouro no judô porque nós fizemos um programa chamado Brasil Medalhas, assim como outros atletas desse país. Nós estamos votando nisso e votamos contra as políticas tradicionais que hoje nós estamos vendo, que primeiro, sorratamente, e depois de forma descarada tomaram conta do debate político em nosso país e que agora se

apresentam como solução para os problemas do país. Exemplo, essa PEC 241 que pretende congelar os gastos da Educação, os gastos da Saúde em termos reais por 20 anos, ela significa a redução do gasto em saúde por cada brasileiro por cada brasileira que tiver acesso à Educação daqui pra frente. Significa isso. Um país novo como o nosso, significa isso.

Nós sabemos que vem por aí, pelo menos todo dia eles falam, que depois de passado o julgamento do impeachment, caso eles ganhem, eles adotarão medidas impopulares. Eles falam na maior cara de pau, medidas impopulares sim. Bom, tudo isso configura um dos motivos pelos quais esse golpe está em andamento. Durante esses quatro mandatos, com o meu ainda incompleto, o que aconteceu é que não vigiu no Brasil em relação à política, tanto a econômica quanto a social, e também em relação à política externa, um política nem conservadora, nem liberal, nem tampouco uma política de subordinação e de diminuição do Brasil no cenário internacional. Eu falo isso porque é muito grave o fato de estarem tentando um, destruir o Mercosul, desorganizar toda a Unasul, ter uma posição de, eu chamaria, ter uma posição de neutralidade em relação aos Brics, não um empenho efetivo, não uma política com altivez, mas também terem uma pretensão em relação à política internacional, como dizia o Chico muito bem na minha primeira eleição, falando fino com os Estados Unidos e falando grosso com a Bolívia. Um artista como o Chico sintetiza com poucas palavras o que nós não queremos como política de submissão aos interesses que não os nossos. Nós queremos um país que tenha uma afirmação de sua soberania e, por isso, também a venda de patrimônio, a forma como está sendo encaminhada, é absolutamente desastrosa, não só no caso do pré-sal, que é muito grave, principalmente porque eu acho o que está na pauta, daqui pra frente, é acabar com o modelo de partilha e o modelo de partilha é aquele que faz com que a parte da União do petróleo fique com o nosso país e não com interesses internacionais que não têm porque controlar uma riqueza a qual nós sabemos explorar, temos tecnologia suficiente e provamos que conseguimos perfeitamente explorar e utilizar como um passaporte para o futuro as receitas provenientes do petróleo.

Tudo isso é algo que estão em questão, e nós estamos vendo que esse é o processo que tem o respaldo de setores que nós consideramos a elite conservadora desse país. Sabemos também que houve uma participação da mídia, de setores da mídia monopolistas e oligopolistas e que isso ficou muito claro para a imprensa internacional, e vejam vocês que o efeito disso foi o fato de que, do ponto de vista da avaliação

democrática dos setores de mídia do mundo, nós despencamos no ranking, nós caímos, eu não sei aqui de cabeça pra que ponto do ranking nós caímos, mas nós caímos. Por que motivo? Primeiro, pela concentração de propriedade, qualquer setor econômico oligopolista tem que ser regulado, não é só um jornal, não é só um setor como o da energia elétrica, qualquer setor tem que ser regulado. O setor de mídia é mais grave porque controla uma cadeia de informações e não garante o acesso democrático para todas as posições. É por esse motivo que nós caímos na avaliação da imprensa internacional. Bom, mas eu estou dizendo isso porque configura um quadro no Brasil e esse quadro coloca em questão uma das grandes riquezas que nós construímos que foi a democracia. A democracia no Brasil não caiu do céu e não surgiu do nada, ela foi fruto, ao longo do tempo, e hoje, por exemplo, está fazendo uma quantidade significativa de anos que o suicídio do ex-presidente Getúlio Vargas impediu uma ruptura democrática que depois veio a acontecer. Getúlio Vargas se suicidou porque ele queria preservar a democracia em nosso país e sabia que ela estava em risco naquele momento. Então, eu quero dizer que nós somos responsáveis por ter construído um outro tempo histórico, e por que esse tempo histórico é importante? Porque hoje eu não tenho que renunciar, hoje eu não tenho que me suicidar, não tenho que fugir para o Uruguai.

É um outro momento histórico que cada um de nós contribuiu para ele. Então, esse processo é um processo que nós construímos, nós construímos a base dessa democracia. Quando nós dizemos que está em curso um golpe, o que nós estamos falando? Está em curso uma tentativa de romper a legalidade, que é a base da democracia em nosso país, rasgarem a Constituição. É isso que está em jogo, eu sempre digo, porque essa é uma discussão que sempre aparece, por que é um golpe apesar das instituições da democracia estarem em pé, é porque os golpes mudam de figura, e mudam de características. Eu faço uma metáfora, se nós considerarmos a democracia uma árvore, um golpe militar é como uma machado, que destrói os galhos da árvore do governo e destrói o regime inteiramente, corta o regime, acaba com o direito de manifestação, o direito de greve, o direito de opinião, o direito de organização, enfim acaba com os direitos fundamentais que vigem uma democracia. Ora, não tem tanque nesse momento, não tem armas nesse momento, só uma arma, a arma que pretende ser discreta de rasgar a Constituição negando que está rasgando a Constituição, porque estão me condenando por algo fantástico, um não-crime, eu não cometi crime. As instituições estão de pé, então, o que é isso que está acontecendo se as instituições estão de pé? É um golpe em que o ataque à árvore é feito por parasitas que tomam conta das

diferentes instituições. E por que a gente tem que lutar em todos os níveis, tem que discutir a questão da democracia em todos os níveis? Porque o único jeito de combater esse golpe é usar o instrumento da democracia, ampliando a democracia, fazendo com que as organizações dos movimentos sociais sejam ouvidas, que as populações falem, que os artistas se manifestem, que os intelectuais se expressem e que nós façamos uma discussão sistemática sobre o que está acontecendo. Nós temos que impedir que isso se consolide através de um processo que se chama participação, mobilização, debate, luta e organização. Sabe por quê? Porque a única coisa que mata parasita antidemocrática é o oxigênio do debate, da crítica e da verdade. Quando falam, ah, mas vocês foram lá na Câmara e se defenderam, foram lá no Supremo e se defenderam, foram lá no Senado e estão se defendendo, vocês estão referendando, vocês estão assinando embaixo. Não estamos não, nós respeitamos as instituições, não os golpistas. E nós temos que saber viver em um regime democrático e temos de usar todos os instrumentos capazes de resgatar a democracia em nosso país, porque um golpe deste tipo, mesmo ainda não concluído, e que todos aqui esperamos que não se conclua, ele deixa marcas profundas. Qual a principal marca que ele deixa? A ruptura democrática ocorreu. Vai ser necessária uma eleição para se recompor todas as instâncias democráticas no nosso país, e impossível a gente não ver criticamente uma coisa, tem uma característica inequívoca nesse processo de impeachment, estão tentando substituir um colégio eleitoral de 110 milhões de pessoas, que são os brasileiros e as brasileiras que votam nas eleições, por um colégio eleitoral de 81 senadores. Estão tentando impor um retrocesso no país de uma eleição indireta, porque é disso que se trata. Por que é grave? Porque em uma eleição direta, todos nós discutimos o programa. Na indireta, só 81 discutem. É isso que foi feito em nosso país e é isso que nós não podemos concordar.

Eu queria dizer para vocês que foi, para mim, uma experiência fundamental. E eu quero falar algumas características dessa experiência. Primeiro, o fato de que nós fomos capazes de construir um movimento chamado Frente Brasil Popular, esse movimento é uma das armas contra parasita antidemocrático. O Movimento Povo Sem Medo também, a participação de todos os movimentos sociais nesse processo, acho que isso foi muito importante.

Eu quero fazer uma constatação, as mulheres nesse momento, ao longo desses últimos dias, ao longo desses últimos meses, as mulheres têm, eu quero reconhecer isso, as mulheres têm me dado um grande apoio. Quando, num ataque de absoluta mesquinha, tiraram as rosas lá do Alvorada, eu recebia uma quantidade de rosas que

eu nunca tinha tido dentro do Alvorada, pela mobilização das mulheres. É mais do que qualquer coisa, é o símbolo desse ato de afirmação. Eu sei que eu sou a primeira mulher eleita presidente da República, sei também que as mulheres têm se afirmado na nossa sociedade. Tenho certeza que eu serei a primeira de muitas mulheres presidentas desse país. Quando falam que eu tenho capacidade de resistir, eu quero explicar porque eu tenho capacidade de resistir, eu tenho capacidade de resistir porque eu tenho que honrar as mulheres do meu país. Durante todo esse processo, eles, obviamente, tiveram ataques à minha pessoa usando aqueles instrumentos que eles usam sempre que querem atingir uma mulher e, sobretudo, esperando que a pressão me fizesse renunciar. A renúncia é algo que eles acham que uma mulher, ele têm um estereótipo na cabeça, seria levada, eu seria levada a renunciar. Foi sempre a primeira proposta que aparecia na mídia, é a primeira a aparecer e a última a sumir. E eu quero dizer para vocês uma coisa, por que eu não renuncio? Eu não renuncio, primeiro, porque eu sou absolutamente incômoda, como eu não cometi nenhum crime, como eu nunca recebi dinheiro de corrupção, eles podem me virar de todos os lados, mas a minha presença coloca de forma clara que há no Brasil uma ruptura democrática e isso é importante para todos os brasileiros, para o mundo inteiro, e para que nós possamos impedir que isso volte a acontecer. E pra impedir que isso volte a acontecer, precisa, necessariamente, que eu vá ao Senado (plateia interrompe cantando “Dilma guerreira, da pátria brasileira”). Então, concluindo, o que eu vou fazer lá no Senado? Eu vou defender a democracia, o projeto político que eu represento, defender os interesses que eu acho que são os interesses legítimos do povo brasileiro e, sobretudo, construir os instrumentos que permitam que isso nunca mais aconteça. (Plateia interrompe cantando “No meu país, eu boto fé, porque ele é governado por mulher.”) Então, eu quero concluir dizendo para vocês que nós estamos juntos nessa luta, cada um de nós com o seu papel. Eu sei que vocês estão aqui nessa noite, vocês se mobilizaram, vocês vieram, vocês estão me dando uma coisa extremamente preciosa que é o tempo de vocês. E aí eu quero dizer que, nesse processo, nós todos temos que saber que não existe, e até ontem nós estávamos em São Paulo e foi levantado isso, você nunca tem a democracia garantida, eu achei num determinado momento da minha vida que eu nunca mais ia ver processos arbitrários, que eu nunca mais ia ver rupturas democráticas, nunca mais ia ver golpes de estado, e estou vivendo um de maneira muito intensa. Quero dizer pra vocês que, na vida, a gente sempre tem que lutar, nunca tem um dia em que a gente fala “agora, acabou”, a minha experiência é nesse sentido. E quero dizer o seguinte, com a mesma força que um dia, lá atrás, eu lutei

contra a ditadura, e resisti, e ganhamos, ganhamos porque implantamos a democracia no nosso país derrotando a ditadura, fizemos a Constituição de 1988 e, dessa mesma maneira, nós vamos aprofundar a democracia no nosso país, nós vamos fazer ela avançar, nós vamos buscar com todas as nossas forças esse novo caminho que é o caminho que só tem um jeito, nós temos de ter esperança, e é a esperança que faz com que cada um de nós seja capaz de lutar. Então, eu falo para cada um de vocês, nesse processo nós já ganhamos, agora nós vamos ter de saber que teremos que continuar lutando. Podem contar comigo. Eu conto com vocês. Obrigada.

ANEXO 8

Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff ao Senado Federal, proferido dia 29 de agosto de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski,

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal Renan Calheiros,
Excelentíssimas Senhoras Senadoras e Excelentíssimos Senhores Senadores,
Cidadãs e Cidadãos de meu amado Brasil,

No dia 1º de janeiro de 2015 assumi meu segundo mandato à Presidência da República Federativa do Brasil. Fui eleita por mais 54 milhões de votos.

Na minha posse, assumi o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, bem como o de observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

Ao exercer a Presidência da República respeitei fielmente o compromisso que assumi perante a nação e aos que me elegeram. E me orgulho disso. Sempre acreditei na democracia e no Estado de direito, e sempre vi na Constituição de 1988 uma das grandes conquistas do nosso povo.

Jamais atentaria contra o que acredito ou praticaria atos contrários aos interesses daqueles que me elegeram.

Nesta jornada para me defender do impeachment me aproximei mais do povo, tive oportunidade de ouvir seu reconhecimento, de receber seu carinho. Ouvi também críticas duras ao meu governo, a erros que foram cometidos e a medidas e políticas que não foram adotadas. Acolho essas críticas com humildade.

Até porque, como todos, tenho defeitos e cometo erros.

Entre os meus defeitos não estão a deslealdade e a covardia. Não traio os compromissos que assumo, os princípios que defendo ou os que lutam ao meu lado. Na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da tortura. Amarguei por anos o sofrimento da prisão. Vi companheiros e companheiras sendo violentados, e até assassinados.

Na época, eu era muito jovem. Tinha muito a esperar da vida. Tinha medo da morte, das sequelas da tortura no meu corpo e na minha alma. Mas não cedi. Resisti. Resisti à tempestade de terror que começava a me engolir, na escuridão dos tempos

amargos em que o país vivia. Não mudei de lado. Apesar de receber o peso da injustiça nos meus ombros, continuei lutando pela democracia.

Dediquei todos esses anos da minha vida à luta por uma sociedade sem ódios e intolerância. Lutei por uma sociedade livre de preconceitos e de discriminações. Lutei por uma sociedade onde não houvesse miséria ou excluídos. Lutei por um Brasil soberano, mais igual e onde houvesse justiça.

Disso tenho orgulho. Quem acredita, luta.

Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram.

Exercendo a Presidência da República tenho honrado o compromisso com o meu país, com a Democracia, com o Estado de Direito. Tenho sido intransigente na defesa da honestidade na gestão da coisa pública.

Por isso, diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio.

E por isso, como no passado, resisto.

Não esperem de mim o obsequioso silêncio dos covardes. No passado, com as armas, e hoje, com a retórica jurídica, pretendem novamente atentar contra a democracia e contra o Estado do Direito.

Se alguns rasgam o seu passado e negociam as benesses do presente, que respondam perante a sua consciência e perante a história pelos atos que praticam. A mim cabe lamentar pelo que foram e pelo que se tornaram.

E resistir. Resistir sempre. Resistir para acordar as consciências ainda adormecidas para que, juntos, finquemos o pé no terreno que está do lado certo da história, mesmo que o chão trema e ameace de novo nos engolir.

Não luto pelo meu mandato por vaidade ou por apego ao poder, como é próprio dos que não tem caráter, princípios ou utopias a conquistar. Luto pela democracia, pela verdade e pela justiça. Luto pelo povo do meu País, pelo seu bem-estar.

Muitos hoje me perguntam de onde vem a minha energia para prosseguir. Vem do que acredito. Posso olhar para trás e ver tudo o que fizemos. Olhar para a frente e ver tudo o que ainda precisamos e podemos fazer. O mais importante é que posso olhar para mim mesma e ver a face de alguém que, mesmo marcada pelo tempo, tem forças para defender suas ideias e seus direitos.

Sei que, em breve, e mais uma vez na vida, serei julgada. E é por ter a minha consciência absolutamente tranquila em relação ao que fiz, no exercício da Presidência da República que venho pessoalmente à presença dos que me julgarão. Venho para olhar diretamente nos olhos de Vossas Excelências, e dizer, com a serenidade dos que nada tem a esconder que não cometi nenhum crime de responsabilidade. Não cometi os crimes dos quais sou acusada injusta e arbitrariamente.

Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de impeachment.

No passado da América Latina e do Brasil, sempre que interesses de setores da elite econômica e política foram feridos pelas urnas, e não existiam razões jurídicas para uma destituição legítima, conspirações eram tramadas resultando em golpes de estado.

O Presidente Getúlio Vargas, que nos legou a CLT e a defesa do patrimônio nacional, sofreu uma implacável perseguição; a hedionda trama orquestrada pela chamada “República do Galeão”, que o levou ao suicídio.

O Presidente Juscelino Kubitscheck, que construiu essa cidade, foi vítima de constantes e fracassadas tentativas de golpe, como ocorreu no episódio de Aragarças.

O presidente João Goulart, defensor da democracia, dos direitos dos trabalhadores e das Reformas de Base, superou o golpe do parlamentarismo, mas foi deposto e instaurou-se a ditadura militar, em 1964. Durante 20 anos, vivemos o silêncio imposto pelo arbítrio e a democracia foi varrida de nosso País. Milhões de brasileiros lutaram e reconquistaram o direito a eleições diretas.

Hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política nos vemos diante do risco de uma ruptura democrática. Os padrões políticos dominantes no mundo repelem a violência explícita. Agora, a ruptura democrática se dá por meio da violência moral e de pretextos constitucionais para que se empreste aparência de legitimidade ao governo que assume sem o amparo das urnas. Invoca-se a Constituição para que o mundo das aparências encubra hipocritamente o mundo dos fatos.

As provas produzidas deixam claro e incontestado que as acusações contra mim dirigidas são meros pretextos, embasados por uma frágil retórica jurídica.

Nos últimos dias, novos fatos evidenciaram outro aspecto da trama que caracteriza este processo de impeachment. O autor da representação junto ao Tribunal de Contas da União que motivou as acusações discutidas nesse processo, foi reconhecido como suspeito pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Soube-se

ainda, pelo depoimento do auditor responsável pelo parecer técnico, que ele havia ajudado a elaborar a própria representação que auditou. Fica claro o vício da parcialidade, a trama, na construção das teses por eles defendidas.

São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de impeachment sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas.

São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição. Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador.

A eleição indireta de um governo que, já na sua interinidade, não tem mulheres comandando seus ministérios, quando o povo, nas urnas, escolheu uma mulher para comandar o país. Um governo que dispensa os negros na sua composição ministerial e já revelou um profundo desprezo pelo programa escolhido pelo povo em 2014.

Fui eleita presidenta por 54 milhões e meio de votos para cumprir um programa cuja síntese está gravada nas palavras “nenhum direito a menos”.

O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato. O que está em jogo é o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição.

O que está em jogo são as conquistas dos últimos 13 anos: os ganhos da população, das pessoas mais pobres e da classe média; a proteção às crianças; os jovens chegando às universidades e às escolas técnicas; a valorização do salário mínimo; os médicos atendendo a população; a realização do sonho da casa própria.

O que está em jogo é o investimento em obras para garantir a convivência com a seca no semiárido, é a conclusão do sonhado e esperado projeto de integração do São Francisco. O que está em jogo é, também, a grande descoberta do Brasil, o pré-sal. O que está em jogo é a inserção soberana de nosso País no cenário internacional, pautada pela ética e pela busca de interesses comuns.

O que está em jogo é a auto-estima dos brasileiros e brasileiras, que resistiram aos ataques dos pessimistas de plantão à capacidade do País de realizar, com sucesso, a Copa do Mundo e as Olimpíadas e Paraolimpíadas.

O que está em jogo é a conquista da estabilidade, que busca o equilíbrio fiscal mas não abre mão de programas sociais para a nossa população.

O que está em jogo é o futuro do País, a oportunidade e a esperança de avançar sempre mais.

Senhoras e senhores senadores,

No presidencialismo previsto em nossa Constituição, não basta a eventual perda de maioria parlamentar para afastar um Presidente. Há que se configurar crime de responsabilidade. E está claro que não houve tal crime.

Não é legítimo, como querem os meus acusadores, afastar o chefe de Estado e de governo pelo “conjunto da obra”. Quem afasta o Presidente pelo “conjunto da obra” é o povo e, só o povo, nas eleições. E nas eleições o programa de governo vencedor não foi este agora ensaiado e desenhado pelo Governo interino e defendido pelos meus acusadores.

O que pretende o governo interino, se transmudado em efetivo, é um verdadeiro ataque às conquistas dos últimos anos.

Desvincular o piso das aposentadorias e pensões do salário mínimo será a destruição do maior instrumento de distribuição de renda do país, que é a Previdência Social. O resultado será mais pobreza, mais mortalidade infantil e a decadência dos pequenos municípios.

A revisão dos direitos e garantias sociais previstos na CLT e a proibição do saque do FGTS na demissão do trabalhador são ameaças que pairam sobre a população brasileira caso prospere o impeachment sem crime de responsabilidade.

Conquistas importantes para as mulheres, os negros e as populações LGBT estarão comprometidas pela submissão a princípios ultraconservadores.

O nosso patrimônio estará em questão, com os recursos do pre-sal, as riquezas naturais e minerárias sendo privatizadas.

A ameaça mais assustadora desse processo de impeachment sem crime de responsabilidade é congelar por inacreditáveis 20 anos todas as despesas com saúde, educação, saneamento, habitação. É impedir que, por 20 anos, mais crianças e jovens tenham acesso às escolas; que, por 20 anos, as pessoas possam ter melhor atendimento à saúde; que, por 20 anos, as famílias possam sonhar com casa própria.

Senhor Presidente Ricardo Lewandowski, Sras. e Srs. Senadores,

A verdade é que o resultado eleitoral de 2014 foi um rude golpe em setores da elite conservadora brasileira.

Desde a proclamação dos resultados eleitorais, os partidos que apoiavam o candidato derrotado nas eleições fizeram de tudo para impedir a minha posse e a estabilidade do meu governo. Disseram que as eleições haviam sido fraudadas, pediram auditoria nas urnas, impugnaram minhas contas eleitorais, e após a minha posse,

buscaram de forma desmedida quaisquer fatos que pudessem justificar retoricamente um processo de impeachment.

Como é próprio das elites conservadoras e autoritárias, não viam na vontade do povo o elemento legitimador de um governo. Queriam o poder a qualquer preço.

Tudo fizeram para desestabilizar a mim e ao meu governo.

Só é possível compreender a gravidade da crise que assola o Brasil desde 2015, levando-se em consideração a instabilidade política aguda que, desde a minha reeleição, tem caracterizado o ambiente em que ocorrem o investimento e a produção de bens e serviços.

Não se procurou discutir e aprovar uma melhor proposta para o País. O que se pretendeu permanentemente foi a afirmação do “quanto pior melhor”, na busca obsessiva de se desgastar o governo, pouco importando os resultados danosos desta questionável ação política para toda a população.

A possibilidade de impeachment tornou-se assunto central da pauta política e jornalística apenas dois meses após minha reeleição, apesar da evidente improcedência dos motivos para justificar esse movimento radical.

Nesse ambiente de turbulências e incertezas, o risco político permanente provocado pelo ativismo de parcela considerável da oposição acabou sendo um elemento central para a retração do investimento e para o aprofundamento da crise econômica.

Deve ser também ressaltado que a busca do reequilíbrio fiscal, desde 2015, encontrou uma forte resistência na Câmara dos Deputados, à época presidida pelo Deputado Eduardo Cunha. Os projetos enviados pelo governo foram rejeitados, parcial ou integralmente. Pautas bombas foram apresentadas e algumas aprovadas.

As comissões permanentes da Câmara, em 2016, só funcionaram a partir do dia 5 de maio, ou seja, uma semana antes da aceitação do processo de impeachment pela Comissão do Senado Federal. Os Srs. e as Sras. Senadores sabem que o funcionamento dessas Comissões era e é absolutamente indispensável para a aprovação de matérias que interferem no cenário fiscal e encaminhar a saída da crise.

Foi criado assim o desejado ambiente de instabilidade política, propício a abertura do processo de impeachment sem crime de responsabilidade.

Sem essas ações, o Brasil certamente estaria hoje em outra situação política, econômica e fiscal.

Muitos articularam e votaram contra propostas que durante toda a vida defenderam, sem pensar nas consequências que seus gestos trariam para o país e para o povo brasileiro. Queriam aproveitar a crise econômica, porque sabiam que assim que o meu governo viesse a superá-la, sua aspiração de acesso ao poder haveria de ficar sepultada por mais um longo período.

Mas, a bem da verdade, as forças oposicionistas somente conseguiram levar adiante o seu intento quando outra poderosa força política a elas se agregou: a força política dos que queriam evitar a continuidade da “sangria” de setores da classe política brasileira, motivada pelas investigações sobre a corrupção e o desvio de dinheiro público.

É notório que durante o meu governo e o do Presidente Lula foram dadas todas as condições para que estas investigações fossem realizadas. Propusemos importantes leis que dotaram os órgãos competentes de condições para investigar e punir os culpados.

Assegurei a autonomia do Ministério Público, nomeando como Procurador Geral da República o primeiro nome da lista indicado pelos próprios membros da instituição. Não permiti qualquer interferência política na atuação da Polícia Federal.

Contrariei, com essa minha postura, muitos interesses. Por isso, paguei e pago um elevado preço pessoal pela postura que tive.

Arquitetaram a minha destituição, independentemente da existência de quaisquer fatos que pudesse justificá-la perante a nossa Constituição.

Encontraram, na pessoa do ex-Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha o vértice da sua aliança golpista.

Articularam e viabilizaram a perda da maioria parlamentar do governo. Situações foram criadas, com apoio escancarado de setores da mídia, para construir o clima político necessário para a desconstituição do resultado eleitoral de 2014.

Todos sabem que este processo de impeachment foi aberto por uma “chantagem explícita” do ex-Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, como chegou a reconhecer em declarações à imprensa um dos próprios denunciadores. Exigia aquele parlamentar que eu intercedesse para que deputados do meu partido não votassem pela abertura do seu processo de cassação.

Nunca aceitei na minha vida ameaças ou chantagens. Se não o fiz antes, não o faria na condição de Presidenta da República. É fato, porém, que não ter me curvado a esta chantagem motivou o recebimento da denúncia por crime de responsabilidade e a

abertura deste processo, sob o aplauso dos derrotados em 2014 e dos temerosos pelas investigações.

Se eu tivesse me acumpliciado com a improbidade e com o que há de pior na política brasileira, como muitos até hoje parecem não ter o menor pudor em fazê-lo, eu não correria o risco de ser condenada injustamente.

Quem se acumplicia ao imoral e ao ilícito, não tem respeitabilidade para governar o Brasil. Quem age para poupar ou adiar o julgamento de uma pessoa que é acusada de enriquecer às custas do Estado brasileiro e do povo que paga impostos, cedo ou tarde, acabará pagando perante a sociedade e a história o preço do seu descompromisso com a ética.

Todos sabem que não enriqueci no exercício de cargos públicos, que não desviei dinheiro público em meu proveito próprio, nem de meus familiares, e que não possuo contas ou imóveis no exterior. Sempre agi com absoluta probidade nos cargos públicos que ocupei ao longo da minha vida.

Curiosamente, serei julgada, por crimes que não cometi, antes do julgamento do ex-presidente da Câmara, acusado de ter praticado gravíssimos atos ilícitos e que liderou as tramas e os ardis que alavancaram as ações voltadas à minha destituição.

Ironia da história? Não, de forma nenhuma. Trata-se de uma ação deliberada que conta com o silêncio cúmplice de setores da grande mídia brasileira.

Viola-se a democracia e pune-se uma inocente. Este é o pano de fundo que marca o julgamento que será realizado pela vontade dos que lançam contra mim pretextos acusatórios infundados.

Estamos a um passo da consumação de uma grave ruptura institucional. Estamos a um passo da concretização de um verdadeiro golpe de Estado.

Senhoras e Senhores Senadores,

Vamos aos autos deste processo. Do que sou acusada? Quais foram os atentados à Constituição que cometi? Quais foram os crimes hediondos que pratiquei?

A primeira acusação refere-se à edição de três decretos de crédito suplementar sem autorização legislativa. Ao longo de todo o processo, mostramos que a edição desses decretos seguiu todas as regras legais. Respeitamos a previsão contida na Constituição, a meta definida na LDO e as autorizações estabelecidas no artigo 4º da Lei Orçamentária de 2015, aprovadas pelo Congresso Nacional.

Todas essas previsões legais foram respeitadas em relação aos 3 decretos. Eles apenas ofereceram alternativas para alocação dos mesmos limites, de empenho e

financeiro, estabelecidos pelo decreto de contingenciamento, que não foram alterados. Por isso, não afetaram em nada a meta fiscal.

Ademais, desde 2014, por iniciativa do Executivo, o Congresso aprovou a inclusão, na LDO, da obrigatoriedade que qualquer crédito aberto deve ter sua execução subordinada ao decreto de contingenciamento, editado segundo as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E isso foi precisamente respeitado.

Não sei se por incompreensão ou por estratégia, as acusações feitas neste processo buscam atribuir a esses decretos nossos problemas fiscais. Ignoram ou escondem que os resultados fiscais negativos são consequência da desaceleração econômica e não a sua causa.

Escondem que, em 2015, com o agravamento da crise, tivemos uma expressiva queda da receita ao longo do ano—foram R\$ 180 bilhões a menos que o previsto na Lei Orçamentária.

Fazem questão de ignorar que realizamos, em 2015, o maior contingenciamento de nossa história. Cobram que, quando enviei ao Congresso Nacional, em julho de 2015, o pedido de autorização para reduzir a meta fiscal, deveria ter imediatamente realizado um novo contingenciamento. Não o fiz porque segui o procedimento que não foi questionado pelo Tribunal de Contas da União ou pelo Congresso Nacional na análise das contas de 2009.

Além disso, a responsabilidade com a população justifica também nossa decisão. Se aplicássemos, em julho, o contingenciamento proposto pelos nossos acusadores cortaríamos 96% do total de recursos disponíveis para as despesas da União. Isto representaria um corte radical em todas as dotações orçamentárias dos órgãos federais. Ministérios seriam paralisados, universidades fechariam suas portas, o Mais Médicos seria interrompido, a compra de medicamentos seria prejudicada, as agências reguladoras deixariam de funcionar. Na verdade, o ano de 2015 teria, orçamentariamente, acabado em julho.

Volto a dizer: ao editar estes decretos de crédito suplementar, agi em conformidade plena com a legislação vigente. Em nenhum desses atos, o Congresso Nacional foi desrespeitado. Aliás, este foi o comportamento que adotei em meus dois mandatos.

Somente depois que assinei estes decretos é que o Tribunal de Contas da União mudou a posição que sempre teve a respeito da matéria. É importante que a população

brasileira seja esclarecida sobre este ponto: os decretos foram editados em julho e agosto de 2015 e somente em outubro de 2015 o TCU aprovou a nova interpretação.

O TCU recomendou a aprovação das contas de todos os presidentes que editaram decretos idênticos aos que editei. Nunca levantaram qualquer problema técnico ou apresentaram a interpretação que passaram a ter depois que assinei estes atos.

Querem me condenar por ter assinado decretos que atendiam a demandas de diversos órgãos, inclusive do próprio Poder Judiciário, com base no mesmo procedimento adotado desde a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2001?

Por ter assinado decretos que somados, não implicaram, como provado nos autos, em nenhum centavo de gastos a mais para prejudicar a meta fiscal?

A segunda denúncia dirigida contra mim neste processo também é injusta e frágil. Afirma-se que o alegado atraso nos pagamentos das subvenções econômicas devidas ao Banco do Brasil, no âmbito da execução do programa de crédito rural Plano Safra, equivale a uma “operação de crédito”, o que estaria vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como minha defesa e várias testemunhas já relataram, a execução do Plano Safra é regida por uma lei de 1992, que atribui ao Ministério da Fazenda a competência de sua normatização, inclusive em relação à atuação do Banco do Brasil. A Presidenta da República não pratica nenhum ato em relação à execução do Plano Safra. Parece óbvio, além de juridicamente justo, que eu não seja acusada por um ato inexistente.

A controvérsia quanto a existência de operação de crédito surgiu de uma mudança de interpretação do TCU, cuja decisão definitiva foi emitida em dezembro de 2015. Novamente, há uma tentativa de dizer que cometi um crime antes da definição da tese de que haveria um crime. Uma tese que nunca havia surgido antes e que, como todas as senhoras e senhores senadores souberam em dias recentes, foi urdida especialmente para esta ocasião.

Lembro ainda a decisão recente do Ministério Público Federal, que arquivou inquérito exatamente sobre esta questão. Afirmou não caber falar em ofensa à lei de responsabilidade fiscal porque eventuais atrasos de pagamento em contratos de prestação de serviços entre a União e instituições financeiras públicas não são operações de crédito.

Insisto, senhoras senadoras e senhores senadores: não sou eu nem tampouco minha defesa que fazemos estas alegações. É o Ministério Público Federal que se recusou a dar sequência ao processo, pela inexistência de crime.

Sobre a mudança de interpretação do TCU, lembro que, ainda antes da decisão final, agi de forma preventiva. Solicitei ao Congresso Nacional a autorização para pagamento dos passivos e defini em decreto prazos de pagamento para as subvenções devidas. Em dezembro de 2015, após a decisão definitiva do TCU e com a autorização do Congresso, saldamos todos os débitos existentes.

Não é possível que não se veja aqui também o arbítrio deste processo e a injustiça também desta acusação.

Este processo de impeachment não é legítimo. Eu não atentei, em nada, em absolutamente nada contra qualquer dos dispositivos da Constituição que, como Presidenta da República, jurei cumprir. Não pratiquei ato ilícito. Está provado que não agi dolosamente em nada. Os atos praticados estavam inteiramente voltados aos interesses da sociedade. Nenhuma lesão trouxeram ao erário ou ao patrimônio público.

Volto a afirmar, como o fez a minha defesa durante todo o tempo, que este processo está marcado, do início ao fim, por um clamoroso desvio de poder.

É isto que explica a absoluta fragilidade das acusações que contra mim são dirigidas.

Tem-se afirmado que este processo de impeachment seria legítimo porque os ritos e prazos teriam sido respeitados. No entanto, para que seja feita justiça e a democracia se imponha, a forma só não basta. É necessário que o conteúdo de uma sentença também seja justo. E no caso, jamais haverá justiça na minha condenação.

Ouso dizer que em vários momentos este processo se desviou, clamorosamente, daquilo que a Constituição e os juristas denominam de “devido processo legal”.

Não há respeito ao devido processo legal quando a opinião condenatória de grande parte dos julgadores é divulgada e registrada pela grande imprensa, antes do exercício final do direito de defesa.

Não há respeito ao devido processo legal quando julgadores afirmam que a condenação não passa de uma questão de tempo, porque votarão contra mim de qualquer jeito.

Nesse caso, o direito de defesa será exercido apenas formalmente, mas não será apreciado substantivamente nos seus argumentos e nas suas provas. A forma existirá apenas para dar aparência de legitimidade ao que é ilegítimo na essência.

Senhoras e senhores senadores,

Nesses meses, me perguntaram inúmeras vezes porque eu não renunciava, para encurtar este capítulo tão difícil de minha vida.

Jamais o faria porque tenho compromisso inarredável com o Estado Democrático de Direito.

Jamais o faria porque nunca renuncio à luta.

Confesso a Vossas Excelências, no entanto, que a traição, as agressões verbais e a violência do preconceito me assombraram e, em alguns momentos, até me magoaram. Mas foram sempre superados, em muito, pela solidariedade, pelo apoio e pela disposição de luta de milhões de brasileiras e brasileiros pelo País afora. Por meio de manifestações de rua, reuniões, seminários, livros, shows, mobilizações na internet, nosso povo esbanjou criatividade e disposição para a luta contra o golpe.

As mulheres brasileiras têm sido, neste período, um esteio fundamental para minha resistência. Me cobriram de flores e me protegeram com sua solidariedade. Parceiras incansáveis de uma batalha em que a misoginia e o preconceito mostraram suas garras, as brasileiras expressaram, neste combate pela democracia e pelos direitos, sua força e resiliência. Bravas mulheres brasileiras, que tenho a honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil.

Chego à última etapa desse processo comprometida com a realização de uma demanda da maioria dos brasileiros: convocá-los a decidir, nas urnas, sobre o futuro de nosso País. Diálogo, participação e voto direto e livre são as melhores armas que temos para a preservação da democracia.

Confio que as senhoras senadoras e os senhores senadores farão justiça. Tenho a consciência tranquila. Não pratiquei nenhum crime de responsabilidade. As acusações dirigidas contra mim são injustas e descabidas. Cassar em definitivo meu mandato é como me submeter a uma pena de morte política.

Este é o segundo julgamento a que sou submetida em que a democracia tem assento, junto comigo, no banco dos réus. Na primeira vez, fui condenada por um tribunal de exceção. Daquela época, além das marcas dolorosas da tortura, ficou o registro, em uma foto, da minha presença diante de meus algozes, num momento em que eu os olhava de cabeça erguida enquanto eles escondiam os rostos, com medo de serem reconhecidos e julgados pela história.

Hoje, quatro décadas depois, não há prisão ilegal, não há tortura, meus julgadores chegaram aqui pelo mesmo voto popular que me conduziu à Presidência.

Tenho por todos o maior respeito, mas continuo de cabeça erguida, olhando nos olhos dos meus julgadores.

Apesar das diferenças, sofro de novo com o sentimento de injustiça e o receio de que, mais uma vez, a democracia seja condenada junto comigo. E não tenho dúvida que, também desta vez, todos nós seremos julgados pela história.

Por duas vezes vi de perto a face da morte: quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida; e quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência.

Hoje eu só temo a morte da democracia, pela qual muitos de nós, aqui neste plenário, lutamos com o melhor dos nossos esforços.

Reitero: respeito os meus julgadores.

Não nutro rancor por aqueles que votarão pela minha destituição.

Respeito e tenho especial apreço por aqueles que têm lutado bravamente pela minha absolvição, aos quais serei eternamente grata.

Neste momento, quero me dirigir aos senadores que, mesmo sendo de oposição a mim e ao meu governo, estão indecisos.

Lembrem-se que, no regime presidencialista e sob a égide da nossa Constituição, uma condenação política exige obrigatoriamente a ocorrência de um crime de responsabilidade, cometido dolosamente e comprovado de forma cabal.

Lembrem-se do terrível precedente que a decisão pode abrir para outros presidentes, governadores e prefeitos. Condenar sem provas substantivas. Condenar um inocente.

Faço um apelo final a todos os senadores: não aceitem um golpe que, em vez de solucionar, agravará a crise brasileira.

Peço que façam justiça a uma presidenta honesta, que jamais cometeu qualquer ato ilegal, na vida pessoal ou nas funções públicas que exerceu. Votem sem ressentimento. O que cada senador sente por mim e o que nós sentimos uns pelos outros importa menos, neste momento, do que aquilo que todos sentimos pelo país e pelo povo brasileiro.

Peço: votem contra o impeachment. Votem pela democracia.

Muito obrigada.

ANEXO 9

Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff após aprovação do impeachment, em 31 de agosto de 2016

Ao cumprimentar o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cumprimento todos os senadoras e senadores, deputadas e deputados, presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais. Mulheres e homens de meu País.

Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a Constituição Federal. Decidiram pela interrupção do mandato de uma Presidenta que não cometeu crime de responsabilidade. Condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar.

Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da Justiça tomarão o poder unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como eu e Lula fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do poder por meio de um golpe de Estado.

É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo.

É uma inequívoca eleição indireta, em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54,5 milhões de votos. É uma fraude, contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis criadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, leve justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático que represento está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa e venal. Vão capturar as instituições do Estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e do retrocesso social.

Acabam de derrubar a primeira mulher presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment.

Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra o meu partido. Isto foi apenas o começo. O golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática.

O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções: direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas; direito a uma aposentadoria justa; direito à moradia e à terra; direito à educação, à saúde e à cultura; direito aos jovens de protagonizarem sua história; direitos dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres; direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.

Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões que votaram em mim em 2014. Falo aos 110 milhões que avalizaram a eleição direta como forma de escolha dos presidentes.

Falo principalmente aos brasileiros que, durante meu governo, superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da Nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados.

A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras. Não desistam da luta.

Ouçam bem: eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos vamos lutar.

Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer.

Quando o Presidente Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz.

Por mais de 13 anos, realizamos com sucesso um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso País.

Esta história não acaba assim. Estou certa que a interrupção deste processo pelo golpe de estado não é definitiva.

Nós voltaremos. Voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos, todos juntos, contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Saio da Presidência como entrei: sem ter incorrido em qualquer ato ilícito; sem ter traído qualquer de meus compromissos; com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.

Eu vivi a minha verdade. Dei o melhor de minha capacidade. Não fugi de minhas responsabilidades. Me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome, combati a desigualdade.

Travei bons combates. Perdi alguns, venci muitos e, neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria de estar no lugar dos que se julgam vencedores. A história será implacável com eles.

Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, a machismo e a misoginia mostraram suas feias faces.

Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar.

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer “até daqui a pouco”.

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo Maiakovski:

"Não estamos alegres, é certo,
Mas também por que razão haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado
As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las,
Rompê-las ao meio,
Cortando-as como uma quilha corta."

Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, que compartilha comigo a crença na democracia e o sonho da justiça.